



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL



Legislação do Estado de São Paulo:

Análise das normas publicadas em 2009

Elaboração:
Equipe da Biblioteca da Casa Civil
São Paulo
Maio de 2010

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	4
2 - NORMAS JURÍDICAS PRODUZIDAS EM 2009	5
2.1 - Temas das normas jurídicas	7
2.2 - Iniciativa das proposições	11
2.3 - Tramitação das proposições	15
2.4 - Promulgação das normas jurídicas	18
2.5 - Vetos	22
2.6 - Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN)	24
3 - ATOS POR ESPÉCIE NORMATIVA	27
3.1 - Emenda constitucional	27
3.1.1 - Temas das emendas constitucionais	27
3.1.2 - Autoria das emendas constitucionais	28
3.1.3 - Tramitação das propostas de emendas constitucionais	29
3.1.4 - Promulgação das emendas constitucionais	29
3.1.5 - Vetos e ADINS	30
3.2 - Lei complementar	31
3.2.1 - Temas das leis complementares	31
3.2.2 - Autoria das leis complementares	31
3.2.3 - Tramitação dos projetos de lei complementar	33
3.2.4 - Promulgação das leis complementares	34
3.2.5 - Vetos	35
3.2.6 - ADINS	35
3.3 - Lei ordinária	36
3.3.1 - Temas das leis ordinárias	36
3.3.2 - Autoria das leis ordinárias	37
3.3.3 - Tramitação dos projetos de lei ordinária	39
3.3.4 - Promulgação das leis ordinárias	40
3.3.5 - Vetos	40
3.3.6 - ADINS	42
3.4 - Decreto legislativo	44
3.4.1 - Temas dos decretos legislativos	44
3.4.2 - Autoria dos decretos legislativos	46
3.5 - Decreto	48
3.5.1 - Temas dos decretos do Executivo	48
REFERÊNCIAS	54
ANEXO I - NORMAS PUBLICADAS EM 2009	55
ANEXO II - MACROTEMAS	74
ANEXO III – LEGISLAÇÃO PERTINENTE	82
ANEXO IV - DEPUTADOS ESTADUAIS	88
Lista de Gráficos	93
Lista de Tabelas	94

APRESENTAÇÃO

Em abril de 2009, a Biblioteca da Casa Civil divulgou, pela primeira vez, um estudo sobre a produção legislativa de São Paulo publicada em 2008.

Para dar continuidade a essa iniciativa, elaboramos o presente trabalho para apresentar a análise da produção legislativa de 2009. Dessa vez, acrescentamos novos parâmetros de avaliação. Além de investigar a quantidade de normas geradas, seus temas, a autoria dos projetos que deram origem a essas normas, vetos parciais e totais, e Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN, foram incluídos também informações sobre o tempo médio de tramitação dos projetos na Assembleia Legislativa e dados sobre promulgação das normas aprovadas.

As fontes utilizadas para o levantamento dos dados foram: o trabalho anterior sobre a legislação publicada em 2008, o Diário Oficial do Estado de São Paulo, a base de dados de legislação do Estado, e a base de dados de legislação e de proposição da Assembleia Legislativa do Estado.

O objetivo deste trabalho é examinar a produção legal por meio da visão de conjunto dos atos jurídicos e a contribuição deles para a criação de políticas públicas. E, a partir desse segundo ano de coleta de dados, tentar estabelecer comparações entre os dados obtidos em 2008 e 2009.

Este estudo pretende também facilitar a busca de informação sobre legislação do Estado, colaborando para ampliar as fontes de pesquisas disponíveis sobre o tema, e estimular outras iniciativas nessa área.

São Paulo, 25 de maio de 2010

Equipe da Biblioteca da Casa Civil

1 - INTRODUÇÃO

A Biblioteca da Casa Civil tem por competência acompanhar a legislação estadual publicada, por meio de leitura diária e da seleção dos atos relevantes ao desenvolvimento dos trabalhos desta Casa, e promover sua divulgação à sociedade. Desse modo, a realização deste estudo é fruto da análise do desenvolvimento das ações executadas dentro do escopo de atuação da biblioteca.

O universo jurídico analisado compreende os decretos do Executivo e as normas oriundas do processo legislativo, ou seja, emendas constitucionais, leis complementares, leis ordinárias e decretos legislativos. Assim, não são objeto de análise os atos normativos de nível hierárquico inferior, ou seja, resoluções, portarias, comunicados, pareceres normativos etc., editados pelas Secretarias de Estado ou por outras autoridades estaduais.

Inicialmente, examinamos a legislação publicada no seu conjunto para traçar um panorama global das normas aprovadas em 2009, dos assuntos tratados, dos autores, do tempo médio de tramitação das proposições que as originaram, dos vetos e das ações de inconstitucionalidade. Além disso, acrescentamos informação sobre a promulgação das normas, a quantidade de atos promulgados pelo Executivo e pelo Legislativo.

Num segundo momento, investigamos dentro de cada espécie normativa, as especificidades próprias a cada tipo.

Em anexo, relacionamos as normas mais relevantes publicadas, os Macrotemas, a legislação pertinente ao trabalho e a lista de deputados estaduais da legislatura 2007 a 2010.

Desse modo, pretendemos oferecer um panorama dos temas discutidos e aprovados em 2009 no Estado de São Paulo e destacar a atuação do Legislativo, do Executivo estadual e do Judiciário na produção dessas normas.

2 - NORMAS JURÍDICAS PRODUZIDAS EM 2009

Em 2009, foram publicadas no Diário Oficial do Estado um total de **3.483** normas jurídicas, assim distribuídas:

- 6 emendas constitucionais
- 17 leis complementares
- 610 leis ordinárias
- 1.473 decretos legislativos
- 1.377 decretos

Ao examinarmos o conjunto desses atos, verifica-se que em termos quantitativos os decretos legislativos aparecem como o maior número de atos publicados em 2009, representando 42,3% do total, ou seja, 1.473 atos. No entanto, esse número elevado, quando comparamos com os 6 (seis) decretos editados em 2008, está associado à aprovação de 1.466 atos (99,5%) do total de decretos legislativos, sobre o reconhecimento da Assembleia Legislativa do Estado das decisões do TCE-SP sobre irregularidades na tomada de preços, contrato e termos aditivos. Apenas sete desses decretos tratam de outros temas.

Em seguida encontramos os 1.377 decretos do Executivo (39,5%), seguido pelas 610 leis ordinárias (17,5%), depois, 17 leis complementares (0,5%), finalmente, as seis emendas constitucionais (0,2%).

Espécie Normativa	Total em 2009	%
Emenda Constitucional	6	0,2%
Lei Complementar	17	0,5%
Lei Ordinária	610	17,5%
Decreto Legislativo	1.473	42,3%
Decreto	1.377	39,5%
Total	3.483	100%

Tabela 1 - Atos publicados por espécie normativa

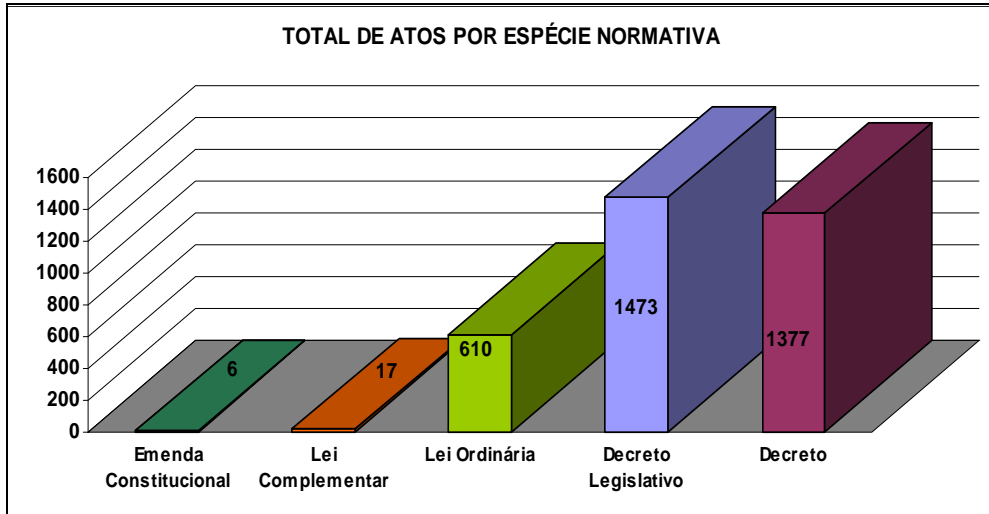


Gráfico 1 - Atos publicados por espécie normativa

Espécie Normativa	2008	2009
Emenda Constitucional	3	6
Lei Complementar	52	17
Lei Ordinária	517	610
Decreto Legislativo	6	1.473
Decreto	1.332	1.377
Total	1.910	3.483

Tabela 2 - Produção Legislativa do Estado de São Paulo – 2008 e 2009

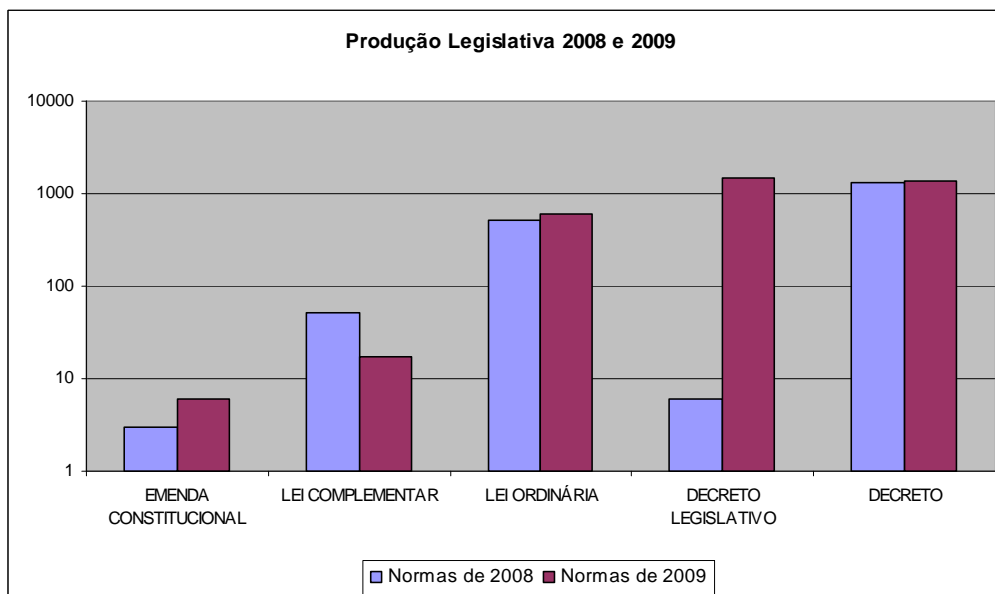


Gráfico 2 - Produção Legislativa do Estado de São Paulo – 2008 e 2009

2.1 - Temas das normas jurídicas

O objetivo principal, nesta seção, é a análise temática do conteúdo das normas jurídicas publicadas em 2009. Busca-se, desse modo, contribuir para aumentar a visibilidade das áreas que receberam amparo legal e da diversidade de assuntos discutidos e aprovados pela Assembleia Legislativa e pelo Executivo Estadual.

Os atos normativos estão classificados de acordo com o assunto principal e reunidos em categorias temáticas. Essas categorias foram aqui denominadas como “macrotemas”. Os macrotemas foram criados pela equipe técnica da Biblioteca da Casa Civil, a partir da leitura dos atos examinados e da pesquisa e análise de classificações desenvolvidas e utilizadas em bases de dados especializadas em legislação. Dentre elas podemos citar o sistema de legislação da Assembleia Legislativa do Estado, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Após um estudo pormenorizado dos assuntos tratados nos atos normativos, objeto deste estudo, foi estabelecido um conjunto de 29 macrotemas. Algumas denominações utilizadas, como por exemplo, “Orçamento” e “Tributos”, embora pertencendo a uma mesma área temática, encontram-se desmembradas devido ao grande número de atos enquadrados nessas categorias. Para facilitar o entendimento do conteúdo de cada macrotema, incluímos uma relação alfabética dos termos adotados seguidos de uma breve nota de escopo. A listagem com todos os macrotemas e seus assuntos específicos pode ser vista no Anexo III deste trabalho.

Ao examinarmos o conjunto de normas, sob o ponto de vista dos temas, dos **3.483 atos**, publicados em 2009, **1.466 são decretos legislativos**, que tratam de “Auditoria do TCE-SP”. São atos sobre o reconhecimento das decisões do TCE-SP, sobre irregularidades na tomada de preços, contrato e termos aditivos, pela Assembleia Legislativa do Estado. Eles representam (**42%**) do total de atos publicados.

Para melhor compreensão da proporção numérica dos temas na produção de 2009, optamos por desconsiderar o número de decretos legislativos sobre auditoria do TCE-SP (1.466) e realizar a comparação com o total reduzido (**2.017 atos**) para dar maior significado a análise temática.

Então, dentro desse universo de 2.017 atos, encontramos em primeiro lugar as 455 normas (22,6%) publicadas sobre assuntos referentes à “**Patrimônio Imobiliário**”, sendo 31 leis ordinárias, 1 decreto legislativo e 423 decretos do Executivo. São normas que autorizam a alienação de bens imóveis do Estado ou a cessão de direitos reais a eles relativos, bem como o recebimento, pelo Estado, de doações com encargo, ou que autorizam cessão ou concessão de uso de bens imóveis do Estado para particulares; ou a aquisição, permuta e cessão de bens imóveis, e outros.

Em seguida, encontra-se o macrotema “**Orçamento e Finanças**” com 399 atos (19,8%), sendo seis leis ordinárias, um decreto legislativo e 392 decretos. São normas que tratam da gestão orçamentária e financeira do Estado, incluindo normas sobre abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal, Receita e Despesa do Estado, Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual, contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo relativas ao exercício, Crédito Público, Dívida Pública, programas de financiamento, crédito para financiar programas públicos, contratação de empréstimos e outros.

A presença marcante do poder Executivo é encontrada, principalmente, na autoria das normas que tratam de assuntos sobre Patrimônio Imobiliário e Orçamento e Finanças. Dos 455 atos publicados sobre Patrimônio, 423 são decretos, e dos 399 atos sobre matérias orçamentárias, 392 decretos.

Depois das questões orçamentárias, aparecem os atos publicados referentes à “**Datas Comemorativas**” com 245 normas (12%), todas leis ordinárias. São normas que instituem datas comemorativas, ou oficialização de eventos festivos, assim como inclusão de eventos no calendário turístico. Aqui a presença é total do Poder Legislativo. Todas as normas publicadas instituindo datas comemorativas são leis ordinárias de iniciativa do Legislativo.

A seguir, aparecem os atos relativos à gestão do Estado, normas sobre assuntos referentes ao macrotema “**Administração Pública**”. Foram aprovados 206 atos (10%), sendo duas emendas constitucionais, sete leis complementares, 10 leis ordinárias, quatro decretos legislativos e 183 decretos sobre esse assunto.

No macrotema “**Denominação de Espaço Público**” aparecem 162 normas (8%), sendo 155 leis ordinárias e sete decretos. São normas que atribuem nomes a estabelecimentos ou próprios públicos.

Depois, vem os atos sobre “**Utilidade Pública**” com 119 normas (5,9%), distribuídos em 117 leis ordinárias e dois decretos. São normas que concedem declaração de utilidade pública de associações civis, declaração de utilidade pública de entidades de direito privado, ONGs, OSCIPs e outros títulos.

No macrotema “**Tributos e impostos**”, encontram-se 84 atos (4,2%), sendo cinco leis ordinárias e 79 decretos. Em seguida, encontram-se, “**Educação e Cultura**” com 60 atos (3%), “**Segurança Pública**” com 57 atos (2,8%), “**Homenagens**” 48 normas (2,4%), “**Saúde Pública**” 42 atos (2%), “**Meio Ambiente**” com 25 atos (1%), “**Desenvolvimento Social**” com 20 atos (1%), “**Convênios**” com 16 atos (0,8%), “**Consumidor**” com 12 atos (0,6%), “**Agricultura**” com 11 atos (0,5%), “**Transporte e Trânsito**” com 10 atos (0,5%), “**Desenvolvimento Econômico**” com oito atos (0,4%), “**Ciência e Tecnologia**” com seis atos (0,3%).

A tabela a seguir mostra de forma resumida o número de normas e seus respectivos macrotemas.

Macrotema	Emenda Constitucional	Lei Complementar	Lei Ordinária	Decreto Legislativo	Decreto	Total
Administração Pública	2	7	10	4	183	206
Agricultura/Agronegócio	-	-	-	-	11	11
Assembleia Legislativa	3	1	-	-	-	4
Ciência e Tecnologia	-	-	-	-	6	6
Consumidor	-	-	9	-	3	12
Convênios	-	-	-	-	16	16
Datas Comemorativas	-	-	245	-	-	245
Denominação de Espaços	-	-	155	-	7	162
Desenv. Econômico	-	-	-	-	8	8
Desenvolvimento Social	-	1	5	-	14	20
Desenvolvimento urbano	-	-	-	-	4	4
Educação e Cultura	-	1	5	-	54	60
Emprego e Trabalho	-	-	1	-	2	3
Energia	-	-	-	-	1	1
Habitação	-	-	1	-	1	2
Homenagens	-	-	1	-	47	48
Licitação e Contrato	-	-	-	-	4	4
Meio Ambiente	-	-	8	-	17	25
Orçamento e Finanças	-	-	6	1	392	399
Patrimônio Imobiliário	-	-	31	1	423	455
Previdência Social	-	-	1	-	3	4
Saúde Pública	-	1	4	1	36	42
Segurança Pública	-	-	2	-	55	57
Transporte e Trânsito	-	-	2	-	8	10
Tribunal de Contas	-	2	-	1.466	-	1468
Tribunal de Justiça	1	4	-	-	-	5
Tributos e Impostos	-	-	5	-	79	84
Turismo, Esporte e Lazer	-	-	2	-	1	3
Utilidade Pública e Outros	-	-	117	-	2	119
Total	6	17	610	1.473	1.377	3.483

Tabela 3 - Macrotema por Espécie Normativa

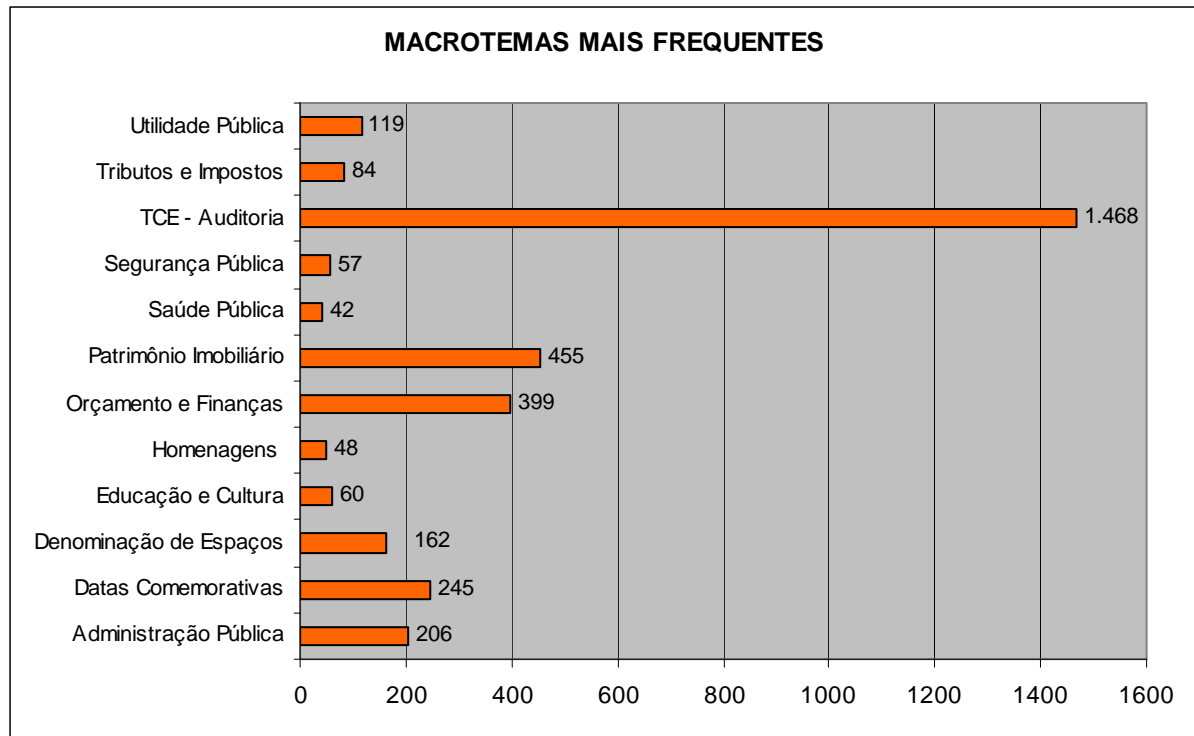


Gráfico 3 - Macrotemas

Macrotemas	total 2008	total 2009
Administração pública	286	206
Agricultura e Agronegócio	13	11
Assembleia Legislativa	-	4
Cartórios	2	-
Ciência e tecnologia	2	6
Consumidor	6	12
Convênios	14	16
Datas comemorativas	86	245
Denominação de espaços públicos	244	162
Desenvolvimento econômico e social	13	8
Desenvolvimento Social	-	20
Desenvolvimento urbano	1	4
Educação e Cultura	50	60
Emprego e Trabalho	3	3
Energia	1	1
Habitação	5	2
Homenagens	14	48
Licitação e Contrato	4	4
Meio Ambiente	16	25
Orçamento e Finanças	467	399

Continuação da Tabela 4		
Patrimônio Imobiliário	275	455
Previdência Social	2	4
Processo legislativo	1	-
Saúde Pública	9	42
Segurança Pública	4	57
Transporte e Trânsito	12	10
Tribunal de Contas	-	1.468
Tribunal de Justiça	-	5
Tributos e Impostos	110	84
Turismo, Esporte e Lazer		3
Utilidade Pública e Outros	270	119
Total	1.910	3.483

Tabela 4 - Normas por Macrotemas – Dados Comparativos – anos de 2008 e 2009

2.2 - Iniciativa das proposições

Para traçar um panorama da questão da iniciativa da norma jurídica, fazem parte deste estudo, dados que enfocam a autoria no âmbito dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), na perspectiva de autoria individual (deputado, governador) ou coletiva (órgãos) e do ponto de vista partidos políticos.

A iniciativa das emendas constitucionais, conforme art. 22 da Constituição do Estado, caberá aos membros da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, às Câmaras Municipais do Estado e aos cidadãos, mediante iniciativa popular.

A autoria das leis complementares e ordinárias, conforme determina o art. 24 da Constituição estadual, caberá a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

O artigo 146 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, que se baseia na Constituição Federal e na Constituição do Estado de São Paulo, especifica que a iniciativa das proposições cabe aos Deputados, às Comissões, à Mesa Diretora da Assembléia, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça, ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado e aos cidadãos, através de iniciativa popular.

Ao analisarmos a Tabela 5, observamos que em 2009, na esfera estadual, o Poder Legislativo foi o autor do maior número de atos publicados, 2.031 atos, representando 58,3% do total. Esses atos ficam assim distribuídos, seis emendas constitucionais, duas leis complementares, 550 leis ordinárias e 1.473 decretos legislativos. O Poder Executivo foi autor de 1.443 atos, correspondendo a 41,4% do total, sendo nove leis complementares, 57 leis ordinárias e 1.377 decretos. O Poder judiciário foi autor de nove normas (0,2%), sendo seis leis complementares e duas leis ordinárias.

Esses números, comparados com o levantamento realizado em 2008, apresentam uma diferença significativa. O Poder Executivo, em 2008, aparece em primeiro lugar com 1.416

atos de sua autoria, com 74% do total. O Poder Legislativo vem depois com 494 atos, com 25,8% dos atos. O Poder judiciário não foi autor de nenhuma norma publicada no ano passado (2008).

Como mencionado anteriormente, essa elevação significativa do número de atos publicados pelo Poder Legislativo, em 2009, deve-se a enorme quantidade de decretos legislativos aprovados pela ALESP sobre o resultado de auditoria do TCE-SP.

Macrotema	Emenda Constitucional	Lei Complementar	Lei Ordinária	Decreto Legislativo	Decreto	Total	%
Legislativo	6	2	550	1.473	0	2.031	58,3%
Executivo	0	9	57	0	1.377	1.443	41,4%
Judiciário	0	6	3	0	0	9	0,2%
Total	6	17	610	1.473	1.377	3.483	100%

Tabela 5 - Atos publicados por iniciativa dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário

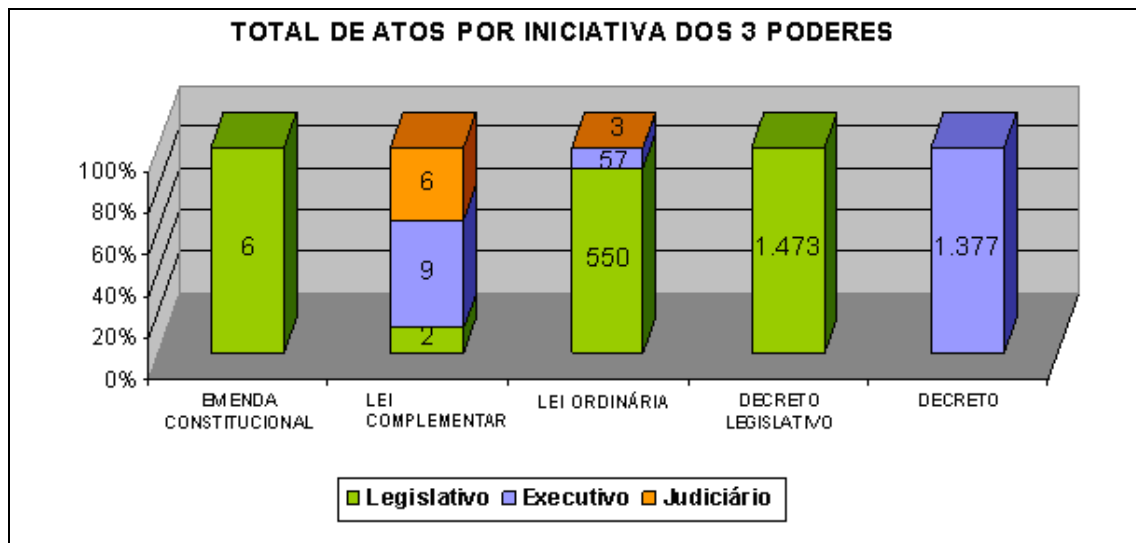


Gráfico 4 - Iniciativa: Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário

Do ponto de vista da autoria individual e coletiva, encontramos 1.988 normas (57%) de iniciativa individual e 1.495 normas (42,9%) de iniciativa coletiva. Com autoria individual foram aprovados de 10 leis complementares, 601 leis ordinárias e 1.988 decretos. Já a iniciativa coletiva aprovou seis emendas constitucionais, sete leis complementares, nove leis ordinárias e 1.473 decretos legislativos. (Tabela 6)

O número maior de normas publicadas em 2009 foi de iniciativa da Comissão de Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa, autoria coletiva, com 1.468 decretos legislativos, ou seja, 42,2%. Em segundo lugar aparece o Chefe do Poder Executivo estadual,

com 1.442 normas, 41,40%, sendo 1.377 decretos, 56 leis ordinárias e nove leis complementares.

Autoria	Emenda Constitucional	Lei Complementar	Lei Ordinária	Decreto Legislativo	Decreto	Total	%
Coletiva	6	7	9	1.473	0	1.495	42,9%
Individual	0	10	601	0	1.377	1.988	57%
Total	6	17	610	1.473	1.377	3.483	100%

Tabela 6 - Atos publicados por iniciativa individual ou coletiva

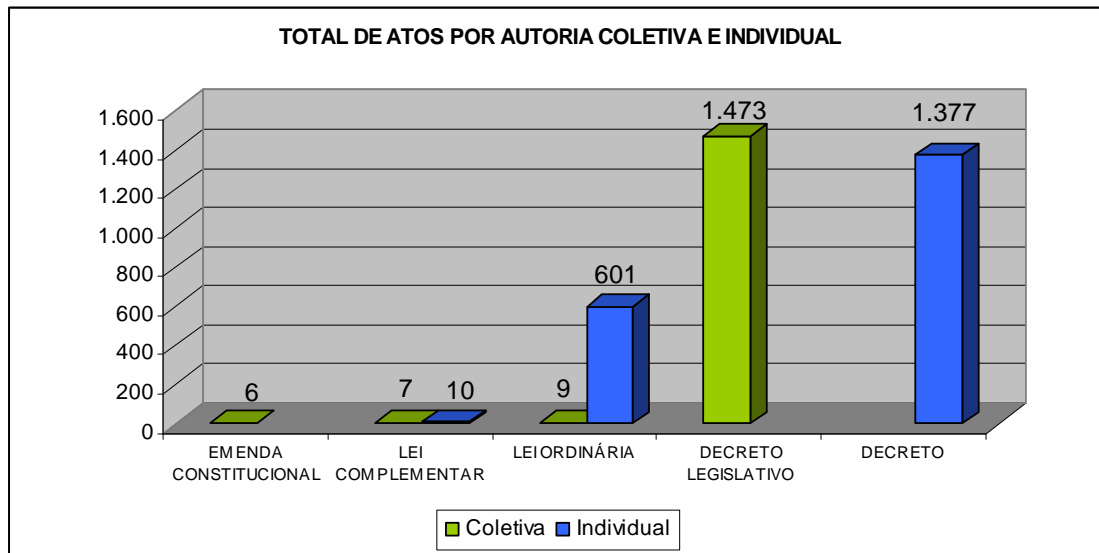


Gráfico 5 - Iniciativa individual ou coletiva

Ao observarmos a atuação dos partidos políticos, verifica-se que o principal foco de atuação dos parlamentares é na elaboração de leis ordinárias. Eles foram responsáveis pela iniciativa de 548 leis ordinárias aprovadas no ano passado, seguido pelo Executivo que foi autor de 57 leis ordinárias. O Tribunal de Justiça do Estado foi autor de três leis ordinárias e as Comissões da Alesp (Comissão de Transportes e Comunicações e a CPI da Santa Casa) foram autoras de duas leis ordinárias.

O PSDB aparece como partido com o maior número de normas aprovadas, 173 atos, ou 28% do total. O mesmo ocorreu no ano de 2008, quando o PSDB aparece como autor de 178 leis ordinárias (34%) das normas publicadas.

Em seguida, voltando para o conjunto de normas publicadas em 2009, encontra-se o PDT com a autoria de 73 normas (12%), depois aparece o PP com 45 normas (7,4%), PT com 42 normas (6,9%), DEM e PV com 38 normas (6,2%), PPS com 36 normas e PTB com 33, PMDB com 24, PSOL com quatro, PSC com três e PDS, PR, PRB, PC do B, PL, PFL e PPB como autor de uma norma aprovada.

Espécies / Autoria	Emenda Constitucional	Lei Complementar	Lei Ordinária	Decreto Legislativo	Decreto	Total	%
Ministério Público	-	-	1	-	-	1	0,03%
Tribunal de Justiça	-	6	3	-	-	9	0,26%
Governador	-	9	56	-	1.377	1.442	41%
PDS	-	-	1	-	-	1	0,03%
PR	-	-	1	-	-	1	0,03%
PRB	-	-	1	-	-	1	0,03%
PT	2	-	42	-	-	44	1%
PSB	-	-	32	-	-	32	0,9%
PCdoB	-	-	1	-	-	1	0,03%
PSDB	2	1	173	-	-	176	5%
PMDB	-	-	24	-	-	24	0,6%
DEM	-	-	38	-	-	38	1%
PPS	-	-	36	-	-	36	1%
PDT	-	-	73	-	-	73	2%
PTB	2	-	33	1	-	36	1%
PL	-	-	1	-	-	1	0,03%
PV	-	-	38	-	-	38	1%
PP	-	-	45	-	-	45	1,29%
PSOL	-	-	4	-	-	4	0,11%
PSC	-	-	3	-	-	3	0,09%
PFL	-	-	1	-	-	1	0,03%
PPB	-	-	1	-	-	1	0,03%
Alesp/Comissões	-	-	2	1.468	-	1.470	42,%
Alesp/Mesa	-	1	-	4	-	5	0,1%
Total	6	17	610	1.473	1.377	3.483	100%

Tabela 7 - Atos publicados por iniciativa órgãos estaduais e partidos políticos

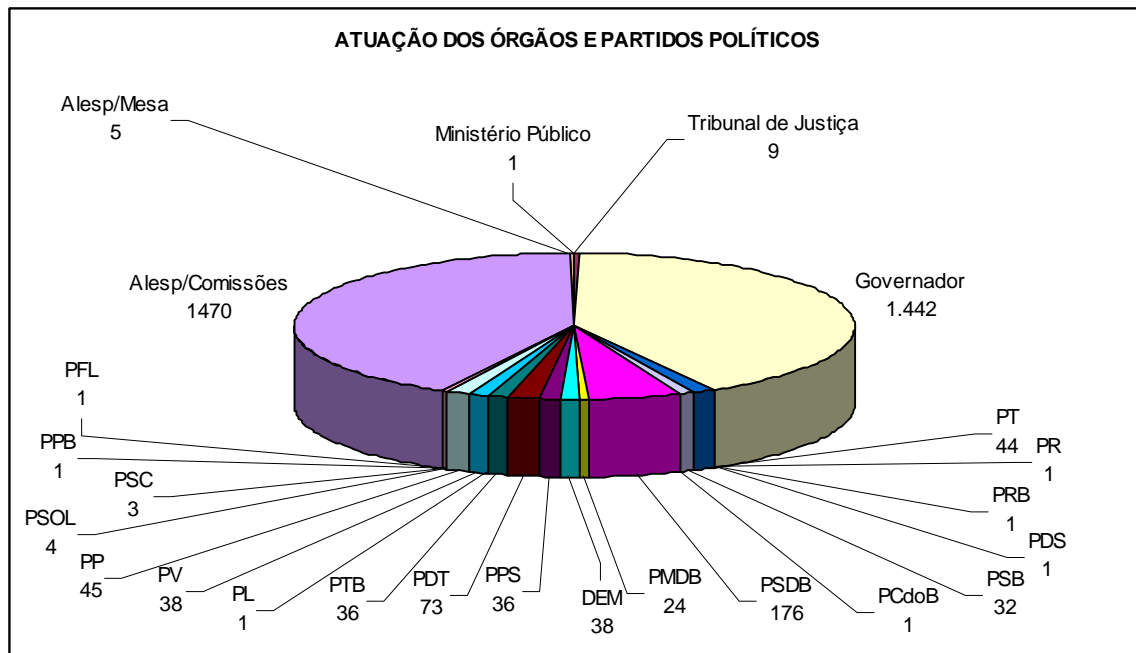


Gráfico 6 - Iniciativa: órgãos e partidos políticos

2.3 - Tramitação das proposições

O tempo de tramitação de uma proposição, do registro de entrada no processo legislativo até sua aprovação, pode variar muito dependendo do regime de tramitação em que ela é apreciada na Assembleia (regime de urgência, prioridade, ou tramitação ordinária) e de outras decisões políticas.

Em 2009, o tempo médio de aprovação de uma norma, na Assembleia Legislativa de São Paulo, foi de 0 a 11 meses. Nesse espaço de tempo, foram aprovadas 375 normas jurídicas, 59,2% do total, incluídas aqui cinco emendas constitucionais, 16 leis complementares e 354 leis ordinárias.

Em seguida encontramos as normas aprovadas no período de um a dois anos, com 176 normas (27,8%), sendo 1 emenda constitucional e 175 leis ordinárias. No período entre três a quatro anos de tramitação, foram aprovadas 36 normas (5,6%), sendo uma lei complementar e 35 leis ordinárias. De 12 a 13 anos, foram aprovadas 20 normas, todas leis ordinárias. De cinco a seis anos, foram aprovadas 14 leis ordinárias. De sete a oito anos, 12 leis ordinárias.

Relacionamos a seguir, alguns projetos de lei que levaram mais tempo tramitando até se transformarem em norma jurídica.

O mais antigo projeto: 13 anos e 9 meses de tramitação

PL nº 607, de 23/08/95, do Dep. Israel Zekcer (PTB) – transformado na Lei nº 13.536, de 4/05/2009, que altera o artigo 1º da Lei nº 1.680, de 7 de junho de 1978, que institui o “Dia do Instalador Hidráulico”.

13 anos e 6 meses de tramitação

PL nº 193, de 27/03/96, do Dep. Renato Amary (PSDB) – transformado na Lei nº 13.642, de 1º/09/2009, que institui o “Dia do Basquetebol”.

13 anos e 5 meses de tramitação

PL nº 219, de 1996, do Dep. Renato Amary (PSDB) – transformado na Lei nº 13.643, de 1º/09/2009, que institui o “Dia do Voleibol”.

13 anos de tramitação

Os projetos de lei do Dep. Alcides do Faria (PSDB), que incluem no Calendário Turístico do Estado a "Festa do Peão Boiadeiro" em diferentes municípios. Esses projetos foram transformados nas leis:

Lei nº 13.608, de 31/08/2009; Lei nº 13.609, de 31/08/2009; Lei nº 13.610, 31/08/2009; Lei nº 13.611, 31/08/2009; Lei nº 13.612, 31/08/2009; Lei nº 13.613, 31/08/2009; Lei nº 13.614, 31/08/2009; Lei nº 13.615, 31/08/2009; Lei nº 13.616, 31/08/2009; Lei nº 13.617, 31/08/2009; Lei nº 13.618, 31/08/2009; Lei nº 13.619, 31/08/2009.

12 anos de tramitação

PL nº 669, de 1997, do Dep. Alcides do Faria (PSDB) – transformado na Lei nº 13.648, de 02/09/09, inclui no Calendário Turístico do Estado a Feira Industrial, Comercial, Cultural e Agropecuária de Santa Fé do Sul - FICCAP.

8 anos e 6 meses de tramitação

PL nº 284, de 2001, do Dep. Aldo Demarchi (PP) – transformado na Lei nº 13.816, de 23/11/2009, que autoriza o Poder Executivo a implantar o Programa Estadual de Moradia do Idoso - PEMI

A norma que mais rapidamente tramitou na Assembleia, foi a **Emenda Constitucional nº 31**, de 21 de outubro de 2009. Ela levou **19 dias** para ser transformada em norma jurídica. Oriunda da PEC nº 7, de 02/10/09, ela altera o § 9º do artigo 14 da Constituição do Estado, dispõe sobre o livre acesso às repartições públicas do Deputado ou a Deputada, sempre que representando uma das Comissões Permanentes, CPI ou a Assembleia Legislativa, e sobre o comparecimento do Secretário de Estado.

Em segundo lugar, com **25 dias de tramitação**, vem a **Lei Complementar nº 1.089**, de 16 de abril de 2009, cuja proposição de origem é PLC nº 9, de 23/03/2009, de autoria do Governo do Estado, que altera a Lei Complementar nº 980, de 21/12/ 2005, que dispõe sobre a reclassificação das Comarcas do Estado de São Paulo.

Apontamos a seguir outras proposições que tramitaram num período muito curto:

Período de tramitação: 27 dias

PEC nº 6, de 25/09/09 – transformado na Emenda Constitucional nº 30, de 21/10/2009, cujo artigo 1º acresce o artigo 145-A à Constituição do Estado, com a seguinte redação: “Artigo 145-A - A alteração da denominação de Municípios, quando não resultar do disposto no artigo 145, far-se-á por lei estadual e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população do respectivo Município.

PL nº 918, de 09/10/09, do **Governador** – transformado na Lei ordinária nº 13.797, de 04/11/09, que autoriza a Fazenda do Estado a alienar, mediante doação, ao Município de Águas de Lindóia, o imóvel que especifica.

PL nº 749, de 03/09/09, do **Governador** – transformado na Lei ordinária nº 13.723, de 29/09/09, que autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, os direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais, na forma que especifica.

Período de tramitação: 1 mês e 2 dias

PLC nº 22, de 21/05/09, da Mesa Diretora – transformado na Lei Complementar nº 1091, de 22/06/2009, dispõe sobre a revalorização das Escalas de Classes e Vencimentos do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Tramitação	Emenda Constitucional	Lei Complementar	Lei Ordinária	Total	%
0 a 11 meses	5	16	354	375	59,2%
1 a 2 anos	1	0	175	176	27,8%
3 a 4 anos	0	1	35	36	5,6%
5 a 6 anos	0	0	14	14	2,2%
7 a 8 anos	0	0	12	12	1,9%
12 a 13 anos	0	0	20	20	3,1%
Total	6	17	610	633	100%

Tabela 8 - Tempo de tramitação por espécie normativa

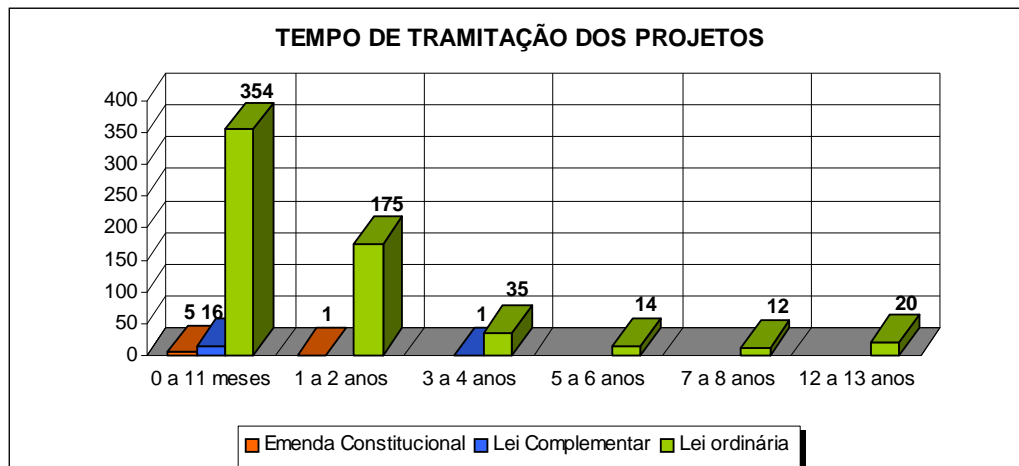


Gráfico 7 - Tramitação

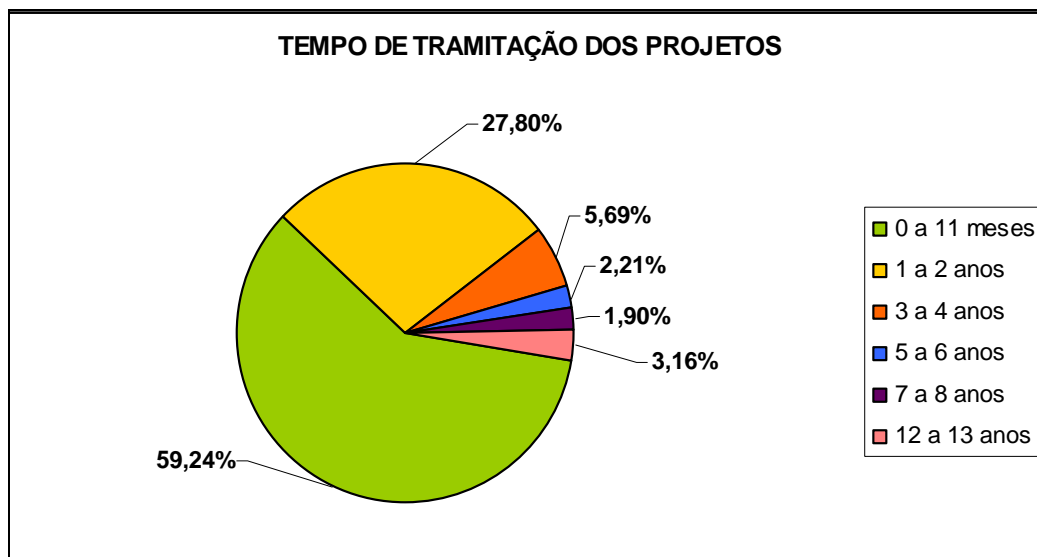


Gráfico 8 - Tramitação

2.4 - Promulgação das normas jurídicas

A promulgação das normas jurídicas tem o objetivo de comunicar à sociedade a criação de um novo ato que passa a produzir efeito a partir da data de sua publicação, ou a partir de sua vigência, claramente expressa em seu conteúdo. Cabe ao Presidente da República sancionar o projeto aprovado pelo Congresso Nacional no prazo de 15 dias, seu silêncio importará sanção. (CF, artigo 66) (Anexo III)

No caso estadual, a sanção é feita pelo Governador e a promulgação pelo Poder Legislativo. Sendo negada a sanção, as razões do veto serão comunicadas ao Presidente da Assembléia Legislativa. Decorrido o prazo, em silêncio, considerar-se-á sancionado o projeto, sendo obrigatória a sua promulgação pelo Presidente da Assembléia Legislativa no prazo de dez dias. (Constituição estadual, artigos 28 e 29) (Anexo III)

Sanção

“A sanção é ato político de competência exclusiva dos Chefes do Poder Executivo (Presidente, Governador e Prefeito) e consiste na sua adesão ou aquiescência ao projeto aprovado pelo Legislativo. Trata-se de uma prerrogativa assegurada a esses agentes políticos pelo ordenamento constitucional, a qual não comporta delegação. É por intermédio dela que o projeto se transforma em lei. No Direito Constitucional positivo brasileiro, a sanção pode ser expressa ou tácita. A primeira se verifica quando o Chefe do Poder Executivo, observando o prazo legal, assina o projeto e, assim, manifesta seu assentimento. A segunda ocorre quando a mencionada autoridade deixa esgotar-se o prazo sem assinar a proposição de lei, hipótese em que o seu silêncio configura a sanção tácita.” (A Promulgação de Lei Decorrente de Sanção Tácita, por Antônio José Calhau de Resende - Consultor da Assembleia Legislativa)

Promulgação

A promulgação também é ato de natureza política, cujo objetivo é atestar solenemente a existência da lei para a produção de seus efeitos. É um requisito indispensável à eficácia do ato normativo. Trata-se de uma operação integrativa da lei que atesta a sua executoriedade. Normalmente, a promulgação é ato de competência do Chefe do Poder Executivo. Entretanto, no caso de sanção tácita ou de rejeição de veto pela Casa Legislativa, se a lei não é promulgada por ele dentro do prazo legal, cabe ao Presidente do Legislativo fazê-lo. (A Promulgação de Lei Decorrente de Sanção Tácita, por Antônio José Calhau de Resende - Consultor da Assembleia Legislativa)

Cada espécie normativa tem sua promulgação definida na Constituição.

Lei ordinária - Cabe ao Governador do Estado a promulgação da lei ordinária. (Constituição estadual, artigos 28)

Lei complementar - Obedece ao mesmo rito da lei ordinária.

Decreto legislativo - A responsabilidade de promulgação do decreto legislativo cabe ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.

Emenda constitucional - Na emenda à constituição, o ato de promulgação será realizado pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado. (Constituição estadual, artigo 22, § 3º)

Aqui serão analisados os atos gerados a partir de proposições apresentadas na Assembleia Legislativa do Estado, estando fora desse grupo, os decretos do Executivo.

Em 2009, dos 2.106 projetos aprovados, 1.749 (83%) foram promulgadas pela Assembleia Legislativa e 357 (57%) foram sancionados pelo Chefe do Executivo. (Tabela 9)

No entanto, quando se desconsidera a espécie “decreto legislativo”, por ter apresentado um número fora do padrão normalmente encontrado na produção legislativa anual, o Executivo lidera com 357 (57%) normas sancionadas contra 270 (43%) promulgadas pelo Legislativo. (Tabela 10 e Gráfico 1)

Espécie Normativa	Executivo	%	Legislativo	%	Total
Emenda Constitucional	0	0,0%	6	100%	6
Lei Complementar	15	88,2%	2	11,8%	17
Lei Ordinária	342	56,1%	268	43,9%	610
Decreto Legislativo	0	0,0%	1.473	100%	1.473
Total	357		1.749		2.106

Tabela 9 - Tipo de promulgação

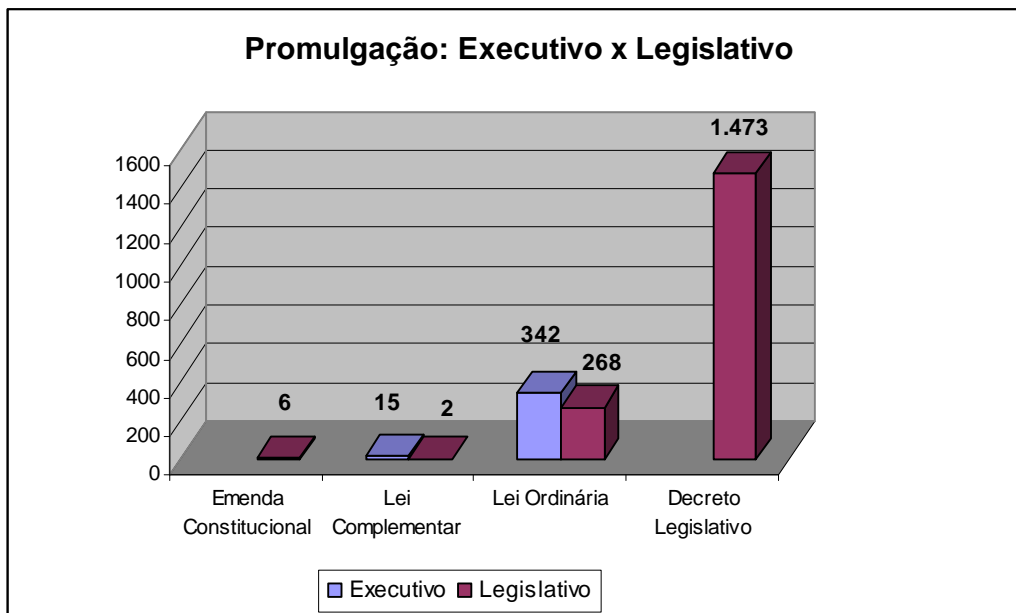


Gráfico 9 - Promulgação



Gráfico 10 - Promulgação (2)

Quando excluimos a espécie normativa “decreto legislativo”, o Poder Executivo assume o papel de liderança na promulgação de normas em 2009.

Promulgação	Sanção / Executivo	%	Promulgação / Legislativo	%	Total
Lei Complementar	15	88%	2	11,8%	17
Lei Ordinária	342	56%	268	43,9%	610
Emenda Constitucional	0	0,0%	6	100%	6
Total	357		270		627

Tabela 10 - Tipo de promulgação

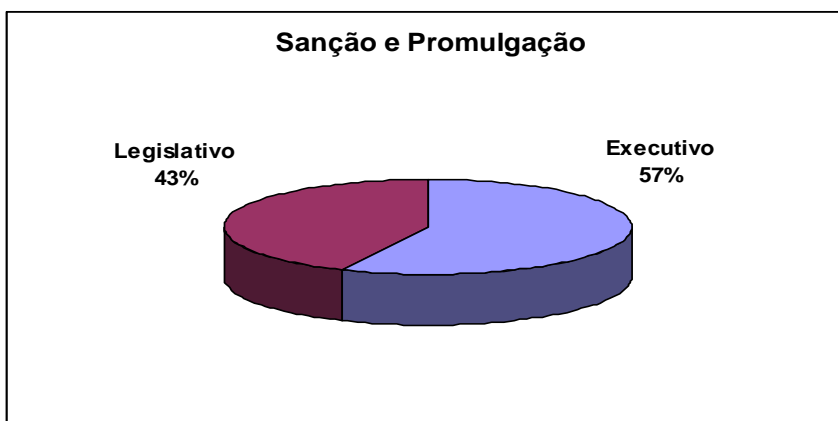


Gráfico 11 - Promulgação: Executivo versus Legislativo

2.5 - Vetos

O poder de vetar proposições ou parte delas é prerrogativa do Chefe do Executivo. No caso da União, cabe ao Presidente da República rejeitar matéria aprovada no Legislativo total ou parcialmente, e no caso do Estado, cabe ao Governador exercer o poder do veto. Essa prerrogativa é estabelecida pela Constituição. Ela prevê que o veto poderá ser total ou parcial, se o projeto for considerado inconstitucional ou contrário ao interesse público. O Presidente terá que comunicar as razões do veto, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal. Este, apenas poderá ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em escrutínio secreto. (CF, artigos 66 e 67). (Anexo IV)

A Assembléia Legislativa do Estado deliberará sobre a matéria vetada, em único turno de votação e discussão, no prazo de trinta dias de seu recebimento, considerando-se aprovada quando obtiver o voto favorável da maioria absoluta de seus membros. (Constituição estadual, artigos 28 e 29) (Anexo IV)

Do total das 627 proposições aprovadas em 2009 (incluindo proposta de emenda à constituição, projeto de lei complementar e projeto de lei, e excluindo os projetos de decretos legislativos) 22 proposições sofreram veto. Sendo quatro totais e 18 parciais. No total, foram vetados 21 projetos de lei ordinária e um projeto de lei complementar. (Tabela 11)

As normas que receberam veto, parcial e total, estão elencadas a seguir.

- [Lei Complementar nº 1.095, de 18/9/2009](#), PLC nº 62/2008, que dispõe sobre a qualificação como organizações sociais das fundações e das entidades que especifica, sofreu veto parcial por meio da Mensagem nº 118/2009. Embora o referido projeto seja de autoria do Governador, durante sua tramitação, o projeto recebeu emendas, consolidadas na Emenda Aglutinativa Substitutiva nº 2, apresentada na forma do artigo 175, IV, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa. (DO Legislativo, 19/09/2009, p. 11)
- [Lei nº 13.504, de 17/4/2009](#), PL nº 537/2008, que institui o “Dia do Combate à Intolerância Religiosa”. Sofreu veto parcial por meio da Mensagem nº 29/2009. (DO Legislativo, 18/04/2009, p. 42)
- [Lei nº 13.545, de 20/5/2009](#), PL nº 760/2007, que proíbe a compra, venda, fornecimento e consumo de bebidas alcoólicas em qualquer dos estabelecimentos de ensino (...). Sofreu veto parcial por meio da mensagem nº 46/2009. (DO Legislativo, 21/05/2009, p. 34)
- [Lei nº 13.548, de 26/5/2009](#), PL nº 662/2008, que institui o Diploma de Reconhecimento ao Mérito Desportivo no Estado. Sofreu veto parcial por meio da Mensagem nº 56/2009. (DO Legislativo, 27/05/2009, p. 36)
- [Lei nº 13.552, de 2/6/2009](#), PL nº 92/2008, que obriga as concessionárias e empresas prestadoras de serviços públicos a emitir, no início de cada ano, recibo de quitação dos pagamentos pelos serviços prestados (...). Recebeu veto parcial por meio da Mensagem nº 67/2009. (DO Legislativo, 3/6/2009, p. 35)
- [Lei nº 13.557, de 9/6/2009](#), PL nº 634/2005, que institui a “Semana Estadual ‘Grande Otelo’ - Novos Talentos Brasileiros”. Recebeu veto parcial por meio da Mensagem nº 71/2009. (DO Legislativo, 10/06/2009, p. 35)

- [Lei nº 13.559, de 24/6/2009](#), PL nº 1335/2007, que estabelece exigências para a utilização de alojamento ou moradia por trabalhadores rurais. Sofreu veto parcial por meio da Mensagem nº 78/2009. (DO Legislativo, 25/06/2009, p. 22)
- [Lei nº 13.576, de 6/7/2009](#), PL nº 33/2008, que institui normas e procedimentos para a reciclagem, gerenciamento e destinação final de lixo tecnológico. Sofreu veto parcial por meio da Mensagem nº 83/2009. (DO Legislativo, 04/08/2009, p. 24)
- [Lei nº 13.577, de 8/7/2009](#), PL nº 368/2005, que dispõe sobre diretrizes e procedimentos para a proteção da qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas. Recebeu veto parcial por meio da Mensagem nº 84/2009. (DO Legislativo, 04/08/2009, p. 25)
- [Lei nº 13.580, de 24/7/2009](#), PL nº 182/2008, que institui o Programa Permanente de Ampliação das Áreas Verdes Arborizadas Urbanas. Sofreu veto parcial por meio da Mensagem nº 85/2009. (DO Legislativo, 04/08/2009, p. 25)
- [Lei nº 13.592, de 25/8/2009](#), PL nº 676/2008, que institui o “Dia Estadual de Luta dos Portadores de Anemia Falciforme”. Recebeu veto parcial por meio da Mensagem nº 100/2009. (DO Legislativo, 26/08/2009, p. 34)
- [Lei nº 13.747, de 7/10/2009](#), PL nº 298/2008, que obriga os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega dos produtos (...). Sofreu veto parcial por meio da Mensagem nº 134/2009. (DO Legislativo, 19/09/2009, p. 11)
- [Lei nº 13.748, de 8/10/2009](#), PL nº 238/2009, que determina aos clubes de futebol que assegurem matrícula em instituição de ensino aos jogadores menores de 18 (dezoito) anos a eles vinculados. Sofreu veto parcial por meio da Mensagem nº 136/2009. (DO Legislativo, 10/10/2009, p. 22)
- [Lei nº 13.784, de 23/10/2009](#), PL nº 263/2009, que altera a lei nº 93, de 27 de dezembro de 1972, que criou o Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCET. Sofreu veto parcial por meio da Mensagem nº 154/2009. (DO Legislativo, 24/10/2009, p. 11)
- [Lei nº 13.815, de 17/11/2009](#), PL nº 696/2009, que autoriza o Poder Executivo a realizar operações de crédito com o BID, BNDES e a CEF. Sofreu **veto parcial** por meio da Mensagem nº 161/2009. (DO Legislativo, 18/11/2009, p. 23)
- [Lei nº 13.872, de 15/12/2009](#), PL nº 241/2008, que dispõe sobre normas de proteção e segurança dos consumidores nos estacionamentos públicos e privados. Sofreu **veto parcial** por meio da Mensagem nº 178/2009. (DO Legislativo, 16/12/2009, p. 21)
- [Lei nº 13.873, de 15/12/2009](#), PL nº 765/2008, que institui a campanha “combate à pedofilia no Estado de São Paulo”. Sofreu **veto parcial** por meio da Mensagem nº 179/2009. (DO Legislativo, 16/12/2009, p. 21)
- [Lei nº 13.558, de 11/03/09](#), PL nº 151/2009, que determina a adoção de medidas de proteção a vítimas e testemunhas, nos procedimentos de inquéritos policiais e nos boletins de ocorrência. Sofreu **veto total** por meio da Mensagem nº 65/2009. (DO Legislativo, 02/06/2009, p. 32)

- [Lei nº 13.818, de 23/11/09](#), PL nº 740/2004, que autoriza a instalação de Centros Assistenciais Comunitários - CAS nas localidades onde existam presídios, penitenciárias (...). Sofreu **veto total** por meio da Mensagem nº 79/2009. (DO Legislativo, 01/07/2009, p. 10)
- [Lei nº 13.819, de 23/11/09](#), PL nº 1.286/2007, que dispõe sobre a cobrança da taxa de estacionamento por “shopping centers”. Sofreu **veto total** por meio da Mensagem nº 72/2009. (DO Legislativo, 10/06/2009, p. 35)
- [Lei nº 13.837, de 30/11/09](#), PL nº 337/2009, que denomina "Jardim São Paulo - Ayrton Senna" estação de Metrô, na Capital. Sofreu **veto total** por meio da Mensagem nº 101/2009. (DO Legislativo, 26/08/2009, p. 34)

Espécie normativa	Veto total	Veto parcial	Total
Emenda Constitucional	0	0	0
Lei Complementar	0	1	1
Lei Ordinária	4	17	21
Total	4	18	22

Tabela 11 - Veto por espécie normativa

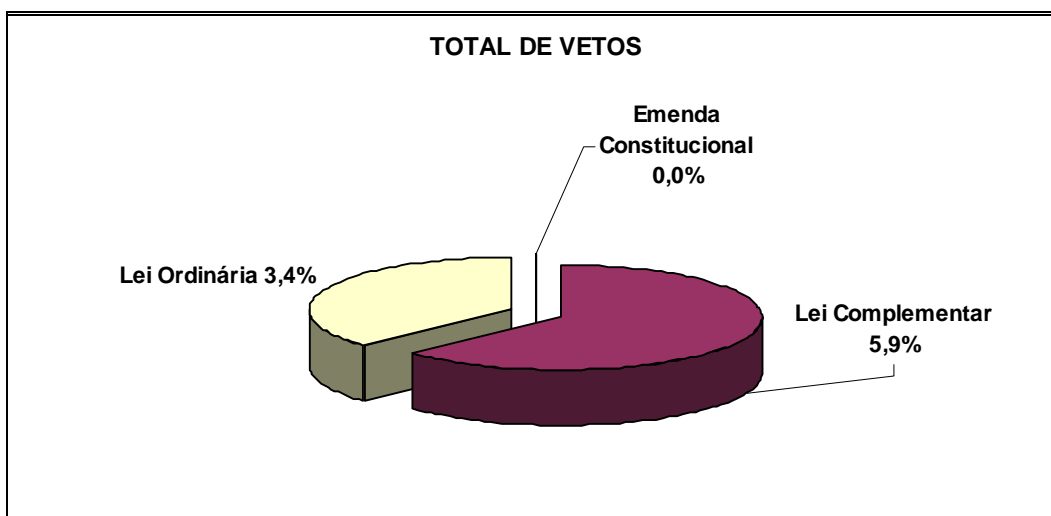


Gráfico 12 - Vetos

2.6 - Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN)

A Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN é um instrumento de controle exercido pelo Supremo Tribunal Federal, assegurado pelo artigo 102, alínea “a”, da Constituição Federal, à lei ou ato normativo federal ou estadual. Já o artigo 103 diz que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade o Presidente da República, a Mesa do Senado, a Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Governador de Estado ou do Distrito Federal, o Procurador-Geral da República, o Conselho

Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partido político com representação no Congresso Nacional, e a confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

A Constituição do Estado de São Paulo, artigo 74, inciso VI, assegura ao Tribunal de Justiça do Estado a competência de processar e julgar originariamente a representação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal, contestados em face da Constituição. A íntegra desses artigos pode ser lida no Anexo IV deste estudo.

No período estudado, foram encontradas **seis normas jurídicas** aprovadas em 2009 que receberam ação direta de inconstitucionalidade, uma lei complementar e cinco leis ordinárias.

A **Lei Complementar nº 1097**, 27/10/09, que institui o sistema de promoção para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação recebeu a **ADIN Nº 4359, do Supremo Tribunal Federal**.

Além da lei complementar nº 1097, cinco leis ordinárias foram consideradas inconstitucionais pelo Judiciário, quatro delas serão julgadas pelo STF e uma pelo Tribunal de Justiça do Estado. A relação completa dessas normas declaradas inconstitucionais pode ser vista a seguir:

- [Lei nº 13.541, 07/05/09](#), proíbe o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, na forma que especifica. PL nº 577/2008, 28/08/08, de autoria do Governador.
ADIN 4249 – Supremo Tribunal Federal – com pedido de medida cautelar – adotado o rito do art. 12 da Lei federal nº 9868/99.
Objeto: em face da Lei estadual 13.541, de 07 de maio de 2009 que impõem restrições ao consumo de cigarro e similares.
- [Lei nº 13.549, 26/05/09](#), declara em regime de extinção a Carteira de Previdência dos Advogados de São Paulo. PL nº 236/2009, 08/04/09, de autoria Governador.
ADIN STF Nº 4291 – com pedido de medida cautelar – adotado o rito do art. 12 da Lei federal nº 9868/99.
ADIN STF nº 4.291-2 de 28/08/2009
Requerente: Partido Socialismo e Liberdade – PSOL
Requerido: Governador do Estado e Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.
Objeto: artigos 1º; 2º, §2º; 6º; 9º; 11; 14; 26 e 34.
- [Lei nº 13.558, 17/06/09](#), Determina a adoção de medidas de proteção a vítimas e testemunhas, nos procedimentos de inquéritos policiais e nos boletins de ocorrência. PL 151/2009, 11/03/09, de autoria de Campos Machado (PTB), Estevam Galvão (DEM) e Antonio Salim Curiati (PP).
ADIN STF nº 4.337 de 05/11/2009
Requerente: Governador do Estado de São Paulo
Requerida: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.
Adotado o rito do art. 12 da Lei Federal nº 9.868, de 1999.
- [Lei nº 13.577, de 08/07/2009](#), Dispõe sobre diretrizes e procedimentos para a proteção da qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas.
ADIN TJSP nº 210.197 de 25/08/2011
Na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 0210197-50.2011.8.26.0000, proposta pelo Procurador-Geral de Justiça, foi concedida liminar suspendendo a eficácia do artigo 10 e seu parágrafo único, da Lei n. 13.577, de 08/07/2009

- [Lei nº 13.819, 23/11/09](#), Dispõe sobre a cobrança da taxa de estacionamento por “shopping centers”. PL 1286/2007, 07/11/07, de autoria Rogério Nogueira (PDT)
ADIN Nº 187.247-0/2 – Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – medida cautelar concedida para suspender a eficácia da lei.
- [Lei nº 13.854, 07/12/09](#), Dispõe sobre a proibição de cobrança de "assinatura mensal" pelas concessionárias de serviços de telecomunicações. PL 255/2002, 26/04/02, de autoria Jorge Caruso (PMDB)
ADIN STF Nº 4369 – medida cautelar deferida.
ADIN STF nº 4.369 de 13/01/2010
Requerente: Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado - ABRAFIX
Requerido: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
Liminar deferida em 14/01/2010
- [Lei Complementar nº 1097, 27/10/09](#), Institui o sistema de promoção para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação e dá outras providências. PLC 29/2009, 08/08/09, de autoria Governador
ADIN STF Nº 4359 – adotado rito do art. 12 da Lei federal nº 9.868/99.
29/12/2009: Publicação de Despacho "(...) A fim de que a decisão seja tomada em caráter definitivo, adoto o procedimento abreviado do art. 12 da Lei nº 9.868/99. Solicitem-se, portanto, informações aos requeridos. Após, abra-se vista, sucessivamente, no prazo de cinco dias, ao Advogado-Geral da União e ao Procurador-Geral da República.

Espécie normativa	ADINs
Emenda Constitucional	0
Lei Complementar	1
Lei Ordinária	6
Total	7

Tabela 12 - Atos que receberam ADINs

3 - ATOS POR ESPÉCIE NORMATIVA

3.1 - Emenda constitucional

3.1.1 - Temas das emendas constitucionais

Em 2009, foram aprovadas seis emendas à Constituição do Estado de São Paulo. Dessas, três tratam da competência fiscalizadora do Poder Legislativo, assunto contido no macrotema “**Assembleia Legislativa**”, duas apresentam conteúdo inserido em “**Administração Pública**” e uma emenda trata de assunto interno ao “**Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**”.

A relação das emendas ordenadas por temas está apresentada a seguir:

Tema: Assembléia Legislativa

A **Emenda Constitucional nº 27**, 15/06//2009, determina que os secretários de Estado e diretores de agências reguladoras sejam convocados a comparecer perante a Comissão Permanente da Assembleia Legislativa para prestação de contas do andamento da gestão e o cumprimento de metas fiscais. Originária da PEC nº 2, de 07/04/09, de autoria de Campos Machado (PTB), Rui Falcão (PPS), Davi Zaia (PPS) e outros, essa proposta tramitou e foi aprovada no período de apenas 2 meses.

A **Emenda Constitucional nº 28**, 2/9/2009, determina que o parlamentar, sempre que representando uma das Comissões Permanentes ou a Assembleia Legislativa, terá livre acesso às repartições públicas, podendo diligenciar pessoalmente junto aos órgãos da administração direta e indireta, sujeitando-se os respectivos responsáveis às sanções civis, administrativas e penais previstas em lei, na hipótese de recusa ou omissão. Originária da PEC nº 4, de 09/06/09, de autoria de Fernando Capez (PSDB), Antonio Salim Curiali (PP), Campos Machado (PTB) e outros. Essa proposta tramitou e foi aprovada num período de 3 meses.

A **Emenda Constitucional nº 31**, 21/10/2009, altera a redação da Emenda Constitucional 27 e 28 que tratam da competência fiscalizatória do Poder Legislativo. Originária da PEC nº 7, de 02/10/09, de autoria de Rui Falcão (PT), Haifa Madi (PDT), João Caraméz (PSDB). Essa proposição foi a que menos tempo levou para tramitar e ser aprovada, apenas 19 dias.

Tema: Administração Pública

A **Emenda Constitucional nº 29**, 21/10/2009, veda ao Poder Público a publicidade de qualquer natureza fora do território do Estado, para fins de propaganda governamental, exceto às empresas que enfrentam concorrência de mercado e divulgação destinada a promover o turismo estadual. Essa norma teve origem na da PEC nº 1, de 03/04/08, de autoria de Célia Leão (PSDB), Fernando Capez (PSDB), Rodolfo Costa e Silva (PSDB) e outros. A proposta tramitou e foi aprovada num período de 1 ano e 7 meses.

A **Emenda Constitucional nº 30**, 21/10/2009, determina que a alteração da denominação de Municípios, quando não resultar do disposto no artigo 145, far-se-á por lei estadual e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população do respectivo Município. Originária da PEC nº 6, de 25/09/09, de autoria de Donisete Braga (PT), Simão

Pedro (PT), José Bittencourt (PDT) e outros. Essa proposta tramitou e foi aprovada num período de 27 dias.

Tema: Tribunal de Justiça do Estado

A **Emenda Constitucional** nº 32, 9/12/2009, determina que caberá ao Presidente do Tribunal de Justiça, observadas as disponibilidades orçamentárias, indeferir as férias de quaisquer de seus membros por necessidade de serviço, ou determinar a reassunção imediata de magistrado no exercício de seu cargo, cabendo a este, nas hipóteses aqui previstas, o direito à correspondente indenização das férias no mês subsequente ao indeferimento, ou a anotação para gozo oportuno, a requerimento do interessado. Originária da PEC nº 5, de 18/09/09, de autoria dos deputados Campos Machado (PTB), Luciano Batista (PSB), Gilson de Souza (DEM) e outros. Essa proposta tramitou e foi aprovada num período de três meses.

Macrotema	Emenda Constitucional	%
Administração Pública	2	33,3%
Assembleia Legislativa	3	50%
Tribunal de Justiça	1	16,7%
Total	6	100%

Tabela 13 - Macrotema das Emendas Constitucionais

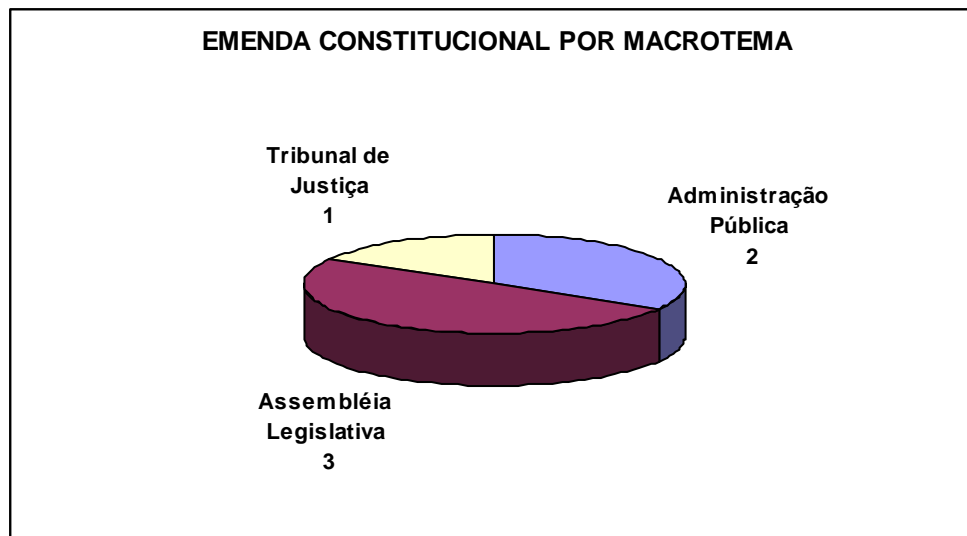


Gráfico 13 - Emenda Constitucional por macrotema

3.1.2 - Autoria das emendas constitucionais

Todas as propostas de emenda à constituição foram de iniciativa coletiva de parlamentares.

3.1.3 - Tramitação das propostas de emendas constitucionais

Cinco emendas tramitaram por um período de 0 a 6 meses na Alesp e uma levou 1 ano e 7 meses para ser aprovada.

A norma que mais rapidamente tramitou na Assembleia, foi a **Emenda Constitucional nº 31**, de 21 de outubro de 2009. Ela **levou 19** dias para ser transformada em norma jurídica. Oriunda da PEC nº 7, de 02/10/09, ela altera o § 9º do artigo 14 da Constituição do Estado, dispõe sobre o livre acesso às repartições públicas do Deputado ou a Deputada, sempre que representando uma das Comissões Permanentes, CPI ou a Assembleia Legislativa, e sobre o comparecimento do Secretário de Estado, com a finalidade de apresentar, quadrimestralmente, perante Comissão Permanente do Poder Legislativo, a demonstração e a avaliação do cumprimento das metas fiscais por parte do Poder Executivo suprirá a obrigatoriedade constante do ‘caput’ deste artigo.

Tramitação	Emenda Constitucional
Menos de um mês	2
1 a 3 meses	3
Mais de um ano	1
Total	6

Tabela 14 - Tempo de tramitação das emendas constitucionais

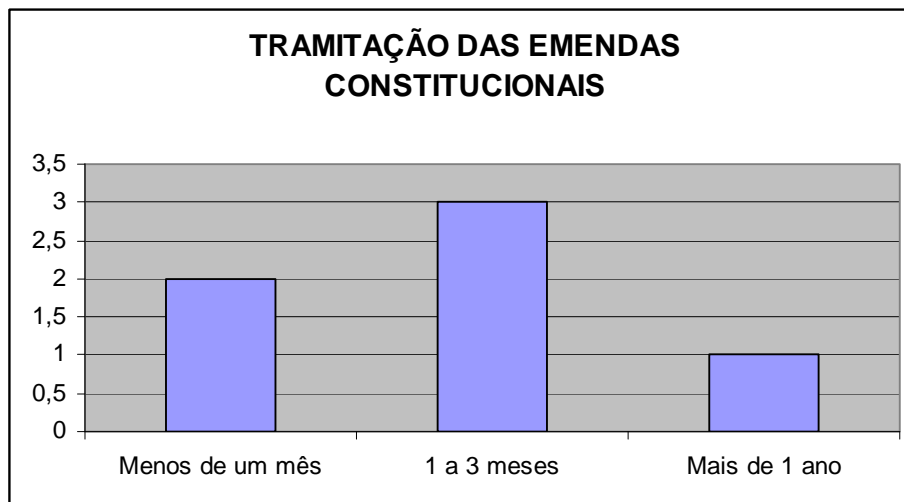


Gráfico 14 - Tempo de tramitação das emendas constitucionais

3.1.4 - Promulgação das emendas constitucionais

Todas as emendas são promulgadas pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado. (Constituição estadual, artigo 22, § 3º)

3.1.5 - Vetos e ADINS

Não houve nenhum veto nem Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADINs às emendas publicadas no ano passado.

3.2 - Lei complementar

3.2.1 - Temas das leis complementares

Das 17 de leis complementares aprovadas em 2009, 41,2% dispõem sobre assuntos contidos na categoria “**Administração Pública**”, 23,5% estão classificadas no item “Tribunal de Justiça” por tratarem de assuntos de interesse restrito ao tribunal, 11,8% dispõem sobre assuntos que constam da categoria “Tribunal de Contas” e, com 5,9%, aparecem as leis que dispõem de assuntos incluídos em “Assembléia Legislativa”, “Desenvolvimento Social”, “Educação e Cultura” e “Saúde Pública”. (Tabela 15)

Macrotema	Lei Complementar	%
Administração Pública	7	41,2%
Assembleia Legislativa	1	5,9%
Desenvolvimento Social	1	5,9%
Educação e Cultura	1	5,9%
Saúde Pública	1	5,9%
Tribunal de Contas	2	11,8%
Tribunal de Justiça	4	23,5%
Total	17	100%

Tabela 15 - Macrotema das Leis Complementares

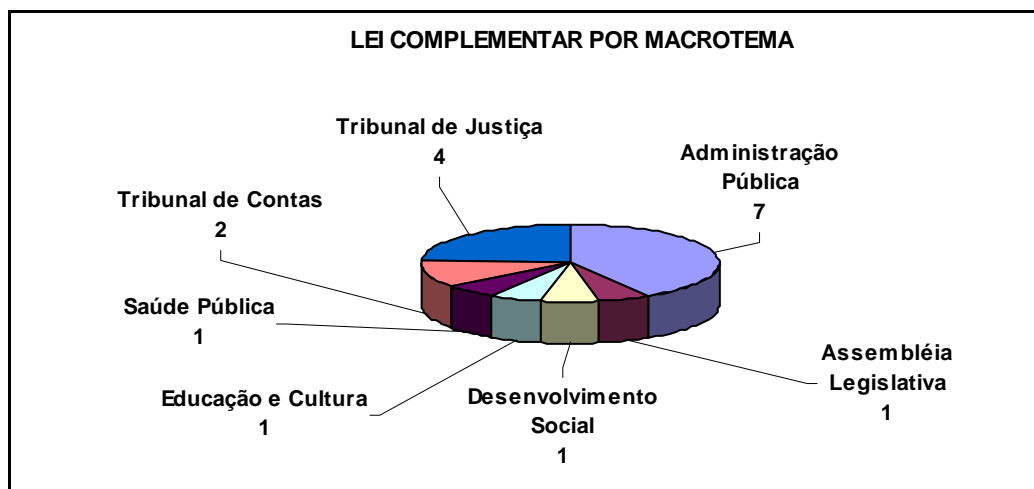


Gráfico 15 - Lei Complementar por macrotema

3.2.2 - Autoria das leis complementares

Cabe ao Poder Executivo a autoria da maioria dos projetos de lei complementar aprovados. Das 17 leis complementares aprovadas, 52,9% são de iniciativa do Poder

Executivo, 35,3% do Poder Judiciário e 11,8% do Poder Legislativo. Desses, nove são de iniciativa do Governador do Estado, seis são de iniciativa do Tribunal de Justiça, uma da Mesa Diretora da Alesp e uma de autoria da Dep. Analice Fernandes (PSDB). (Tabela 16, Tabela 17 e Tabela 18)

A relação das leis complementares de autoria do Poder Executivo é apresentada a seguir:

1086	Institui Bonificação por Resultados - BR, no âmbito do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS.
1087	Altera a Lei Complementar nº 1086, de 2009, que instituiu Bonificação por Resultados - BR, no âmbito do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS.
1093	Dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual.
1094	Institui a Jornada Integral de Trabalho Docente e a Jornada Reduzida de Trabalho Docente para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação, cria cargos de docente que especifica.
1095	Dispõe sobre a qualificação como organizações sociais das fundações e das entidades.
1096	Altera a Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968 - Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.
1097	Institui o sistema de promoção para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação.
1098	Altera a Lei Complementar nº 988, de 2006, que organiza a Defensoria Pública do Estado e institui o regime jurídico da carreira de Defensor Público do Estado, cria os cargos de Defensor Público que especifica
1102	Cria funções-atividades no Quadro de Pessoal do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE

A relação das leis complementares de autoria do Poder Legislativo é apresentada a seguir:

1091	Dispõe sobre a revalorização das Escalas de Classes e Vencimentos do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.
1099	Autoriza o Poder Executivo a criar cargos de técnico de enfermagem no Quadro de Pessoal da Secretaria da Saúde.

A relação das leis complementares de autoria do Poder Judiciário é apresentada a seguir:

1088	Dispõe sobre a transformação de cargos no Quadro do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
1089	Altera a Lei complementar nº 980, de 21 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a reclassificação das Comarcas do Estado de São Paulo
1090	Dispõe sobre a extinção do Foro Distrital de Vicente de Carvalho, da Comarca de Guarujá.
1092	Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro da Secretaria do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
1100	Dispõe sobre o enquadramento de cargos de Escrevente Técnico Judiciário, criados pela Lei Complementar nº 991, de 2006
1101	Dispõe sobre a criação e transformação de cargos no Quadro do Tribunal de Justiça

Autoria	Lei Complementar	%
Legislativo	2	11,8%
Executivo	9	52,9%
Judiciário	6	35,3%
Total	17	100%

Tabela 16 - Iniciativa dos três Poderes das Leis Complementares

Autoria	Lei Complementar	%
Coletiva	7	41,2%
Individual	10	58,8%
Total	17	100%

Tabela 17 - Iniciativa individual ou coletiva das Leis Complementares

Autoria	Lei Complementar	%
Tribunal de Justiça	6	35,3%
Governador	9	52,9%
PSDB	1	5,9%
Alesp/Mesa	1	5,9%
Total	17	100%

Tabela 18 - Iniciativa das Leis Complementares

3.2.3 - Tramitação dos projetos de lei complementar

Dos projetos de lei complementar transformados em norma jurídica em 2009, um levou 13 dias para tramitar e ser aprovado, 10 projetos tramitaram no período de um a três meses, cinco projetos levaram de quatro a 10 meses para ser aprovados e apenas um deles levou mais de um ano.

A lei complementar que mais rapidamente tramitou na Alesp foi a **Lei complementar nº 1.087, 03/04/09**, que altera a Lei Complementar nº 1086, de 2009, que instituiu Bonificação por Resultados - BR, no âmbito do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS. Essa lei é de autoria do Governador.

A que mais tempo levou tramitando na Assembleia foi a **Lei complementar nº 1099, 07/12/09**, que autoriza o Poder Executivo a criar cargos de técnico de enfermagem no Quadro de Pessoal da Secretaria da Saúde. Projeto de autoria da Dep. Analice Fernandes do PSDB.

Tramitação	Lei Complementar
Menos de um mês	1
1 a 3 meses	10
4 a 10 meses	5
Mais de um ano	1
Total	17

Tabela 19 - Tempo de tramitação das Leis Complementares

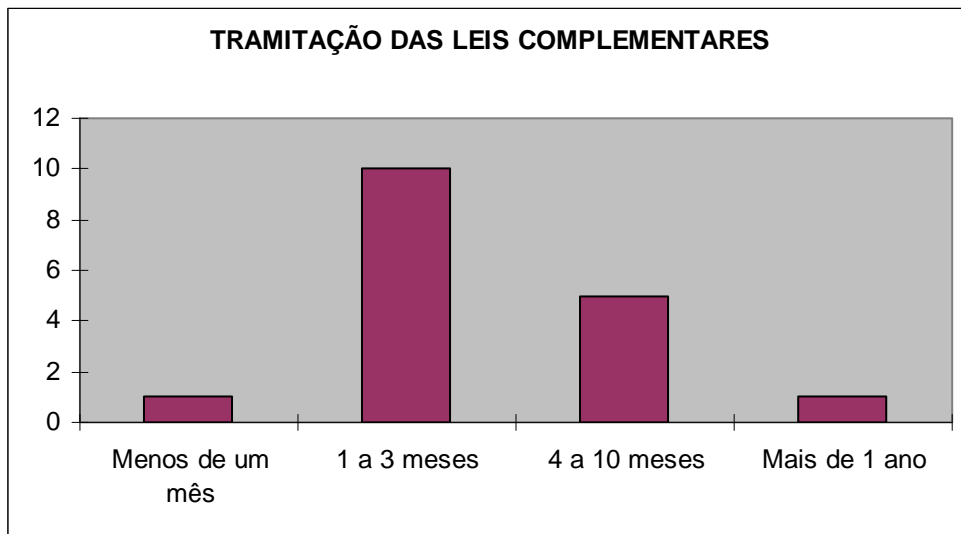


Gráfico 16 - Tramitação das Leis Complementares

3.2.4 - Promulgação das leis complementares

O Poder Executivo promulgou a maioria das leis complementares aprovadas em 2009. Das 17 leis, 15 (88%) foram sancionadas pelo Governador e dois (11,8%) foram promulgadas pelo Legislativo.

Relação das leis complementares promulgadas pelo Legislativo:

1091	Dispõe sobre a revalorização das Escalas de Classes e Vencimentos do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.
1099	Autoriza o Poder Executivo a criar cargos de técnico de enfermagem no Quadro de Pessoal da Secretaria da Saúde.

Autoria	Lei Complementar	%
Executivo	15	88,2%
Legislativo	2	11,8%
Total	17	100%

Tabela 20 - Promulgação das Leis Complementares

3.2.5 - Vetos

No ano de 2009, o Poder Executivo vetou parcialmente um projeto de lei complementar. Foi o PLC nº 62, de 2008, transformado na **Lei Complementar nº 1.095, de 18/9/2009**, que dispõe sobre a qualificação como organizações sociais das fundações e das entidades que especifica, sofreu veto parcial por meio da Mensagem nº 118/2009. Embora o referido projeto seja de autoria do Governador, durante sua tramitação, o projeto recebeu emendas, consolidadas na Emenda Aglutinativa Substitutiva nº 2, apresentada na forma do artigo 175, IV, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, não acolhidas pelo Executivo. (Publicado no DOE, Poder Legislativo, 19/09/2009, p. 11)

3.2.6 - ADINs

Em 2009, uma única lei complementar recebeu uma ação direta de inconstitucionalidade, **Lei complementar nº 1.097, de 27/10/09**, que institui o sistema de promoção para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação.

A referida lei recebeu a [ADIN STF Nº 4359](#). A ação alega que a lei seria inconstitucional por vício de origem e por violação aos princípios da legalidade e da paridade entre os servidores aposentados e ativos.

3.3 - Lei Ordinária

3.3.1 - Temas das leis ordinárias

Em 2009, foram publicadas 610 leis ordinárias, sendo 245 (40%) instituindo “**Datas Comemorativas**”. Em seguida, aparecem as 155 leis (25%) que atribuem nomes a prédios, viadutos, escolas etc., “**Denominação de Espaços Públicos**”. Depois vêm as 117 leis (19%) que declaram de “**Utilidade Pública**” as entidades que especificam. Em quarto lugar, estão as 31 leis (5%) sobre “**Patrimônio Imobiliário**”.

As demais áreas, Administração Pública, Consumidor, Meio Ambiente, Orçamento e Finanças, Desenvolvimento Social, Educação e Cultura, Tributos e Impostos, Saúde Pública, Segurança Pública, Transporte e Trânsito, Turismo, Esporte e Lazer, Emprego e Trabalho, Habitação, Homenagens, Previdência Social, apresentam percentuais inferiores a 2%, o que pode ser observado comparativamente na tabela a seguir.

Macrotema	Lei Ordinária	%
Administração Pública	10	1,6%
Consumidor	9	1,5%
Datas Comemorativas	245	40%
Denominação de Espaços Públicos	155	25%
Desenvolvimento Social	5	0,8%
Educação e Cultura	5	0,8%
Emprego e Trabalho	1	0,2%
Habitação	1	0,2%
Homenagens	1	0,2%
Meio Ambiente	8	1,3%
Orçamento e Finanças	6	1%
Patrimônio Imobiliário	31	5,1%
Previdência Social	1	0,2%
Saúde Pública	4	0,7%
Segurança Pública	2	0,3%
Transporte e Trânsito	2	0,3%
Tributos e Impostos	5	0,8%
Turismo, Esporte e Lazer	2	0,3%
Utilidade Pública e Outros Títulos	117	19%
Total	610	100%

Tabela 21 - Macrotema das Leis Ordinárias

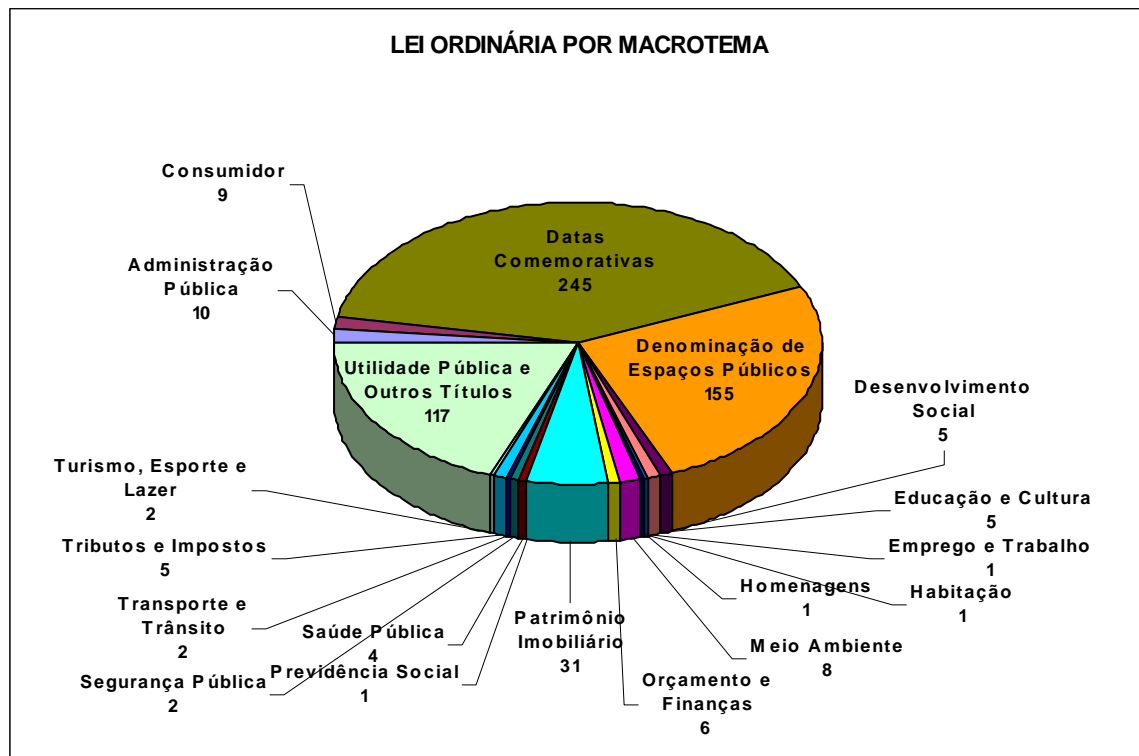


Gráfico 17 - Leis Ordinárias por macrotema

3.3.2 - Autoria das leis ordinárias

Conforme se observa na Tabela 22, das 610 leis ordinárias aprovadas em 2009, 550 (90%) são de iniciativa do Poder Legislativo, 57 leis (9%) são de autoria do Executivo Estadual e três leis (0,5%) são de autoria do Judiciário.

Ao analisarmos o desempenho dos partidos políticos, verifica-se que o principal foco de atuação dos parlamentares é na elaboração de leis ordinárias. Eles foram responsáveis pela iniciativa de 548 leis ordinárias aprovadas no ano de 2009, seguido pelo Executivo que foi autor de 57 leis ordinárias. O Tribunal de Justiça do Estado foi autor de 3 leis ordinárias e as Comissões da Alesp (Comissão de Transportes e Comunicações e a CPI da Santa Casa) foram autoras de duas leis ordinárias.

O **PSDB** aparece como autor do maior número de normas aprovadas, 173 atos, ou 28% do total. O mesmo ocorreu no ano de 2008, quando o PSDB aparece como autor de 178 leis ordinárias (34%) das normas publicadas.

Os temas das leis ordinárias de iniciativa do PSDB aprovadas em 2009 encontram-se classificadas nos seguintes macrotemas: 69 leis sobre “**Denominação de Espaços Públicos**”, 59 sobre instituição de “**Datas Comemorativas**”, 36 sobre declaração de “**Utilidade Pública e Outros Títulos**”, duas sobre “**Educação e Cultura**”, duas sobre “**Consumidor**”, uma sobre “**Administração Pública**”, uma sobre “**Desenvolvimento Social**”, uma sobre “**Homenagens e Condecorações**”, uma sobre “**Meio Ambiente**” e uma sobre “**Transporte e Trânsito**”.

Em seguida, vem o **PDT** com a autoria de 73 normas (12%). Depois aparece o PP com 45 normas (7,4%), o PT com 42 normas (6,9%), os partidos DEM e PV com 38 normas (6,2),

o PPS com 36 normas, o PTB com 33, o PMDB com 24, o PSOL com quatro, PSC com três e PDS, PR, PRB, PC do B, PL, PFL e PPB como autor de uma norma aprovada.

Autoria	Lei Ordinária	%
Ministério Público	1	0,2%
Tribunal de Justiça	3	0,5%
Governador	56	9,2%
PDS	1	0,2%
PR	1	0,2%
PRB	1	0,2%
PT	42	6,9%
PSB	32	5,2%
PC do B	1	0,2%
PSDB	173	28,4%
PMDB	24	3,9%
DEM	38	6,2%
PPS	36	5,9%
PDT	73	12,0%
PTB	33	5,4%
PL	1	0,2%
PV	38	6,2%
PP	45	7,4%
PSOL	4	0,7%
PSC	3	0,5%
PFL	1	0,2%
PPB	1	0,2%
Alesp/Comissões	2	0,3%
Total	610	100%

Tabela 22 - Autoria das Leis Ordinárias

Autoria	Lei Ordinária	%
Executivo	57	9,3%
Legislativo	550	90,2%
Judiciário	3	0,5%
Total	610	100%

Tabela 23 - Autoria das Leis Ordinárias

3.3.3 - Tramitação dos projetos de lei ordinária

Dos projetos de lei transformados em lei em 2009 (610), 39 demoraram de um a três meses para tramitar e ser aprovado, 100 projetos tramitaram no período de quatro a seis meses, 135 levaram de sete a nove meses para serem aprovados, 97 projetos levaram de 10 a 12 meses, 185 projetos levaram mais de um ano e 54 projetos tramitaram por mais de dois anos.

Das leis ordinárias aprovadas em 2009, o **PL nº 607**, de 23/08/95, do Dep. Israel Zekcer (PTB) – transformado na **Lei nº 13.536, de 4/05/2009**, que altera o artigo 1º da Lei nº 1.680, de 7 de junho de 1978, que institui o “Dia do Instalador Hidráulico” - foi o que mais tempo levou para tramitar, 13 anos e 9 meses.

Quanto as proposições que mais rapidamente se transformaram em leis ordinárias, encontramos os projetos das leis: [13.711](#), [13.712](#), [13.713](#), [13.714](#), [13.715](#), [13.716](#), [13.717](#), [13.718](#), [13.719](#), [13.720](#), [13.721](#), [13.722](#), [13.797](#). Esses projetos de leis tramitaram por um mês na Assembleia até serem aprovados. O tema de todos eles é doação/cessão de imóveis (Patrimônio imobiliário). Além dessas leis, três outras também levaram um mês para serem aprovadas, são elas:

- [Lei nº 13.723, de 29/09/2009](#), que Autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, os direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais, na forma que especifica.
- [Lei nº 13.918, de 22/12/2009](#), que dispõe sobre a comunicação eletrônica entre a Secretaria da Fazenda e o sujeito passivo dos tributos estaduais, altera a Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989, que instituiu o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.
- [Lei nº 13.919, de 22/12/2009](#), que cria cargos no Quadro da Secretaria da Administração Penitenciária.

Tramitação	Lei Ordinária
1 a 3 meses	39
4 a 6 meses	100
7 a 9 meses	135
10 a 12 meses	97
Mais de um ano	185
Mais de dois anos	54
Total	610

Tabela 24 - Tempo de tramitação das Leis Ordinárias

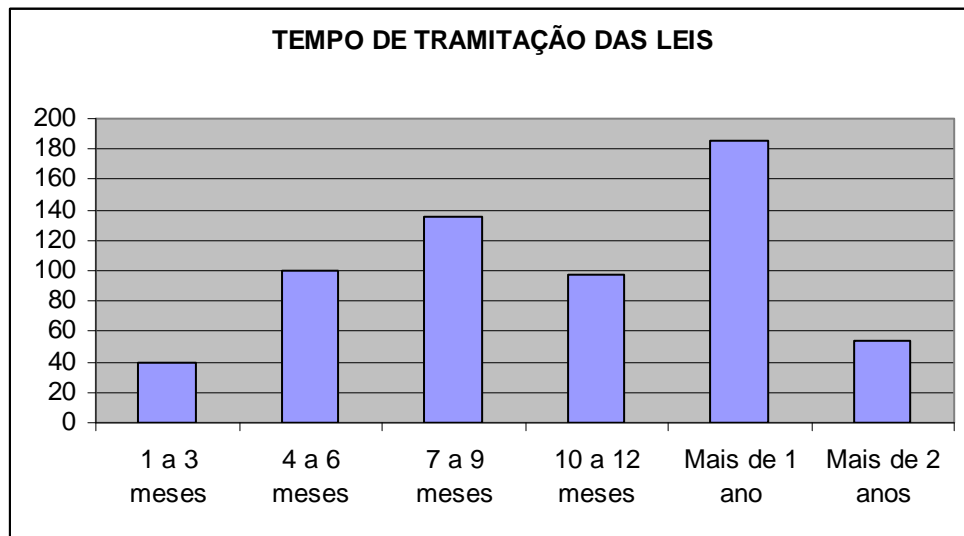


Gráfico 18 - Tramitação

3.3.4 - Promulgação das leis ordinárias

O Poder Executivo promulgou a maioria das leis ordinárias aprovadas em 2009. Das 610 leis, 342 (56%) foram sancionadas pelo Governador e 268 (43,9%) foram promulgadas pelo Presidente da Assembleia Legislativa.

Promulgação	Lei Ordinária	%
Executivo	342	56%
Legislativo	268	43,9%
Total	610	100%

Tabela 25 - Promulgação das Leis Ordinárias

3.3.5 - Vetos

Do total dos projetos de lei aprovados em 2009, 21 deles sofreram veto. Sendo quatro vetos totais (19%) e 17 vetos parciais (81%). (Tabela 26)

A seguir indicamos os projetos de lei que receberam veto parcial e total e a indicação da íntegra da mensagem de veto do Governador, publicada no Diário Oficial do Estado.

- PL nº 537/2008, de autoria do Dep. Roberto Felício (PT) transformado na Lei nº 13.504, de 17/4/2009, que institui o “Dia do Combate à Intolerância Religiosa”. Sofreu **veto parcial** por meio da Mensagem nº 29/2009. (DO Legislativo, 18/04/2009, p. 42)
- PL nº 760/2007, de autoria do Dep. Celso Giglio (PSDB), transformado na Lei nº 13.545, de 20/5/2009, que proíbe a compra, venda, fornecimento e consumo de bebidas alcoólicas em qualquer dos estabelecimentos de ensino (...). Sofreu **veto parcial** por meio da Mensagem nº 46/2009. (DO Legislativo, 21/05/2009, p. 34)

-
- PL nº 662/2008, de autoria do Dep. Roberto Massafera (PSDB), transformado na Lei nº 13.548, de 26/5/2009, que institui o Diploma de Reconhecimento ao Mérito Desportivo no Estado. Sofreu **veto parcial** por meio da Mensagem nº 56/2009. (DO Legislativo, 27/05/2009, p. 36)
 - PL nº 92/2008, de autoria do Dep. Fernando Capez (PSDB), transformado na Lei nº 13.552, de 2/6/2009, que obriga as concessionárias e empresas prestadoras de serviços públicos a emitir, no início de cada ano, recibo de quitação dos pagamentos pelos serviços prestados (...). Recebeu **veto parcial** por meio da Mensagem nº 67/2009. (DO Legislativo, 03/06/2009, p. 35)
 - PL nº 634/2005, de autoria do Dep. Campos Machado (PTB), transformado na Lei nº 13.557, de 9/6/2009, que institui a “Semana Estadual ‘Grande Otelo’ - Novos Talentos Brasileiros”. Recebeu **veto parcial** por meio da Mensagem nº 71/2009. (DO Legislativo, 10/06/2009, p. 35)
 - PL nº 1335/2007, de autoria do Dep. Simão Pedro (PT), transformado na Lei nº 13.559, de 24/6/2009, que estabelece exigências para a utilização de alojamento ou moradia por trabalhadores rurais. Sofreu **veto parcial** por meio da Mensagem nº 78/2009. (DO Legislativo, 25/06/2009, p. 22)
 - PL nº 33/2008, de autoria do Dep. Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), transformado na Lei nº 13.576, de 6/7/2009, que institui normas e procedimentos para a reciclagem, gerenciamento e destinação final de lixo tecnológico. Sofreu **veto parcial** por meio da Mensagem nº 83/2009. (DO Legislativo, 04/08/2009, p. 24)
 - PL nº 368/2005, de autoria do Governador, transformado na Lei nº 13.577, de 8/7/2009, que Dispõe sobre diretrizes e procedimentos para a proteção da qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas. Recebeu **veto parcial** por meio da Mensagem nº 84/2009. (DO Legislativo, 04/08/2009, p. 25)
 - PL nº 182/2008, de autoria do Dep. Jonas Donizette (PSB), transformado na Lei nº 13.580, de 24/7/2009, que institui o Programa Permanente de Ampliação das Áreas Verdes Arborizadas Urbanas. Sofreu **veto parcial** por meio da Mensagem nº 85/2009. (DO Legislativo, 04/08/2009, p. 25)
 - PL nº 676/2008, de autoria do Dep. Luis Carlos Gondim (PPS), transformado na Lei nº 13.592, de 25/8/2009, que institui o “Dia Estadual de Luta dos Portadores de Anemia Falciforme”. Recebeu **veto parcial** por meio da Mensagem nº 100/2009. (DO Legislativo, 26/08/2009, p. 34)
 - PL nº 298/2008, da Dep. Vanessa Damo (PV), transformado na Lei nº 13.747, de 7/10/2009, que obriga os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega dos produtos (...). Sofreu **veto parcial** por meio da Mensagem nº 134/2009. (DO Legislativo, 19/09/2009, p. 11)
 - PL nº 238/2009, de autoria do Dep. Raul Marcelo (PSOL), transformado na Lei nº 13.748, de 8/10/2009, que determina aos clubes de futebol que assegurem matrícula em instituição de ensino aos jogadores menores de 18 (dezoito) anos a eles vinculados. Sofreu **veto parcial** por meio da Mensagem nº 136/2009. (DO Legislativo, 10/10/2009, p. 22)
 - PL nº 263/2009, de autoria do Governador, transformado na Lei nº 13.784, de 23/10/2009, que altera a lei nº 93, de 27 de dezembro de 1972, que criou o Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCET. Sofreu **veto parcial** por meio da Mensagem nº 154/2009. (DO Legislativo, 24/10/2009, p. 11)

- PL nº 696/2009, de autoria do Governador, transformado na Lei nº 13.815, de 17/11/2009, que autoriza o Poder Executivo a realizar operações de crédito com o BID, BNDES e a CEF. Sofreu **veto parcial** por meio da Mensagem nº 161/2009. (DO Legislativo, 18/11/2009, p. 23)
- PL nº 241/2008, de autoria do Dep. André Soares (DEM), transformado na Lei nº 13.872, de 15/12/2009, que dispõe sobre normas de proteção e segurança dos consumidores nos estacionamentos públicos e privados. Sofreu **veto parcial** por meio da Mensagem nº 178/2009. (DO Legislativo, 16/12/2009, p. 21)
- PL nº 765/2008, de autoria do Dep. José Bruno (DEM), transformado na Lei nº 13.873, de 15/12/2009, que institui a campanha “combate à pedofilia no Estado de São Paulo”. Sofreu **veto parcial** por meio da Mensagem nº 179/2009. (DO Legislativo, 16/12/2009, p. 21)
- PL nº 151/2009, de autoria dos Deputados Campos Machado (PTB), Estevam Galvão (DEM) e Antonio Salim Curiati (PP), transformado na Lei nº 13.558, de 11/03/09, que determina a adoção de medidas de proteção a vítimas e testemunhas, nos procedimentos de inquéritos policiais e nos boletins de ocorrência. Sofreu **veto total** por meio da Mensagem nº 65/2009. (DO Legislativo, 02/06/2009, p. 32)
- PL nº 740/2004, de autoria do Dep. Antonio Salim Curiati (PP), transformado na Lei nº 13.818, de 23/11/09, que autoriza a instalação de Centros Assistenciais Comunitários - CAS nas localidades onde existam presídios, penitenciárias (...). Sofreu **veto total** por meio da Mensagem nº 79/2009. (DO Legislativo, 01/07/2009, p. 10)
- PL nº 1.286/2007, de autoria do Dep. Rogério Nogueira (PDT), transformado na Lei nº 13.819, de 23/11/09, que dispõe sobre a cobrança da taxa de estacionamento por “shopping centers”. Sofreu **veto total** por meio da Mensagem nº 72/2009. (DO Legislativo, 10/06/2009, p. 35)
- PL nº 337/2009, de autoria do Dep. Campos Machado (PTB), transformado na Lei nº 13.837, de 30/11/09, que denomina "Jardim São Paulo - Ayrton Senna" estação de Metrô, na Capital. Sofreu **veto total** por meio da Mensagem nº 101/2009. (DO Legislativo, 26/08/2009, p. 34)

Vetos	Lei Ordinária	%
Veto Parcial	17	81%
Veto Total	4	19%
Total	21	100%

Tabela 26 - Vetos nas Leis Ordinárias

3.3.6 - ADINs

Na produção legislativa de 2009, foram encontradas cinco leis ordinárias com ação direta de inconstitucionalidade. Quatro delas serão julgadas pelo STF e uma pelo Tribunal de Justiça do Estado.

A relação das leis ordinárias declaradas inconstitucionais pode ser vista na relação abaixo:

- [Lei nº 13.541, 07/05/09](#), proíbe o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, na forma que especifica. (**ADIN STF 4249**)
- [Lei nº 13.549, 26/05/09](#), declara em regime de extinção a Carteira de Previdência dos Advogados de São Paulo. (**ADIN STF Nº 4291 e ADIN STF nº 4.291-2**)
- [Lei nº 13.558, 17/06/09](#), determina a adoção de medidas de proteção a vítimas e testemunhas, nos procedimentos de inquéritos policiais e nos boletins de ocorrência. (**ADIN STF nº 4.337**)
- [Lei nº 13.819, 23/11/09](#), dispõe sobre a cobrança da taxa de estacionamento por “shopping centers”. (**ADIN Nº 187.247-0/2 – Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**).
- [Lei nº 13.854, 07/12/09](#), dispõe sobre a proibição de cobrança de "assinatura mensal" pelas concessionárias de serviços de telecomunicações. (**ADIN STF Nº 4369**)

3.4 - Decreto legislativo

3.4.1 - Temas dos decretos legislativos

A inclusão dos decretos legislativos, no elenco de normas legais aqui estudadas, tem a intenção de ressaltar a relevância das matérias de competência privativa do Poder Legislativo. É por meio de projeto de decreto legislativo que o Poder Legislativo exerce sua função de fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo, inclusive os da administração descentralizada. Tal controle abrange os atos administrativos, de gestão e a fiscalização financeira e orçamentária do Estado que assim é tratada na Constituição Estadual:

Os decretos legislativos, aprovados em 2009, representam o maior número de atos publicados (42,3%). Sendo que 1.466 dispõem sobre o reconhecimento, por parte da Assembleia do Estado, das decisões do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo sobre irregularidades na tomada de preços, contrato e termos aditivos.

Mencionamos abaixo, alguns exemplos do conteúdo dos decretos de auditoria do TCE-SP.

- [Decreto Legislativo nº 777, de 2/4/2009](#), dispõe sobre decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo que especifica, e dá outras providências. (Artigo 1º - Não mais cabendo a sustação dos efeitos do Contrato 90/22/00399.2, celebrado em 13 de setembro de 1990 entre o D.A.E.E. - Departamento de Águas e Energia Elétrica e a PROBITEC Engenharia S/C Ltda., a Assembleia Legislativa arquivará o Processo TC 63172/026/90, em observância ao artigo 239, § 2º, do seu Regimento Interno)
- [Decreto Legislativo nº 814, de 16/4/2009](#), dispõe sobre contrato administrativo que especifica. (Artigo 1º - Ficam aprovados: I - o envio, ao Ministério Público e à Procuradoria Geral do Estado, para as providências que entenderem cabíveis nas esferas penal e civil, de ofícios encaminhando cópia reprográfica da documentação relativa ao Contrato nº 08/0021/4/01-02, de 23 de novembro de 1994, celebrado entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a Alberflex-Indústria de Móveis Ltda.; II - o arquivamento dos autos, tendo em vista que não mais cabe a sustação do contrato)
- [Decreto Legislativo nº 2.199, de 16/10/2009](#), dispõe sobre o reconhecimento de decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e dá outras providências. (Artigo 1º - Fica reconhecida a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão concernente ao Processo TC-29531/026/00, que julgou irregulares a licitação e o contrato celebrado entre o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE e a Maubertec Engenharia e Projetos Ltda)

Apenas sete decretos legislativos aprovados em 2009 referem-se a outros temas além daqueles sobre auditoria do TCE. São eles:

Tema: Administração Pública

- [Decreto Legislativo nº 1.518, de 26/5/2009](#), regulamenta disposições do artigo 14 da Constituição do Estado e institui o “Protocolo de Recepção a Parlamentares” em órgãos públicos. (Artigo 1º - Fica instituído, com vistas aos procedimentos a serem observados por todos os Órgãos dos Poderes do Estado, seus servidores civis, militares, e aqueles que

neles, e a eles, prestam serviços terceirizados, e em face às prerrogativas estabelecidas no artigo 14 da Constituição do Estado, o “Protocolo de Recepção a Parlamentares”.)

- [Decreto Legislativo nº 1.890, de 17/6/2009](#), aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal (Altera os artigos 22, 24, 61 e 220 da Constituição Federal)
- [Decreto Legislativo nº 1.892, de 17/6/2009](#), aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal (Altera o artigo 132 da Constituição Federal)
- [Decreto Legislativo nº 2.003, de 5/8/2009](#), aprova a nomeação de membros do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP.

Tema: Orçamento (Fiscalização de contas apresentadas pelo Governador)

- [Decreto Legislativo nº 2.244, de 17/12/2009](#), dispõe sobre as contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo relativas ao exercício econômico-financeiro de 2008.

Tema: Patrimônio Público (Bens pertencentes ao Estado)

- [Decreto Legislativo nº 1.891, de 17/6/2009](#), aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal (Acrescenta dispositivo ao artigo 26 da Constituição Federal e dá outras providências)

Tema: Saúde

- [Decreto Legislativo nº 1.889, de 17/6/2009](#), aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal. (Modifica o artigo 198 da Constituição Federal e o § 4º do artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias)

Macrotema	Decreto Legislativo	%
Administração Pública	4	0,3%
Tribunal de Contas, Auditoria	1.466	99,5%
Orçamento e Finanças Públicas	1	0,1%
Patrimônio Imobiliário	1	0,1%
Saúde Pública	1	0,1%
Total	1.473	100%

Tabela 27 - Macrotema dos Decretos Legislativos

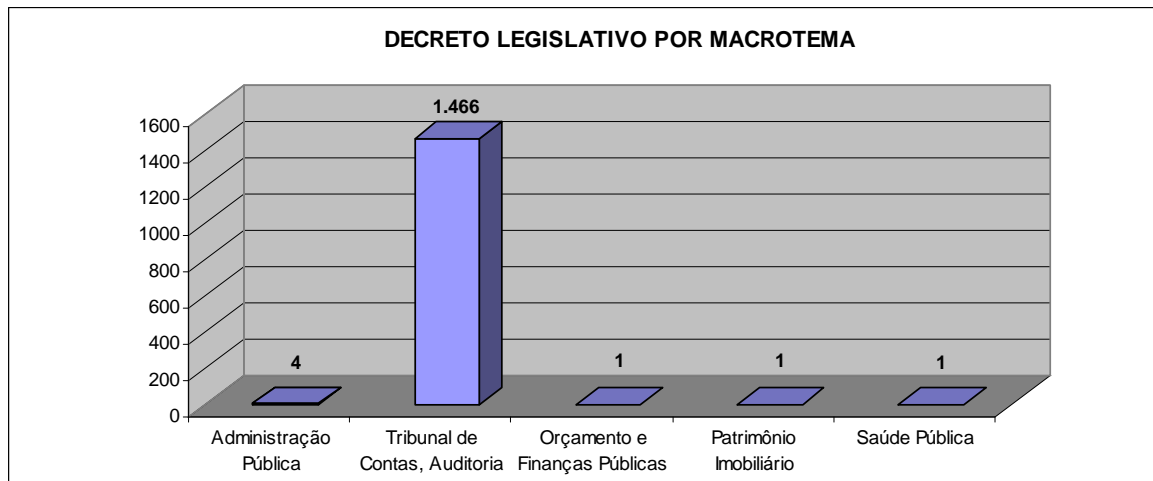


Gráfico 19 - Macrotema

3.4.2 - Autoria dos decretos legislativos

Todos os decretos legislativos publicados em 2009 são de autoria coletiva (1.473 atos). Sendo 1.468 de iniciativa da Comissão de Finanças da Assembleia, quatro da Mesa Diretora e um de autoria coletiva de parlamentares.

Mostramos a seguir a relação dos decretos legislativos de iniciativa de parlamentares e da Mesa Diretora da Alesp. Aqueles de autoria da Comissão de Finanças, por ser uma lista muito extensa e por apresentarem o mesmo conteúdo - resultado da auditoria do TCE – podem ser lidos no sítio da [Alesp](#).

- [Decreto Legislativo nº 1.518, de 26 de maio de 2009](#), regulamenta disposições do artigo 14 da Constituição do Estado e cujo tema pertence Administração Pública. É de autoria dos deputados Campos Machado, Antonio Salim Curiati, Rui Falcão, Davi Zaia, Said Mourad, Vicente Cândido, Jonas Donizette, João Barbosa, Roberto Massafra, João Caraméz
- [Decreto Legislativo nº 1.889, de 17 de junho de 2009](#), trata de tema relativo à saúde pública é de autoria da Mesa Diretora. Aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal. (Modifica o artigo 198 da Constituição Federal e o § 4º do artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias)
- [Decreto Legislativo nº 1.890, de 17 de junho de 2009](#), trata de tema relativo à Administração Pública é de autoria da Mesa Diretora. Aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal (Altera os artigos 22, 24, 61 e 220 da Constituição Federal)
- [Decreto Legislativo nº 1.891, de 17 de junho de 2009](#), aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal. Sobre **Patrimônio Público** (Bens pertencentes aos Estados). É de autoria da Mesa Diretora.
- [Decreto Legislativo nº 1.892, de 17 de junho de 2009](#), aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal (Altera o artigo 132 da Constituição Federal). É de autoria da Mesa Diretora.

Autoria	Decreto Legislativo
PTB e outros	1
Alesp / Mesa	4
Alesp / Comissões	1.468
Total	1.473

Tabela 28 - Autoria dos Decretos Legislativos

3.5 - Decreto

3.5.1 - Temas dos decretos do Executivo

A maior concentração de decretos é encontrada no macrotema “**Patrimônio Público**”, com **423** atos, representando 30% do total de decretos publicados. Depois aparecem os 392 decretos (28%) sobre “**Orçamento**”, seguido pelos **183** decretos (13%) que tratam de assuntos referentes a “**Administração Pública**”. Em 4º lugar estão os 79 decretos (5,7%) sobre “**Tributos**”. O tema “**Segurança Pública**” é representado por 55 atos (4%), o tema “**Educação**” é tratado em 54 decretos, “**Homenagens e Condecorações**” em 47 normas, “**Saúde**” com 36 decretos. Os outros temas podem ser visto na Tabela 29.

Macrotema	Decreto	%
Administração	183	13,3%
Agricultura	11	0,8%
C&T	6	0,4%
Consumidor	3	0,2%
Convênios	16	1,2%
Denominação	7	0,5%
Desenvto Econ	8	0,6%
Desenvto Social	14	1,0%
Desenvto Urbano	4	0,3%
Educação	54	3,9%
Emprego	2	0,2%
Energia	1	0,1%
Habitação	1	0,1%
Homenagens	47	3,4%
Licitação	4	0,3%
Meio Ambiente	17	1,2%
Orçamento	392	28,5%
Patrimônio	423	30,7%
Previdência Social	3	0,2%
Saúde	36	2,6%
Segurança	55	4,0%
Transporte	8	0,6%
Tributos	79	5,7%
Turismo/Esporte	1	0,1%
Utilidade Pública	2	0,2%
Administração	183	13,3%
Total	1.377	100%

Tabela 29 - Macrotema dos Decretos

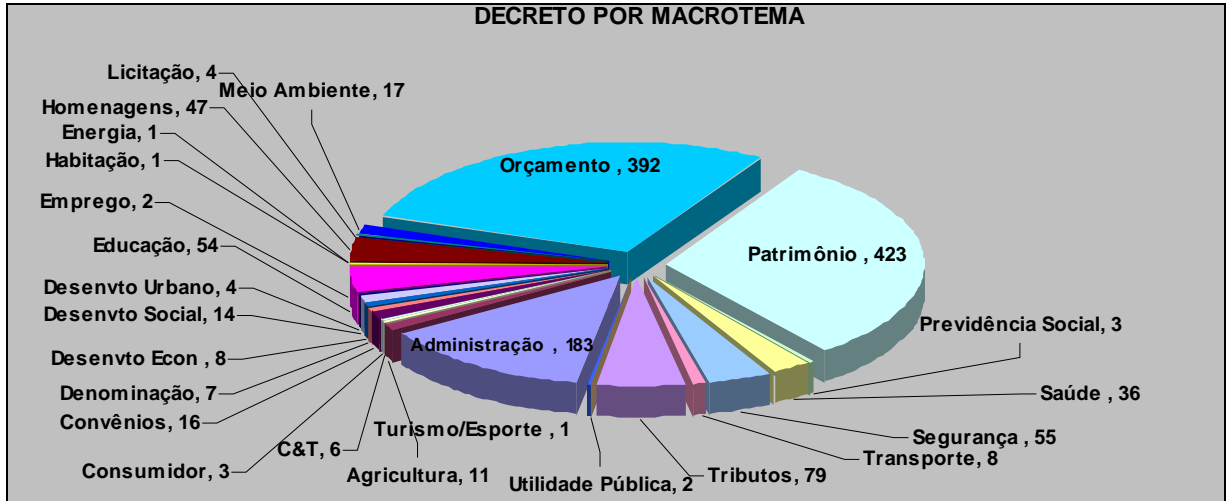


Gráfico 20 - Decreto por Macrotema

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou fornecer uma visão de conjunto da legislação publicada em São Paulo no ano de 2009. Foram editadas **3.483** normas jurídicas no Estado. Sendo que 2.106 foram originadas de proposições que tramitaram no Legislativo e 1.377 são decretos emanados do Poder Executivo.

A primeira constatação que podemos ter diante desses números é o excesso de normas geradas pelo Estado anualmente.

Tradicionalmente, a produção legislativa anual do Executivo é bem maior do que a do Legislativo. No entanto, em 2009, houve uma inversão desse total devido ao aumento do número de decretos legislativos publicados. Em 2008, apenas 6 decretos legislativos foram aprovados, enquanto que em 2009, 1.473 decretos legislativos foram aprovados.

Esse aumento também gerou uma distorção no número total de atos publicados. Comparando com a produção de 2008, esse número quase dobrou.

- em 2009, 3.483 normas jurídicas publicadas
- em 2008, 1.910 normas jurídicas publicadas

Do ponto de vista de conteúdo, entretanto, não houve avanços nem diferenças significativas quando comparamos com os dados obtidos em 2008. Entre as proposições transformadas em normas jurídicas este ano há um número pequeno de atos tratando de matérias realmente relevantes à sociedade.

O assunto mais abordado foi a gestão de imóveis do Estado, patrimônio imobiliário, com 455 normas, sendo 423 decretos do Executivo. Em segundo lugar aparecem as normas que tratam de temas sobre orçamento e finanças com 399 atos, sendo 392 decretos do executivo, e destes 390 tratam de crédito suplementar. Aqui nesses dois temas é que aparece mais fortemente a presença do Poder Executivo. Outro tema com presença marcante do Executivo é administração pública. Este tema foi tratado em 206 normas publicadas em 2009.

Já o Poder legislativo é autor de todas as leis ordinárias que fixam datas comemorativas, tema que aparece em 3º lugar com 245 leis e sobre declaração de utilidade pública com 119 normas que surge em 4º lugar. O tema denominação de lugares públicos, que aparece em 5º lugar, com 162 normas, tem maior número de leis de autoria do legislativo.

Das **2.106** normas oriundas do processo legislativo, 59% demoraram, em média, de 0 a 11 meses para serem aprovadas. Desse total, 22 leis sofreram vetos, quatro totais e 18 parciais e seis leis receberam ações de inconstitucionalidade.

Para concluir, das 3.483 normas jurídicas publicadas, destacamos uma seleção de **36** normas consideradas relevantes devido à abrangência de seus conteúdos.

- [Decreto nº 53.963, de 21/01/2009](#), institui, no âmbito da Administração Pública Estadual, a Política de Gestão do Conhecimento e Inovação e dá providências correlatas.
- [Decreto nº 54.032, de 18/2/2009](#), cria e organiza, na Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, a Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

- [Decreto nº 54.026, de 16/2/2009](#), regulamenta a Lei nº 13.242, de 8 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a instituição de programas destinados ao atendimento do cidadão em situação de vulnerabilidade social, e dá providências correlatas.
- [Decreto nº 54.179, de 30/3/2009](#), regulamenta o Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo e dá outras providências.
- [Lei nº 13.485, de 3/4/2009](#), revaloriza os pisos salariais mensais dos trabalhadores que especifica, instituídos pela Lei nº 12.640, de 11 de julho de 2007
- [Decreto nº 54.196, de 2/4/2009](#), regulamenta o Sistema Paulista de Parques Tecnológicos, de que trata o artigo 24 da Lei Complementar nº 1.049, de 19 de junho de 2008, e dá providências correlatas.
- [Decreto nº 54.275, de 27/4/2009](#), regulamenta dispositivos da Lei nº 12.268, de 20 de fevereiro de 2006, que instituiu o Programa de Ação Cultural - PAC
- [Lei nº 13.541, de 7/5/2009](#), proíbe o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, na forma que especifica.
- [Decreto nº 54.311, de 7/5/2009](#), institui a Política Estadual para o Controle do Fumo, regulamenta a Lei nº 13.541, de 7 de maio de 2009, que proíbe o consumo de produtos fumígenos, derivados ou não do tabaco, em ambientes de uso coletivo, total ou parcialmente fechados, e dá providências correlatas.
- [Decreto nº 54.327, de 12/5/2009](#), institui, na Secretaria da Saúde, o Programa de Residência Médica e dá providências correlatas
- [Lei nº 13.552, de 2/6/2009](#), obriga as concessionárias e empresas prestadoras de serviços públicos a emitir, no início de cada ano, recibo de quitação dos pagamentos pelos serviços prestados no ano anterior para os consumidores
- [Decreto nº 54.410, de 2/6/2009](#), regulamenta dispositivos da Lei nº 11.199, de 12 de julho de 2002, que proíbe a discriminação aos portadores do vírus HIV ou às pessoas com AIDS
- [Lei nº 13.556, de 9/6/2009](#), institui o “Programa Bolsa Talento Esportivo”
- [Lei nº 13.578, de 8/7/2009](#), dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2010
- [Lei nº 13.577, de 8/7/2009](#), dispõe sobre diretrizes e procedimentos para a proteção da qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas, e dá outras providências correlatas
- [Decreto nº 54.544, de 8/7/2009](#), regulamenta o inciso XIII do artigo 4º e o inciso VIII do artigo 31 da Lei nº 13.577, de 8 de julho de 2009, que dispõe sobre diretrizes e procedimentos para a proteção da qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas
- [Lei nº 13.576, de 6/7/2009](#), institui normas e procedimentos para a reciclagem, gerenciamento e destinação final de lixo tecnológico
- [Lei complementar nº 1.093, de 16/7/2009](#), Dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual e dá outras providências correlatas

- [Decreto nº 54.553, de 15/7/2009](#), institui o Programa de Integração Estado/Município para o desenvolvimento de ações educacionais nas escolas das redes públicas municipais, autorizando a Secretaria da Educação a representar o Estado de São Paulo na celebração de convênios com a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e municípios paulistas, tendo por objeto a implementação do aludido programa
- [Lei nº 13.580, de 24/7/2009](#), institui o Programa Permanente de Ampliação das Áreas Verdes Arborizadas Urbanas, e dá outras providências
- [Decreto nº 54.654, de 7/08/2009](#), institui o Programa Estadual de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais, autoriza a celebração de convênios com municípios do Estado de São Paulo e entidades que especifica, visando à transferência de recursos financeiros para o incremento das cadeias produtivas, e dá providências correlatas
- [Decreto nº 54.695, de 20/08/2009](#), institui o Programa “Aprendiz Paulista” e dá providências correlatas
- [Decreto nº 54.715, de 27/8/2009](#), institui o Programa de Incentivo à Expansão e Modernização do Transporte Ferroviário no Estado de São Paulo
- [Emenda Constitucional nº 28, de 2/09/2009](#), (Art. 1º - O § 9º do artigo 14 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 14, § 9º - O Deputado ou Deputada, sempre que representando uma das Comissões Permanentes ou a Assembleia Legislativa, neste último caso mediante deliberação do Plenário, terá livre acesso às repartições públicas, podendo diligenciar pessoalmente junto aos órgãos da administração direta e indireta, sujeitando-se os respectivos responsáveis às sanções civis, administrativas e penais previstas em lei, na hipótese de recusa ou omissão.” (NR))
- [Lei nº 13.748, de 8/10/2009](#), determina aos clubes de futebol que assegurem matrícula em instituição de ensino aos jogadores menores de 18 (dezoito) anos a eles vinculados
- [Decreto nº 54.921, de 15/10/2009](#), cria o Programa Banda Larga Popular e introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS
- [Emenda Constitucional nº 29, de 21/10/2009](#), (Art. 1º - Passa a vigorar com a seguinte redação o § 2º do artigo 115 da Constituição Estadual: “Art. 115, § 2º - É vedada ao Poder Público, direta ou indiretamente, a publicidade de qualquer natureza fora do território do Estado, para fins de propaganda governamental, exceto às empresas que enfrentam concorrência de mercado e divulgação destinada a promover o turismo estadual.”)
- [Lei nº 13.798, de 9/11/2009](#), institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC.
- [Decreto nº 55.015, de 11/11/2009](#), regulamenta a Lei nº 13.747, de 7 de outubro de 2009, que obriga os fornecedores de bens e serviços localizados no Estado de São Paulo a fixar data e turno para a entrega de produtos ou realização de serviços aos consumidores.
- [Decreto nº 55.057, de 18/11/2009](#), dispõe sobre o Programa Ação Jovem e dá providências correlatas
- [Lei nº 13.813, de 13/11/2009](#), institui, no âmbito do Estado, o procedimento de atendimento especial às mulheres e crianças vítimas de violência sexual.
- [Lei nº 13.819, de 23/11/2009](#), dispõe sobre a cobrança da taxa de estacionamento por “shopping centers”.

- [Lei nº 13.816, de 23/11/2009](#), autoriza o Poder Executivo a implantar o Programa Estadual de Moradia do Idoso - PEMI.
- [Decreto nº 55.125, de 7/12/2009](#), institui o Programa de Inserção de Jovens Egressos e Jovens em Cumprimento de Medida Socioeducativa no Mercado de Trabalho e dá providências correlatas
- [Decreto nº 55.126, de 7/12/2009](#), institui o Programa de Inserção de Egressos do Sistema Penitenciário no Mercado de Trabalho - PRÓ-EGRESSO e dá providências correlatas
- [Decreto nº 55.300, de 30/12/2009](#), dispõe sobre a instituição do Regime Especial de pagamento de precatórios a que se refere o artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62/2009, e dá providências correlatas

REFERÊNCIAS

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 22 mar. 2010

Manual de Redação, Presidência da República. 2. ed. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/manual/Manual_Rich_RedPR2aEd.PDF>. Acesso em: 22 mar. 2010

Ato nº 27, de 2007, da Mesa. Consolida o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, São Paulo. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/portal/site/Internet/menuitem.8d4325da13c90077222b7d10850041ca/?vgnextoid=2bd5decc3bbe8110VgnVCM100000600014acRCRD>> Acesso em: 22 mar. 2010

Constituição (Atualizada até a Emenda n.º 25, de 12/05/2008), Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/portal/site/Internet/menuitem.26990d5f16c4df9b3d7b0f10f20041ca/?vgnextoid=c05c0b9198067110VgnVCM100000590014acRCRD>>. Acesso em: 22 mar. 2010

Processo legislativo, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/StaticFile/documentacao/manual_proclegis_1.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2010

Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, Imprensa Oficial do Estado. Disponível em: <http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx#26/03/2009> Acesso em: 22 mar. 2010

A Promulgação de Lei Decorrente de Sanção Tácita, por Antônio José Calhau de Resende - Consultor da Assembleia Legislativa. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/bancoconhecimento/tecnico/promulgacao.pdf>> Acesso em: 22 mar. 2010

ANEXO I - NORMAS PUBLICADAS EM 2009

Nas tabelas apresentadas a seguir, destacamos as principais normas aprovadas em 2009. Assim, deixamos de incluir, na relação abaixo, as leis ordinárias sobre denominação de espaços públicos, declaração de utilidade pública e interesse social, patrimônio imobiliário e datas comemorativas. E no caso dos decretos emanados do executivo, excluímos da relação aqueles sobre crédito suplementar, patrimônio imobiliário, homenagens e condecorações, declaração de situação de emergência e datas comemorativas.

Para facilitar o acesso ao conteúdo integral de cada ato, incluímos *hyperlinks*, no número de cada norma, que darão acesso as informações disponíveis na base de dados de legislação da ALESP.

EMENDAS CONSTITUCIONAIS

27	15/06/09	Acrescenta o artigo 52-A à Constituição do Estado de S. Paulo.
28	02/09/09	Altera o § 9º do artigo 14 da Constituição do Estado
29	21/10/09	Altera a redação do § 2º do artigo 115 da Constituição Estadual
30	21/10/09	Acresce o artigo 145-A à Constituição do Estado
31	21/10/09	Altera o § 9º do artigo 14 da Constituição do Estado.
32	09/12/09	Altera o artigo 58 da Constituição do Estado .

LEIS COMPLEMENTARES

1086	18/02/09	Institui Bonificação por Resultados - BR, no âmbito do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS.
1087	03/04/09	Altera a Lei Complementar nº 1086, de 2009, que instituiu Bonificação por Resultados - BR, no âmbito do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS.
1088	16/04/09	Dispõe sobre a transformação de cargos no Quadro do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
1089	16/04/09	Altera a Lei complementar nº 980, de 21 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a reclassificação das Comarcas do Estado de São Paulo
1090	20/05/09	Dispõe sobre a extinção do Foro Distrital de Vicente de Carvalho, da Comarca de Guarujá.
1091	22/06/09	Dispõe sobre a revalorização das Escalas de Classes e Vencimentos do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.
1092	03/07/09	Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro da Secretaria do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
1093	16/07/09	Dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual.
1094	16/07/09	Institui a Jornada Integral de Trabalho Docente e a Jornada Reduzida de Trabalho Docente para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação, cria cargos de docente que especifica.
1095	18/09/09	Dispõe sobre a qualificação como organizações sociais das fundações e das entidades que especifica.
1096	24/09/09	Altera a Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968 - Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.
1097	27/10/09	Institui o sistema de promoção para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação e dá outras providências
1098	04/11/09	Altera a Lei Complementar nº 988, de 2006, que organiza a Defensoria Pública do Estado e institui o regime jurídico da carreira de Defensor Público do Estado, cria os cargos de Defensor Público que especifica
1099	07/12/09	Autoriza o Poder Executivo a criar cargos de técnico de enfermagem no Quadro de Pessoal da Secretaria da Saúde.
1100	14/12/09	Dispõe sobre o enquadramento de cargos de Escrevente Técnico Judiciário, criados pela Lei Complementar nº 991, de 2006
1101	14/12/09	Dispõe sobre a criação e transformação de cargos no Quadro do Tribunal de Justiça
1102	14/12/09	Cria funções-atividades no Quadro de Pessoal do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE

LEIS ORDINÁRIAS

13441	10/03/09	Altera a Lei nº 12.685, de 2007, que dispõe sobre a criação do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado.
13457	18/03/09	Dispõe sobre o processo administrativo tributário, decorrente de lançamento de ofício e dá outras providências.
13485	03/04/09	Revaloriza os pisos salariais mensais dos trabalhadores que especifica, instituídos pela Lei nº 12.640, de 2007.
13507	23/04/09	Dispõe sobre o Conselho Estadual da Meio Ambiente - CONSEMA.
13535	30/04/09	Autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em operações de crédito externas junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, bem como junto ao Japan International Cooperation Agency – JICA.
13541	07/05/09	Proíbe o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, na forma que especifica.
13542	08/05/09	Altera a denominação da CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental e dá nova redação aos artigos 2º e 10 da Lei nº 118, de 29 de junho de 1973.
13545	20/05/09	Proíbe a compra, venda, fornecimento e consumo de bebidas alcoólicas em qualquer dos estabelecimentos de ensino mantidos pela administração estadual.
13546	20/05/09	Altera Lei nº 12.521, de 2 de janeiro de 2007, que disciplina o funcionamento de estabelecimentos comerciais de desmonte de veículos automotores de via terrestre e dá outras providências.
13547	26/05/09	Declara o Município de Osasco "A Capital da Viola no Estado de São Paulo".
13548	26/05/09	Institui o Diploma de Reconhecimento ao Mérito Desportivo no Estado.
13549	26/05/09	Declara em regime de extinção a Carteira de Previdência dos Advogados de São Paulo.
13550	02/06/09	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Cerrado no Estado, e dá providências correlatas.
13551	02/06/09	Dispõe sobre a qualidade dos comprovantes de pagamentos emitidos em caixas eletrônicos de bancos estabelecidos no Estado.
13552	02/06/09	Obriga as concessionárias e empresas prestadoras de serviços públicos a emitir, no início de cada ano, recibo de quitação dos pagamentos pelos serviços prestados no ano anterior para os consumidores.
13555	09/06/09	Altera a Lei nº 6.536, de 13 de novembro de 1989, que autoriza a criação do Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados, no Ministério Público do Estado.
13556	09/06/09	Institui o "Programa Bolsa Talento Esportivo".
13557	09/06/09	Institui a "Semana Estadual Grande Otelo - Novos Talentos Brasileiros".
13558	17/06/09	Determina a adoção de medidas de proteção a vítimas e testemunhas, nos procedimentos de inquéritos policiais e nos boletins de ocorrência.
13559	24/06/09	Estabelece exigências para a utilização de alojamento ou moradia por trabalhadores rurais.
13560	01/07/09	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Companhia Paulista de Eventos e Turismo - CPETUR.
13576	06/07/09	Institui normas e procedimentos para a reciclagem, gerenciamento e destinação final de lixo tecnológico.
13577	08/07/09	Dispõe sobre diretrizes e procedimentos para a proteção da qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas.
13578	08/07/09	Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2010.
13579	13/07/09	Define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings - APRM-B.
13580	24/07/09	Institui o Programa Permanente de Ampliação das Áreas Verdes Arborizadas Urbanas, e dá outras providências.
13600	25/08/09	Dispõe sobre o comércio ilegal de madeiras no Estado e dá outras providências.
13683	10/09/09	Cria cargos no Quadro da Secretaria da Saúde
13723	29/09/09	Autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, os direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais, na forma que especifica
13725	30/09/09	Dispõe sobre o uso de equipamentos, sob a responsabilidade do Estado, em movimentos grevistas de servidores públicos estaduais.
13726	30/09/09	Atribui competência aos juízes titulares de entrância final para oficiar no Tribunal de Justiça
13747	07/10/09	Obriga os fornecedores de bens e serviços localizados no Estado de São Paulo a fixar data e turno para a entrega dos produtos ou realização dos serviços aos consumidores
13748	08/10/09	Determina aos clubes de futebol que assegurem matrícula em instituição de ensino aos jogadores menores de 18(dezoito) anos a eles vinculados
13757	19/10/09	Dispõe sobre o encaminhamento de relatório pelo Tribunal de Contas do Estado
13758	19/10/09	Altera a Lei nº 12.685, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo
13779	21/10/09	Proíbe a venda de narguilé aos menores de 18 anos.
13781	23/10/09	Determina que as unidades de saúde afixem aviso, em local visível, para informar o idoso sobre o direito de ter acompanhante
13784	23/10/09	Altera a lei nº 93, de 27 de dezembro de 1972, que criou o Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCET, e dá providências correlatas

13794	04/11/09	Dispõe sobre a criação de cargos no Subquadros de Cargos Públicos do Quadro do Ministério Público do Estado
13798	09/11/09	Institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas - PEMC
13813	13/11/09	Institui, no âmbito do Estado, o procedimento de atendimento especial às mulheres e crianças vítimas de violência sexual.
13815	17/11/09	Autoriza o Poder Executivo a realizar operações de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Caixa Econômica Federal - CEF, e dá outras providências correlatas.
13816	23/11/09	Autoriza o Poder Executivo a implantar o Programa Estadual de Moradia do Idoso - PEMI.
13817	23/11/09	Dispõe sobre a obrigatoriedade da informação dos valores dos veículos automotores nos anúncios de classificados de jornais, revistas, periódicos ou outros meios de divulgação, e dá outras providências.
13818	23/11/09	Autoriza a instalação de Centros Assistenciais Comunitários - CAS nas localidades onde existam presídios, penitenciárias, casas de detenção ou outros tipos de estabelecimento penal.
13819	23/11/09	Dispõe sobre a cobrança da taxa de estacionamento por "shopping centers".
13820	23/11/09	Dispõe sobre afixação de placas em estabelecimentos que especifica.
13835	30/11/09	Obriga os fornecedores de serviços a disponibilizarem nas faturas seus endereços completos, e dá outras providências.
13836	30/11/09	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação e manutenção de acesso a telefone fixo e/ou móvel nas rodovias do Estado e dá outras providências.
13853	03/12/09	Autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio financeiro aos Institutos Históricos e Geográficos, na forma que especifica
13854	07/12/09	Dispõe sobre a proibição de cobrança de "assinatura mensal" pelas concessionárias de serviços de telecomunicações.
13855	07/12/09	Autoriza o Poder Executivo a instituir o "Programa Escola Albergue: Turismo Estudantil" e dá outras providências
13856	07/12/09	Autoriza o Poder Executivo a criar o "Programa de Atenção às Pessoas com Doenças Metabólicas Hereditárias" e dá outras providências.
13867	09/12/09	Institui na Secretaria da Saúde o Fundo Especial de Saúde para Imunização em Massa e Controle de Doenças - FESIMA, e dá outras providências correlatas
13869	09/12/09	Cria cargos de Médico e Enfermeiro no Quadro do Tribunal de Justiça
13870	14/12/09	Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
13872	15/12/09	Dispõe sobre normas de proteção e segurança dos consumidores nos estacionamentos públicos e privados.
13873	15/12/09	Institui a campanha "Combate à Pedofilia no Estado de São Paulo", na forma que especifica.
13895	22/12/09	Altera a Lei nº 12.801, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a adotar medidas visando à participação do Estado no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHI, e dá outras providências.
13916	22/12/09	Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2010.
13917	22/12/09	Altera o artigo 9º da Lei nº 13.286, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a alienar, ao Banco do Brasil S.A., ações de propriedade do Estado, representativas do capital social do Banco Nossa Caixa S.A..
13918	22/12/09	Dispõe sobre a comunicação eletrônica entre a Secretaria da Fazenda e o sujeito passivo dos tributos estaduais, altera a Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989, que instituiu o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e dá outras providências correlatas.
13919	22/12/09	Cria cargos no Quadro da Secretaria da Administração Penitenciária.

DECRETOS

53935	05/01/09	Dá nova redação ao artigo 1º do Decreto nº 42.322, de 1997, que dispõe sobre a atribuição de honorários pagos a título de horas-aula aos servidores que ministrarem aulas nas unidades que especifica da Secretaria da Cultura
53936	05/01/09	Fixa a distribuição do efetivo da Polícia Militar do Estado de São Paulo.
53937	05/01/09	Transfere o cargo e as funções-atividades que especifica.
53938	06/01/09	Fixa normas para a execução orçamentária e financeira do exercício de 2009.
53939	06/01/09	Dispõe sobre a manutenção, recomposição, condução da regeneração natural, compensação e composição da área de Reserva Legal de imóveis rurais no Estado de São Paulo.
53948	07/01/09	Transfere os cargos e as funções-atividades que especifica.
53952	09/01/09	Altera a redação de dispositivos do Regulamento do Conservatório Dramático e Musical "Dr. Carlos de Campos", de Tatuí, aprovado pelo Decreto nº 52.687, de 5 de março de 1971.
53956	14/01/09	Altera o Decreto nº 53.632, de 2008, que fixa calendário para pagamento do IPVA relativamente ao exercício de 2009 e o percentual de desconto para pagamento antecipado
53958	16/01/09	Altera a classificação institucional da Secretaria da Fazenda
53960	19/01/09	Dá nova redação ao inciso III do artigo 2º do Decreto nº 53.661, de 6 de novembro de 2008, que instituiu Grupo de Trabalho com o objetivo de proceder ao encaminhamento das providências necessárias para a realização do Ano da França no Brasil, no Estado de São Paulo, em 2009 ...
53961	21/01/09	Aprova Estatuto da Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade - INVESTE SÃO PAULO ...
53962	21/01/09	Dá nova redação ao artigo 2º do Decreto nº 53.265, de 23 de julho de 2008, que dispõe sobre a concessão de serviços de transporte ferroviário metropolitano de passageiros, denominado Expresso Aeroporto, ...
53963	21/01/09	Institui, no âmbito da Administração Pública Estadual, a Política de Gestão do Conhecimento e Inovação ...
53964	21/01/09	Cria e organiza, na Secretaria do Meio Ambiente, a Unidade de Gestão Local - UGL, a que se referem os artigos 5º e 6º do Decreto nº 52.663, de 24 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a estrutura organizacional voltada à implantação do Programa de Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê - Programa Mananciais ...
53966	22/01/09	Disciplina a concessão de gratificação de representação, de que trata o inciso III do artigo 135 da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968
53967	22/01/09	Fixa a frota de veículos da Secretaria de Relações Institucionais
53971	27/01/09	Dispõe sobre o expediente nas repartições públicas estaduais pertencentes à Administração Direta e Autarquias, relativo aos dias que especifica ...
53972	27/01/09	Altera o Decreto 53.625, de 30-10-2008, que disciplina o recolhimento do ICMS relativo ao estoque das mercadorias que especifica, recebidas antes do início da vigência do regime de retenção antecipada por substituição tributária
53973	27/01/09	Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS
53977	28/01/09	Dispõe sobre a administração da Loteria da Habitação e da Loteria da Cultura, disciplinadas nas Leis estaduais nº 10.871, de 10 de setembro de 2001, e nº 10.242, de 22 de março de 1999, e altera os Decretos nº 46.549, de 18 de fevereiro de 2002, e nº 46.103, de 14 de setembro de 2001
53978	28/01/09	Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, o Ambulatório Médico de Especialidades Jales - AME Jales ...
53979	28/01/09	Cria, no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - HCFMUSP, o Instituto de Medicina Física e Reabilitação - IMREA ...
53980	29/01/09	Regulamenta o regime de adiantamento previsto nos artigos 38 a 45 da Lei nº 10.320, de 16 de dezembro de 1968
53983	30/01/09	Dispõe sobre o Estágio Probatório dos integrantes das classes de Agente de Desenvolvimento Social e de Especialista em Desenvolvimento Social, do Quadro da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social
53986	02/02/09	Transfere os cargos e as funções-atividades que especifica
53987	03/02/09	Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, o Ambulatório Médico de Especialidades Andradina - AME Andradina
53988	03/02/09	Dispõe sobre a reclassificação da Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher do Município de Ribeirão Preto
53991	05/02/09	Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria do Meio Ambiente - SMA
53994	06/02/09	Regulamenta a promoção de que trata a Lei Complementar nº 898, de 2001, que institui no Quadro da Secretaria da Administração Penitenciária a classe de Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária

54002	10/02/09	Dispõe sobre a fixação de percentual para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela Lei Complementar nº 1.079, de 17 de dezembro de 2008, para o exercício de 2009
54006	12/02/09	Introduz alterações no RICMS
54007	12/02/09	Introduz alterações no RICMS
54008	12/02/09	Introduz alterações no RICMS
54009	12/02/09	Introduz alterações no RICMS
54010	12/02/09	Dispõe sobre a obrigatoriedade da inversão de fases prevista no artigo 40, da Lei estadual nº 6.544, de 1.989, nas licitações realizadas no âmbito da Administração direta e indireta, inclusive as sociedades de economia mista, do Estado de São Paulo, nas modalidades concorrência, tomada de preços ou convite
54011	12/02/09	Convoca a Etapa Estadual da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública
54013	12/02/09	Revoga o Decreto nº 49.141, de 1967, que dispõe sobre a exploração e o uso de cerradões, cerrados e campos sujos, do Estado
54022	16/02/09	Dispõe sobre a criação de unidades escolares na Secretaria da Educação
54023	16/02/09	Altera o Decreto 52.161, de 2007, que instituiu o Programa de Incentivo à Revitalização de Áreas Urbanas Degradadas - PRO-URBE
54024	16/02/09	Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, o Hospital Estadual de São José do Rio Preto
54025	16/02/09	Cria e organiza, na Secretaria da Administração Penitenciária, a Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania
54026	16/02/09	Regulamenta a Lei nº 13.242, de 2008, que dispõe sobre a instituição de programas destinados ao atendimento do cidadão em situação de vulnerabilidade social
54030	17/02/09	Inclui na relação que integra o artigo 1º do Decreto nº 41.561, de 1997, o nome que especifica
54031	17/02/09	Transfere os cargos que especifica
54032	18/02/09	Cria e organiza, na Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, a Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual do Estado de São Paulo
54035	18/02/09	Dispõe sobre a adoção do sistema eletrônico de votação para a eleição dos membros do Conselho da Procuradoria Geral do Estado
54036	18/02/09	Cria, na Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos de Saúde, da Secretaria da Saúde, o Centro de Difusão Científica - CDC, extingue o Centro de Preservação da Memória da Saúde Pública
54043	20/02/09	Dispõe sobre a constituição da comissão intersecretarial a que se refere o artigo 6º da Lei Complementar nº 1.078, de 17 de dezembro de 2008, que institui Bonificação por Resultados - BR, no âmbito da Secretaria da Educação
54049	20/02/09	Cria Escola Técnica Estadual de Monte Mor, no Município de Monte Mor
54050	20/02/09	Regulamenta o artigo 271 da Lei nº 10.261, de 1968, com a redação dada pela Lei Complementar nº 942, de 2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo
54052	20/02/09	Designa gestor para a implementação no Estado de São Paulo das ações e projetos aprovados no âmbito do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher
54054	20/02/09	Transfere os cargos que especifica
54060	26/02/09	Altera o Decreto 53.361, de 2008, que revoga o artigo 139 do Anexo I do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS
54061	26/02/09	Cria a Escola Técnica Estadual de Cidade Tiradentes, no Município de São Paulo
54062	26/02/09	Cria a Escola Técnica Estadual de Piedade, no Município de Piedade
54063	26/02/09	Cria a Escola Técnica Estadual de Santo Amaro, no Município de São Paulo
54064	26/02/09	Dá nova redação aos dispositivos que especifica do Regulamento do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo - IPEM/SP
54065	27/02/09	Cria a Escola Técnica Estadual de Campo Limpo Paulista, no Município de Campo Limpo Paulista
54066	27/02/09	Cria a Escola Técnica Estadual Professor Jacyr Salles, no Município de Porto Ferreira
54067	27/02/09	Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, o Polo de Atenção Intensiva em Saúde Mental da Baixada Santista
54076	04/03/09	Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, o Ambulatório Médico de Especialidades Araçatuba - AME Araçatuba
54078	04/03/09	Fixa a frota de veículos do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE, da Secretaria de Gestão Pública
54079	04/03/09	Altera os artigos 5º, 6º e 9º, acrescenta o artigo 9ºA e modifica os Anexos do Decreto nº 51.453, de 2006, que cria o Sistema Estadual de Florestas - SIEFLOR
54080	05/03/09	Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS

54085	09/03/09	Transfere os cargos e as funções-atividades
54092	10/03/09	Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS
54093	10/03/09	Dispõe sobre a outorga da "Medalha Ruth Cardoso"
54100	12/03/09	Institui a Medalha "1º Centenário do 5º Batalhão de Polícia Militar do Interior "General Júlio Marcondes Salgado"
54101	12/03/09	Institui o Programa Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - PEPETP, junto à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania
54103	12/03/09	Regulamenta a Lei nº 12.226, de 2006, que institui a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo
54104	12/03/09	Dispõe sobre a constituição da comissão intersecretarial a que se refere o artigo 6º da Lei Complementar nº 1.086, de 2009, que institui Bonificação por Resultados - BR, no âmbito do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS
54105	12/03/09	Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS
54106	12/03/09	Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria da Administração Penitenciária
54119	16/03/09	Fica criada na Diretoria de Ensino - Região Santos, da Coordenadoria de Ensino do Interior, da Secretaria da Educação, a Escola Estadual Indígena Txeru Ba´é Kua-i, localizada na Aldeia Indígena Rio Silveira, Praia Boraceia, no Município de Bertiooga
54120	16/03/09	Fixa o Quadro de Pessoal da Fundação do Desenvolvimento Administrativo - FUNDAP
54134	17/03/09	Altera o Decreto 53.625, de 2008, que disciplina o recolhimento do ICMS relativo ao estoque das mercadorias que especifica, recebidas antes do início da vigência do regime de retenção antecipada por substituição tributária
54135	17/03/09	Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS
54136	17/03/09	Introduz alterações no RICMS
54137	17/03/09	Introduz alteração no RICMS
54145	18/03/09	Dispõe sobre a criação de unidades escolares na Secretaria da Educação
54148	18/03/09	Transfere os cargos e as funções-atividades que especifica
54155	20/03/09	Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS
54156	20/03/09	Altera o Decreto 53.772, de 2008, que regulamenta a Lei 13.014, de 19-05- 2008, que institui o Programa de Parcelamento de Débitos - PPD no Estado de São Paulo, relativamente à liquidação de débitos do Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA
54161	23/03/09	Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, o Hospital Regional de Presidente Prudente.
54168	25/03/09	Estabelece forma de cálculo para pagamento de substituição em cargos abrangidos pela Lei Complementar nº 1.080, de 2008, exercida por integrantes de classes pertencentes a outros sistemas retributórios.
54169	26/03/09	Disciplina o recolhimento de ICMS relativo ao estoque de produtos de colchoaria, ferramentas, bicicletas e instrumentos musicais recebidos antes do início da vigência do regime de retenção antecipada por substituição tributária.
54170	26/03/09	Altera o Decreto 53.812, de 2008, que fixa prazo especial para recolhimento do ICMS devido, na condição de sujeito passivo por substituição, pelas operações subseqüentes com as mercadorias que especifica.
54171	26/03/09	Altera o Decreto 53.051, de 2008, que instituiu o Programa de Incentivo ao Investimento pelo Fabricante de Veículo Automotor - Pró-Veículo.
54172	26/03/09	Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.
54173	26/03/09	Dispõe sobre a fixação de percentual para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela Lei Complementar nº 1.078, de 17 de dezembro de 2008, relativo ao exercício de 2008.
54174	26/03/09	Dispõe sobre a Bonificação por Resultados - BR, a ser paga aos servidores afastados com fundamento na Lei Complementar nº 343, de 1984, e para o Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município.
54177	30/03/09	Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.
54178	30/03/09	Altera o Decreto nº 53.085, de 2.008, que regulamenta a aplicação de penalidade relativa à

		violação de direito do consumidor no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo.
54179	30/03/09	Regulamenta o Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo.
54188	31/03/09	Transfere os cargos que especifica.
54193	02/04/09	Cria, na Secretaria da Saúde, o Instituto Paulista de Geriatria e Gerontologia, dispõe sobre sua denominação, regulamenta a Lei nº 12.222, de 11 de janeiro de 2006.
54195	02/04/09	Prorroga até 31 de dezembro de 2009 o prazo previsto no artigo 1º do Decreto nº 52.202, de 27 de setembro de 2007, que dispõe sobre a atuação subsidiária da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral na execução dos serviços de defesa agropecuária que especifica.
54196	02/04/09	Regulamenta o Sistema Paulista de Parques Tecnológicos, de que trata o artigo 24 da Lei Complementar nº 1.049, de 19 de junho de 2008.
54198	02/04/09	Transfere os cargos que especifica.
54199	02/04/09	Autoriza a Secretaria da Habitação a, representando o Estado, celebrar convênios com os municípios do Estado de São Paulo, visando à transferência de recursos para implementação do Programa Especial de Melhorias - PEM.
54200	02/04/09	Fica suspenso o expediente nas repartições públicas estaduais no dia 20 de abril de 2009 - segunda-feira.
54202	03/04/09	Institui o Prêmio Cidadão Voluntário de Defesa Civil do Estado de São Paulo.
54203	03/04/09	Dispõe sobre o regulamento do "Prêmio Josué de Castro de Combate à Fome e à Desnutrição", instituído pela Lei nº 12.045, de 2005.
54204	03/04/09	Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde da Secretaria da Saúde, o Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário.
54214	06/04/09	Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, o Centro Estadual de Armazenamento e Distribuição de Insumos de Saúde - CEADIS.
54216	06/04/09	Dispõe sobre a reassunção, pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER, da administração da Rodovia SP-148 - "Caminho do Mar".
54219	08/04/09	Dispõe sobre a transferência do Laboratório I de Araçatuba, do Departamento Regional de Saúde de Araçatuba - DRS II - Araçatuba, da Coordenadoria de Regiões de Saúde, da Secretaria da Saúde.
54227	13/04/09	Dispõe sobre o regulamento da Lei nº 12.187, de 2006, que autorizou a instituição do Programa ME COMPETITIVA.
54228	13/04/09	Dispõe sobre o Fundo de Aval do Estado de São Paulo, instituído pela Lei nº 10.016, de 1998
54229	13/04/09	Regulamenta a Lei nº 13.122, de 2008, que dispõe sobre o tratamento simplificado e diferenciado às microempresas e às empresas de pequeno porte, nas contratações realizadas no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta.
54230	13/04/09	Fixa o Quadro de Pessoal da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON-SP.
54235	14/04/09	Dispõe sobre a transferência do Núcleo de Observação Criminológica, do Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, da Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário, da Secretaria da Administração Penitenciária.
54238	14/04/09	Dispõe sobre a não exigência de créditos tributários da associação beneficente Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo.
54239	14/04/09	Introduz alterações no RICMS.
54240	14/04/09	Regulamenta a aplicação do artigo 6º da Lei Complementar nº 105, de 2001, relativamente à requisição, acesso e uso, pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, de dados e informações referentes a operações de usuários de serviços das instituições financeiras e das entidades a ela equiparadas.
54241	15/04/09	Convoca a II Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial.
54243	15/04/09	Transfere os plantões que indica e substitui o anexo que especifica do Decreto nº 50.501, de 31 de janeiro de 2006, que fixa para os órgãos e entidades ali indicados os limites máximos de plantões/mês das classes de Enfermeiro, Fisioterapeuta, Farmacêutico e Auxiliar de Enfermagem.
54244	15/04/09	Transfere os plantões que indica e substitui o Anexo que especifica do Decreto nº 42.830, de 1998, que fixa o número de Plantões e de Plantões à Distância para as unidades de saúde que especifica.
54246	17/04/09	Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria da Habitação.
54248	17/04/09	Altera a classificação institucional da Secretaria da Saúde.
54249	17/04/09	Introduz alterações no RICMS.
54250	17/04/09	Introduz alterações no RICMS.
54251	17/04/09	Introduz alterações no RICMS.
54252	17/04/09	Introduz alterações no RICMS.
54253	17/04/09	Autoriza a Secretaria da Educação a representar o Estado de São Paulo na celebração de convênios com a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e municípios paulistas, tendo por objeto a aplicação do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - SARESP, nas escolas das redes públicas municipais, de forma integrada à rede pública estadual de ensino.

54260	22/04/09	Approva o Projeto de Turismo Rural, através do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista - O Banco do Agronegócio Familiar (FEAP-BANAGRO), de interesse para a economia estadual.
54261	22/04/09	Revoga os incisos III e IV do artigo 31 do Decreto nº 39.948, de 1995, com a redação dada pelo Decreto nº 47.750, de 2003, que fixa a nova estrutura básica da Polícia Civil do Estado de São Paulo e reorganiza a Delegacia Geral de Polícia.
54264	23/04/09	Dispõe sobre a apresentação da declaração pública de bens a que se refere o artigo 3º, incisos II a IV, do Decreto nº 41.865, de 1997.
54265	23/04/09	Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, o Ambulatório Médico de Especialidades Casa Branca - AME Casa Branca.
54266	23/04/09	Transfere os cargos e a função-atividade que especifica.
54273	27/04/09	Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, o Serviço Estadual de Diagnóstico por Imagem I - SEDI I.
54275	27/04/09	Regulamenta dispositivos da Lei nº 12.268, de 20 de fevereiro de 2006, que instituiu o Programa de Ação Cultural - PAC.
54276	27/04/09	Reorganiza a Unidade do Arquivo Público do Estado, da Casa Civil.
54277	27/04/09	Dispõe sobre a fixação de percentual para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela Lei Complementar nº 1.086, de 18 de fevereiro de 2009, relativo ao exercício de 2008.
54278	27/04/09	Dispõe sobre a Bonificação por Resultados - BR, a ser paga aos servidores do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS, afastados com fundamento na Lei Complementar nº 343, de 1984.
54283	28/04/09	Dispõe sobre enquadramento de cargo de Pesquisador Científico do Quadro da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.
54284	29/04/09	Institui o Programa Visão do Futuro, destinado à prevenção e recuperação da saúde ocular dos alunos matriculados na 1ª série do ensino fundamental da rede pública estadual de ensino.
54285	29/04/09	Autoriza as Secretarias Estaduais da Habitação e de Assistência e Desenvolvimento Social, representando o Estado, a celebrar convênios com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e com os Municípios do Estado de São Paulo, visando a implementação do Programa Vila Dignidade.
54289	04/05/09	Disciplina o recolhimento de ICMS relativo ao estoque de brinquedos, máquinas e aparelhos mecânicos, elétricos, eletromecânicos e automáticos, produtos de papelaria, artefatos de uso doméstico e materiais elétricos, recebidos antes do início da vigência do regime de retenção antecipada por substituição tributária.
54290	04/05/09	Cria, na Secretaria dos Transportes Metropolitanos, a Unidade de Coordenação do Programa de Investimentos nos Transportes Metropolitanos de São Paulo - UCPITM.
54293	04/05/09	Transfere para a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência o Programa Estadual de Eliminação de Barreiras Arquitetônicas, Urbanísticas, de Transporte e de Comunicação.
54294	04/05/09	Extingue o Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, da Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário, cria e organiza, na Secretaria da Administração Penitenciária, o Centro de Ações de Segurança Hospitalar.
54295	04/05/09	Institui a Câmara Técnica Estadual de Implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher no Estado de São Paulo.
54297	05/05/09	Cria a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo.
54299	05/05/09	Transfere os cargos e a função-atividade que especifica.
54300	06/05/09	Altera o Decreto 53.812, de 2008, que fixa prazo especial para recolhimento do ICMS devido, na condição de sujeito passivo por substituição, pelas operações subsequentes com as mercadorias que especifica.
54308	06/05/09	Autoriza a Casa Militar do Gabinete do Governador, por intermédio da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, a promover o auxílio necessário aos desabrigados dos Estados do Norte e Nordeste do País.
54310	06/05/09	Reorganiza a Subsecretaria de Gestão Estratégica do Governo, da Casa Civil, dispõe sobre a transferência e a alteração da denominação de unidades que especifica.
54311	07/05/09	Institui a Política Estadual para o Controle do Fumo, regulamenta a Lei nº 13.541, de 2009, que proíbe o consumo de produtos fumígenos, derivados ou não do tabaco, em ambientes de uso coletivo, total ou parcialmente fechados.
54312	07/05/09	Approva o Projeto Estadual de Subvenção do Prêmio de Seguro Rural - Ano de 2009, com emprego de recursos do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista - O Banco do Agronegócio Familiar.
54313	07/05/09	Approva o Regulamento da Concessão do Serviço Seletivo Especial de Transporte Ferroviário Metropolitano de passageiros, denominado Expresso Aeroporto, entre o Terminal Central da Capital de São Paulo e os Terminais do Aeroporto de Guarulhos, precedida da execução de obras de infraestrutura.
54314	08/05/09	Introduz alterações no RICMS.
54315	08/05/09	Introduz alteração no RICMS.
54319	08/05/09	Altera a classificação institucional da Secretaria da Administração Penitenciária.

54320	11/05/09	Fixa a frota de veículos da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania, da Secretaria da Administração Penitenciária.
54323	11/05/09	Transfere o cargo e as funções-atividades que especifica.
54327	12/05/09	Institui, na Secretaria da Saúde, o Programa de Residência Médica.
54330	13/05/09	Altera a classificação institucional da Secretaria da Administração Penitenciária
54331	13/05/09	Atualiza a classificação institucional da Secretaria dos Transportes Metropolitanos.
54337	15/05/09	Fixa prazos especiais para recolhimento do ICMS nas saídas de mercadorias decorrentes do evento que especifica.
54338	15/05/09	Introduz alterações no RICMS.
54339	15/05/09	Altera o dispositivo que especifica do Decreto nº 53.766, de 2008, que instituiu o Serviço Social Autônomo denominado Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade - INVESTE SÃO PAULO.
54340	15/05/09	Acrescenta dispositivos que especifica ao Decreto nº 43.493, de 1998, que dispõe sobre a qualificação das organizações sociais da área da cultura.
54341	16/05/09	Altera os dispositivos que especifica do Decreto nº 47.169, de 2002, que dispõe sobre estágio para estudantes de Direito, Psicologia, Serviço Social, Agronomia e Educação Física, nas unidades prisionais da Secretaria da Administração Penitenciária.
54343	18/05/09	Cria, na Secretaria da Cultura, o equipamento cultural que especifica, da área de Preservação do Patrimônio Museológico.
54344	18/05/09	Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, o Ambulatório Médico de Especialidades Itapevi - AME Itapevi.
54345	18/05/09	Regulamenta o concurso de promoção na carreira de Procurador do Estado.
54351	19/05/09	Altera o Decreto 53.812, de 2008, que fixa prazo especial para recolhimento do ICMS devido, na condição de sujeito passivo por substituição, pelas operações subsequentes com as mercadorias que especifica.
54352	19/05/09	Disciplina o recolhimento de ICMS relativo ao estoque de produtos eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos recebidos antes do início da vigência do regime de retenção antecipada por substituição tributária
54359	20/05/09	Cria e organiza, na Polícia Civil do Estado de São Paulo, da Secretaria da Segurança Pública, o Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania - DPPC e dá providências. correlatas
54362	20/05/09	Autoriza a adesão do Estado de São Paulo, por intermédio das Secretarias de Estado que especifica, à Agenda Social da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, da Presidência da República, e dá providências. correlatas.
54365	20/05/09	Extingue funções-atividades de Oficial Operacional do Quadro da Secretaria da Educação.
54366	20/05/09	Transfere e extingue os cargos e as funções-atividades que especifica e dá providências correlatas.
54368	21/05/09	Dá nova redação ao artigo 5º do Decreto nº 53.983, de 2009, que dispõe sobre o Estágio Probatório dos integrantes das classes de Agente de Desenvolvimento Social e de Especialista em Desenvolvimento Social, do Quadro da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social
54370	21/05/09	Transfere os cargos que especifica.
54375	26/05/09	Introduz alterações no RICMS.
54376	26/05/09	Disciplina a aplicação, no âmbito da Administração Direta e Autárquica, do disposto na Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal.
54377	26/05/09	Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, o Ambulatório Médico de Especialidades Atibaia - AME Atibaia.
54379	26/05/09	Transfere os cargos e a função-atividade que especifica.
54380	27/05/09	Suspende o expediente nas repartições públicas estaduais no dia 12 de junho de 2009.
54381	27/05/09	Dispõe sobre alteração na classificação institucional da Secretaria da Segurança Pública.
54382	27/05/09	Altera a denominação do Conselho Estadual de Entorpecentes, introduz modificações no Decreto nº 25.367, de 1986.
54387	28/05/09	Dispõe sobre o concurso de ingresso na carreira de Procurador do Estado.
54390	28/05/09	Autoriza a Secretaria da Segurança Pública a representar o Estado na celebração de convênios com Municípios paulistas ou pessoas físicas ou jurídicas de direito privado proprietárias de bens imóveis localizados em pontos de interesse da segurança pública, objetivando a cooperação entre os partícipes para a instalação e manutenção de equipamentos de transmissão e recebimento de dados ou de videomonitoramento público.
54391	29/05/09	Dá nova redação a dispositivos que especifica do Decreto nº 47.098, de 18 de setembro de 2002, que transforma a Estação Experimental de Assis, localizada no Município de Assis, em Floresta Estadual de Assis, nos termos do artigo 17 da Lei federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, objetivando o desenvolvimento de atividades científicas, econômicas, sociais e recreacionais.
54393	01/06/09	Institui Grupo de Trabalho com o objetivo de realizar estudos, eventos e ações visando a participação paulista na Copa do Mundo de Futebol de 2014.
54394	01/06/09	Cria e organiza, na Coordenadoria de Recursos Humanos, da Secretaria da Saúde, o Centro de

		Formação de Recursos Humanos para o Sistema Único de Saúde - SUS/SP de Araraquara.
54395	01/06/09	Transfere os cargos da classe que especifica.
54401	01/06/09	Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.
54402	01/06/09	Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.
54403	01/06/09	Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.
54410	02/06/09	Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.199, de 2002, que proíbe a discriminação aos portadores do vírus HIV ou às pessoas com AIDS.
54411	02/06/09	Transfere os cargos e as funções-atividades que especifica.
54415	03/06/09	Transfere os cargos e as funções-atividades que especifica.
54422	05/06/09	Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.
54428	09/06/09	Dispõe sobre a transferência dos Conselhos que especifica para a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania.
54429	09/06/09	Cria e organiza, na Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena
54440	15/06/09	Cria a Escola Técnica Estadual de Heliópolis, no Município de São Paulo.
54443	15/06/09	Reativa, em caráter provisório, as unidades administrativas da Procuradoria Geral do Estado que especifica.
54446	16/06/09	Acrescenta o dispositivo que especifica ao Decreto nº 53.027, de 26 de maio de 2008, que reorganiza a Secretaria do Meio Ambiente.
54447	16/06/09	Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.
54448	16/06/09	Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.
54453	16/06/09	Transfere os cargos e as funções-atividades que especifica.
54454	16/06/09	Regulamenta a Lei nº 13.174, de 23 de julho de 2008, que dispõe sobre a comercialização de banana "in natura" no Estado de São Paulo.
54461	18/06/09	Torna sem efeito as transferências de cargos entre Quadros de Secretarias de Estado que especifica.
54464	19/06/09	Aprova proposta do Conselho de Orientação do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista - O Banco do Agronegócio Familiar - FEAP/BANAGRO, nos termos da Lei nº 7.964, de 16 de julho de 1992, com suas alterações posteriores, e dá providências correlatas.
54465	19/06/09	Cria a Faculdade de Tecnologia de Barueri, como Unidade de Ensino Tecnológico do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS e dá providências correlatas.
54466	19/06/09	Cria a Escola Técnica Estadual Parque Santo Antonio, no Município de São Paulo.
54467	19/06/09	Cria a Escola Técnica Estadual de Tiquatira, no Município de São Paulo.
54468	19/06/09	Cria a Escola Técnica Estadual de Poá, no Município de Poá.
54469	19/06/09	Cria a Escola Técnica Estadual de Mogi Guaçu, no Município de Mogi Guaçu.
54478	24/06/09	Designa o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo - IPESP como liquidante da Carteira de Previdência dos Advogados de São Paulo e dá providências correlatas.
54479	24/06/09	Dispõe sobre a transferência do Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas para a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e dá providências correlatas.
54480	25/06/09	Suspende o expediente nas repartições públicas estaduais no dia que especifica e dá providências correlatas.
54486	26/06/09	Regulamenta a Lei nº 13.457, de 18 de março de 2009, que dispõe sobre o processo administrativo tributário decorrente de lançamento de ofício e dá providências correlatas.
54487	26/06/09	Altera a redação e inclui dispositivos e anexos no Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, que dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente e dá outras providências.
54491	26/06/09	Disciplina o recolhimento do ICMS relativo ao estoque de mercadorias que especifica, recebidas antes do início da vigência do regime de retenção antecipada por substituição tributária, e dá outras providências.
54492	26/06/09	Transfere os cargos que especifica e dá providências correlatas.
54498	30/06/09	Institui, no âmbito da Administração direta, autárquica e fundacional, tratamento diferenciado e

		favorecido ao Microempreendedor Individual - MEI, para o licenciamento de atividades de baixo risco e dá providências correlatas.
54499	30/06/09	Altera a classificação institucional da Secretaria da Administração Penitenciária.
54500	30/06/09	Define o Dirigente da Unidade de Despesa Administração da Delegacia Geral de Polícia e dá providências correlatas.
54505	01/07/09	Altera e acrescenta dispositivos no Decreto nº 50.820, de 23 de maio de 2006, que regulamenta a promoção de que trata a Lei Complementar nº 959, de 13 de setembro de 2004, alterada pela Lei Complementar nº 1.060, de 23 de setembro de 2008.
54506	01/07/09	Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.
54507	01/07/09	Extingue a Cadeia Pública de Limeira e dá providências correlatas.
54509	01/07/09	Transfere os cargos e a função-atividade que especifica e dá providências correlatas.
54518	03/07/09	Dispõe sobre a criação de unidade escolar na Secretaria da Educação e dá providências correlatas.
54519	03/07/09	Dispõe sobre a criação de unidade escolar na Secretaria da Educação e dá providências correlatas.
54520	03/07/09	Transfere os cargos e as funções-atividades que especifica e dá providências correlatas.
54544	08/07/09	Regulamenta o inciso XIII do artigo 4º e o inciso VIII do artigo 31 da Lei nº 13.577, de 8 de julho de 2009, que dispõe sobre diretrizes e procedimentos para a proteção da qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas.
54552	13/07/09	Transfere os cargos e a função-atividade que especifica.
54553	15/07/09	Institui o Programa de Integração Estado/Município para o desenvolvimento de ações educacionais nas escolas das redes públicas municipais, autorizando a Secretaria da Educação a representar o Estado de São Paulo na celebração de convênios com a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e municípios paulistas, tendo por objeto a implementação do aludido programa.
54554	15/07/09	Altera o Decreto nº 44.566, de 20 de dezembro de 1999, que reorganiza a Coordenação da Administração Tributária, da Secretaria da Fazenda.
54556	16/07/09	Estabelece periodicidade para a realização de concursos públicos de provas e títulos para provimento do cargo de Professor Educação Básica II na rede estadual de ensino.
54559	17/07/09	Dá nova redação e acrescenta dispositivo que especifica aos Estatutos da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP, aprovados pelo Decreto nº 44.944, de 2000.
54560	17/07/09	Altera dispositivos do Decreto nº 54.429, de 2009.
54561	17/07/09	Transfere o cargo e as funções-atividades que especifica.
54564	21/07/09	Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, o Ambulatório Médico de Especialidades Limeira - AME Limeira.
54565	21/07/09	Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, o Ambulatório Médico de Especialidades Salto - AME Salto.
54574	21/07/09	Identifica funções de direção específicas das carreiras de Perito Criminal e de Médico Legista, a serem retribuídas mediante gratificação "pro labore".
54575	21/07/09	Dispõe sobre o apoio financeiro, administrativo e operacional da Secretaria de Relações Institucionais em favor da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania objetivando possibilitar a continuidade do funcionamento dos Conselhos de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra e Estadual dos Povos Indígenas.
54584	22/07/09	Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, o Ambulatório Médico de Especialidades Jundiá - AME Jundiá.
54598	23/07/09	Dá nova redação e insere dispositivo no Decreto nº 45.547, de 26 de dezembro de 2000, que instituiu o Restaurante Popular dentro do Programa Estadual de Alimentação e Nutrição para populações carentes.
54599	23/07/09	Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, o Ambulatório Médico de Especialidades Presidente Prudente - AME Presidente Prudente e dá providências correlatas.
54609	27/07/09	Reorganiza, na Secretaria da Administração Penitenciária, a Penitenciária de Franco da Rocha III e dá providências correlatas.
54610	27/07/09	Transfere da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social para a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o Centro de Orientação e Encaminhamento para Pessoas com Necessidades Especiais e respectivas Famílias, e dá providências correlatas.
54613	29/07/09	Fixa o número-limite de Bolsas dos programas que especifica e dá providências correlatas.
54614	29/07/09	Altera o Decreto nº 53.051, de 03-06-2008, que instituiu o Programa de Incentivo ao Investimento pelo Fabricante de Veículo Automotor - Pró-Veículo.
54622	31/07/09	Dá nova redação ao artigo 5º do Decreto nº 54.311, de 2009, que institui a Política Estadual para o Controle do Fumo, regulamenta a Lei nº 13.541, de 2009, que proíbe o consumo de produtos fumígenos, derivados ou não do tabaco, em ambientes de uso coletivo, total ou parcialmente fechados.
54623	31/07/09	Define diretrizes com vista à execução do disposto no artigo 36 da Lei Complementar nº 1.010, de 2007, que dispõe sobre a criação da São Paulo Previdência - SPPREV.

54624	31/07/09	Prorroga o prazo de vigência da autorização de que trata o artigo 1º do Decreto nº 51.951, de 2 de julho de 2007.
54625	31/07/09	Revoga o Decreto nº 53.074, de 2008, que acrescentou parágrafo único ao artigo 15 do regulamento da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, aprovado pelo Decreto nº 52.455, de 2007.
54629	03/08/09	Dispõe sobre a oficialização das condecorações "Cadete PM Ruytemberg Rocha - O Cadete Constitucionalista" instituídas pelo Núcleo Cadete PM Ruytemberg Rocha da Academia de Polícia Militar do Barro Branco.
54630	03/08/09	Fica criada na Diretoria de Ensino - Região Lins, da Coordenadoria de Ensino do Interior, da Secretaria da Educação, a Escola Estadual Jardim Bela Vista, localizada no Município de Promissão.
54643	05/08/09	Introduz alterações no Regulamento do ICMS e revoga o Decreto 51.625, de 2007, que institui regime especial de tributação do ICMS para contribuintes que realizarem operações com carne e produtos resultantes do abate em frigorífico paulista.
54644	05/08/09	Dispõe sobre a composição, a organização e o funcionamento do Conselho Estadual de Saneamento - CONESAN.
54645	05/08/09	Regulamenta dispositivos da Lei nº 12.300 de 2006, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e altera o inciso I do artigo 74 do Regulamento da Lei nº 997, de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8.468, de 1976.
54648	06/08/09	Fixa o Quadro de Pessoal da Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE.
54649	06/08/09	Isenta do ICMS a comercialização de sanduíches denominados "Big Mac" efetuada durante o evento "McDia Feliz".
54650	06/08/09	Introduz alterações no RICMS.
54651	06/08/09	Transfere os cargos que especifica.
54652	06/08/09	Dá denominação de "Octavio Frias de Oliveira" ao trecho da rodovia estadual que especifica.
54653	06/08/09	Reorganiza a Secretaria do Meio Ambiente - SMA.
54654	07/08/09	Institui o Programa Estadual de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais, autoriza a celebração de convênios com municípios do Estado de São Paulo e entidades que especifica, visando à transferência de recursos financeiros para o incremento das cadeias produtivas, e dá outras providências.
54655	07/08/09	Dispensa a apresentação do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos para efeito da isenção do ICMS na importação de produtos hospitalares na situação que especifica.
54657	07/08/09	Altera dispositivo que especifica do Decreto nº 42.696, de 1997, que regulamenta a Lei nº 9.363, de 1996, que institui o Programa Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social - CEDES, o Fundo Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Social - FIDES e o Fundo Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico - FIDEC.
54658	07/08/09	Transfere os cargos que especifica.
54659	10/08/09	Dispõe sobre o funcionamento da Faculdade de Tecnologia - FATEC da Zona Leste - São Paulo e da Escola Técnica Estadual - ETEC da Zona Leste - São Paulo como unidades de ensino do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS, extingue o Centro Tecnológico da Zona Leste, de que trata o Decreto nº 46.524, de 2002.
54660	10/08/09	Dispõe sobre a redistribuição de servidor de que trata o artigo 2º da Lei 10.381, de 1999.
54668	11/08/09	Cria e organiza unidades de portaria e de inclusão nos estabelecimentos penais que especifica, da Secretaria da Administração Penitenciária.
54669	11/08/09	Cria, na Secretaria da Cultura, como equipamento cultural da área de Difusão Cultural, a São Paulo Companhia de Dança.
54671	11/08/09	Transfere os cargos que especifica.
54672	12/08/09	Isenta do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS a importação de equipamentos hospitalares pela Fundação Pio XII - Hospital do Câncer de Barretos.
54673	12/08/09	Altera dispositivo que especifica do Decreto nº 53.733, de 2008, que dispõe sobre a estruturação da Polícia Militar do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.
54675	12/08/09	Altera o Decreto nº 40.627, de 1996, na parte de especifica.
54677	13/08/09	Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria do Meio Ambiente - SMA.
54678	13/08/09	Altera dispositivo que especifica do Decreto nº 46.623, de 2002, que reorganiza a Secretaria da Administração Penitenciária.
54679	13/08/09	Introduz alterações no RICMS.
54680	13/08/09	Transfere os cargos e a função-atividade que especifica.
54682	13/08/09	Regulamenta a Lei Complementar nº 1.093, de 2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual.
54684	17/08/09	Convoca a 1ª Conferência Estadual de Saúde Ambiental.
54685	17/08/09	Dispõe sobre a criação de unidade escolar indígena na Secretaria da Educação.

54690	18/08/09	Regulamenta dispositivos que especifica da Lei Complementar nº 1.049, de 19 de junho de 2008, que dispõe sobre medidas de incentivo à inovação tecnológica, à pesquisa científica e tecnológica, ao desenvolvimento tecnológico, à engenharia não rotineira e à extensão tecnológica em ambiente produtivo, no Estado de São Paulo.
54691	18/08/09	Define como população vegetal de peculiar interesse do Estado a cultura vegetal que especifica.
54693	19/08/09	Reduz para 6 (seis) meses o interstício na graduação de Aspirante à Oficial PM da Polícia Militar do Estado de São Paulo.
54694	19/08/09	Substitui o Anexo III do Decreto nº 46.782, de 2002, alterado pelo Decreto nº 53.743, de 2008, que autoriza a Secretaria da Cultura a, representando o Estado, celebrar convênios com entidades culturais privadas sem fins lucrativos, visando à transferência de recursos financeiros para os fins que especifica.
54695	20/08/09	Institui o Programa "Aprendiz Paulista" e dá providências correlatas.
54696	20/08/09	Altera dispositivo do Decreto nº 54.429, de 2009, acrescentado pelo Decreto nº 54.560, de 2009, que cria e organiza, na Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena.
54697	20/08/09	Transfere os cargos e a função-atividade que especifica e dá providências correlatas.
54702	21/08/09	Dispõe sobre a fixação de percentual para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela Lei Complementar nº 1.086, de 2009, relativo ao exercício de 2009.
54703	21/08/09	Convoca a 4ª Conferência Estadual das Cidades e dá providências correlatas.
54704	21/08/09	Fixa competência das autoridades para aplicação da sanção administrativa de que trata o artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei federal nº 9.605, de 1998, e dá providências correlatas.
54710	25/08/09	Transfere, para o Gabinete do Secretário da Segurança Pública, a Corregedoria Geral da Polícia Civil - CORREGEDORIA.
54711	26/08/09	Transfere os cargos que especifica.
54714	27/08/09	Disciplina o lançamento de ofício do IPVA, de que trata o artigo 18 da Lei nº 13.296, de 2008
54715	27/08/09	Institui o Programa de Incentivo à Expansão e Modernização do Transporte Ferroviário no Estado de São Paulo.
54716	27/08/09	Delega competência ao Secretário da Fazenda para os fins que especifica.
54717	27/08/09	Fixa prazos especiais para recolhimento do ICMS nas saídas de mercadorias decorrentes do evento que especifica.
54720	28/08/09	Delega competência ao Secretário de Economia e Planejamento para os fins que especifica.
54721	28/08/09	Dispõe sobre medidas visando à restauração da Igreja das Chagas do Seráfico Pai São Francisco da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, situada no Largo de São Francisco, na capital do Estado.
54728	01/09/09	Cria a Faculdade de Tecnologia - FATEC de Diadema, como Unidade de Ensino Tecnológico do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS e dá providências correlatas.
54729	01/09/09	Cria a Faculdade de Tecnologia - FATEC de Osasco, como Unidade de Ensino Tecnológico do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS e dá providências correlatas.
54730	01/09/09	Cria a Escola Técnica Estadual - ETEC Professora Marines Teodoro de Freitas Almeida, no Município de Novo Horizonte.
54731	01/09/09	Cria a Escola Técnica Estadual de Caraguatatuba, no Município de Caraguatatuba.
54732	01/09/09	Cria a Escola Técnica Estadual de Aguai, no Município de Aguai.
54733	01/09/09	Cria a Escola Técnica Estadual Angelo Cavalheiro, no Município de Serrana.
54735	02/09/09	Introduz alterações no RICMS.
54736	02/09/09	Transfere os cargos que especifica.
54738	02/09/09	Transfere os cargos vagos que especifica.
54739	02/09/09	Reorganiza a Coordenadoria de Controle de Doenças - CCD, da Secretaria da Saúde.
54744	04/09/09	Acrescenta § 3º ao artigo 3º do Decreto nº 54.454, de 2009, regulamento da Lei nº 13.174, de 2008, que dispõe sobre a comercialização da banana "in natura" no Estado de São Paulo.
54746	04/09/09	Estabelece limitação administrativa provisória nas áreas que especifica na região das Serras de Itaberaba e de Itapetinga, no Estado de São Paulo, nos termos do artigo 22-A da Lei federal nº 9.985, de 18/07/2000, acrescentado pela Lei federal nº 11.132, de 04/07/2005.
54750	08/09/09	Dispõe sobre os livros obrigatórios nas Unidades da Polícia Civil, da Secretaria da Segurança Pública.
54758	10/09/09	Dispõe sobre os Centros de Estudos de Línguas - CELs.
54761	10/09/09	Dispõe sobre alterações na classificação institucional da Secretaria da Segurança Pública.
54774	14/09/09	Acrescenta o dispositivo que especifica ao Decreto nº 54.703, de 21 de agosto de 2009, que convoca a 4ª Conferência Estadual das Cidades.
54775	14/09/09	Dispõe sobre a redistribuição de servidor de que trata o artigo 2º da Lei nº 10.381, de 1999.
54776	14/09/09	Transfere os cargos que especifica.
54779	16/09/09	Regulamenta a promoção de que trata a Lei Complementar nº 1.080, de 2008, nos Quadros das Secretarias de Estado, da Procuradoria Geral do Estado e das Autarquias.

54784	17/09/09	Altera a redação do artigo 1º do Decreto nº 54.684, de 2009, que convocou a 1ª Conferência Estadual de Saúde Ambiental.
54786	17/09/09	Reclassifica Unidade Prisional para fins de Concessão da Gratificação por Comando de Unidade Prisional - COMP.
54794	23/09/09	Dispõe sobre a criação, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, do Instituto de Reabilitação "Lucy Montoro"
54797	23/09/09	Transfere os cargos que especifica
54806	24/09/09	Altera a classificação institucional da Secretaria da Saúde
54813	25/09/09	Integra no Sistema Único de Saúde - SUS/SP e identifica, para fins de concessão da Gratificação Especial de Atividade - GEA, a unidade de saúde que especifica da Secretaria da Administração Penitenciária.
54814	25/09/09	Inclui dispositivos que especifica no Decreto nº 48.981, de 2004, que institui o Conselho Estadual para a Diminuição de Acidentes de Trânsito e Transporte - CEDATT.
54815	28/09/09	Integra no Sistema Único de Saúde - SUS/SP e identifica, para fins de concessão da Gratificação Especial de Atividade - GEA, a Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania, da Secretaria da Administração Penitenciária.
54816	28/09/09	Cria e organiza, na Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, a Coordenação de Políticas de Inserção no Mercado de Trabalho.
54818	28/09/09	Identifica funções de direção específicas da carreira de Delegado de Polícia, a serem retribuídas mediante gratificação "pro labore".
54819	28/09/09	Dispõe sobre identificação das funções de Chefia específicas da carreira de Investigador de Polícia.
54820	28/09/09	Dispõe sobre identificação das funções de Chefia específicas da carreira de Escrivão de Polícia.
54821	28/09/09	Dispõe sobre a identificação da função de Chefia específica da carreira de Agente de Telecomunicações Policial.
54822	28/09/09	Dispõe sobre a identificação da função de Encarregatura específica da carreira de Agente Policial.
54823	28/09/09	Dispõe sobre identificação da função de Chefia específica da carreira de Carcereiro.
54843	30/09/09	Cria a Escola Técnica Estadual de Itapira, no Município de Itapira.
54845	30/09/09	Altera o Decreto 53.574, de 2008, que institui o Programa de Incentivo à Indústria de Produção e de Exploração de Petróleo e de Gás Natural no Estado de São Paulo.
54846	30/09/09	Introduz alterações no RICMS.
54848	01/10/09	Autoriza a Secretaria da Segurança Pública a representar o Estado na celebração de convênios com instituições de ensino, com vistas à realização de estágio obrigatório.
54849	01/10/09	Institui o Programa de Tecnologia para a Rede de Escolas de Governo - TEC-REG.
54859	01/10/09	Transfere os cargos que especifica.
54868	02/10/09	Dispõe sobre a criação de unidade escolar na Secretaria da Educação.
54869	02/10/09	Introduz alterações no RICMS.
54873	06/10/09	Fixa o Quadro de Pessoal da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação CASA-SP.
54876	06/10/09	Transfere para o Curador do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo a responsabilidade pelos trabalhos de catalogação e divulgação do acervo artístico da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Poder Executivo.
54878	06/10/09	Dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 31.170, de 1990, que dispõe sobre o afastamento de servidores do Estado para o exercício de mandato como dirigente de entidade de classe.
54886	07/10/09	Transfere os cargos que especifica e dá providências correlatas.
54887	07/10/09	Autoriza a Secretaria da Educação a representar o Estado na celebração de convênios com instituições sem fins lucrativos, atuantes em educação especial, objetivando promover o atendimento a educandos com graves deficiências que não puderem ser beneficiados pela inclusão em classes comuns de ensino regular, e dá providências correlatas.
54897	09/10/09	Introduz alteração no RICMS.
54904	13/10/09	Institui o Programa de Incentivo ao Investimento pelo Fabricante de Produtos da Indústria de Processamento Eletrônico de Dados - Pro-Informática e dá outras providencias.
54905	13/10/09	Introduz alterações no RICMS.
54906	13/10/09	Altera o Decreto 53.826, de 2008, que instituiu incentivos no âmbito dos parques tecnológicos integrantes do Sistema Paulista de Parques Tecnológicos, de que tratam a Lei Complementar 1.049, de 2008 e o Decreto 50.504, de 2006.
54907	13/10/09	Dispõe sobre a outorga da Medalha "Adolfo Lutz".
54908	13/10/09	Fixa a frota de veículos da Secretaria do Meio Ambiente.
54909	13/10/09	Institui a Medalha "Mérito da Diretoria de Pessoal" da Polícia Militar do Estado de São Paulo e dá providencias correlatas.
54910	14/10/09	Dispõe sobre o expediente nas repartições públicas estaduais no dia 28 de outubro de 2009 e dá providências correlatas.

54911	14/10/09	Regulamenta a Lei Complementar nº 1.036, de 2008, que institui o Sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.
54912	14/10/09	Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, o Ambulatório Médico de Especialidades Ituverava - AME Ituverava e dá providências correlatas.
54914	14/10/09	Altera e acrescenta dispositivos que especifica no Decreto nº 52.142, de 2007, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento da Agência de Fomento do Estado de São Paulo - AFESP.
54921	15/10/09	Cria o Programa Banda Larga Popular e introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.
54924	15/10/09	Transfere os cargos que especifica e dá providências correlatas.
54925	16/10/09	Dispõe sobre residência de servidores em próprios sob administração dos órgãos que integram a estrutura da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.
54929	16/10/09	Dispõe sobre a transferência do Espaço Memória do Carandiru para a Secretaria de Desenvolvimento e dá providências correlatas.
54939	20/10/09	Inclui dispositivos que especifica no Decreto nº 47.945, de 16 de julho de 2003, alterado pelo Decreto nº 51.809, de 16 de maio de 2007, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto nos artigos 15 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1999 e da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, e artigo 11 da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
54940	20/10/09	Fixa a frota de veículos da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, da Secretaria dos Transportes.
54944	21/10/09	Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.
54945	21/10/09	Fixa calendário para pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA relativamente ao exercício de 2010 e o percentual de desconto para pagamento antecipado.
54946	21/10/09	Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.
54947	21/10/09	Autoriza o Secretário do Meio Ambiente a outorgar permissão ou autorização de uso, a título precário, de áreas internas do Parque Villa-Lobos e do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim, nas condições e para as finalidades que especifica.
54949	21/10/09	Altera o Anexo a que se refere o artigo 2º do Decreto nº 43.948, de 9 de abril de 1999, que modificou a denominação e reorganizou as Delegacias de Ensino da Secretaria da Educação.
54952	22/10/09	Suspende, no corrente exercício, a aplicação do disposto no artigo 5º do Decreto nº 25.013, de 16 de abril de 1986, para os integrantes das carreiras policiais civis em exercício na Secretaria da Segurança Pública.
54953	22/10/09	Suspende, no corrente exercício, a aplicação do disposto no artigo 5º do Decreto nº 25.013, de 16 de abril de 1986, para os integrantes das carreiras policiais civis em exercício na Secretaria da Segurança Pública.
54961	27/10/09	Autoriza o Fundo de Solidariedade e Desenvolvimento Social e Cultural do Estado de São Paulo a representar o Estado na celebração de convênios com Municípios paulistas, por meio dos respectivos Fundos Sociais de Solidari
54962	28/10/09	Aprova o Projeto Estadual de Subvenção do Prêmio de Seguro da Sanidade do Pomar Citrícola - Ano de 2009, com emprego de recursos do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista - O Banco do Agronegócio Familiar (FEAP-BANAGRO)
54974	29/10/09	Transfere os cargos e as funções-atividades que especifica
54975	29/10/09	Dispõe sobre procedimentos a serem adotados pelos órgãos da Administração Direta e Autarquias do Estado para desconto e repasse de contribuições previdenciárias de servidores efetivos de outros entes da federação, afastados junto ao Governo do Estado de São Paulo
54976	29/10/09	Introduz alterações no RICMS
54977	30/10/09	Dispõe sobre a redução de interstício no posto de Capitão do Quadro de Oficiais Músicos e de 2º Tenente PM da Polícia Militar do Estado de São Paulo
54979	03/11/09	Reduz o valor da taxa de vigilância epidemiológica fixada no artigo 14, inciso II, da Lei nº 10.670, de 24 de outubro de 2000, referente a concentração de animais em leilões
54980	03/11/09	Transfere os cargos e as funções-atividades que especifica e dá providências correlatas
54981	03/11/09	Autoriza a Secretaria da Cultura a representar o Estado de São Paulo na celebração de convênios com Municípios paulistas, visando à transferência de recursos financeiros para a realização de projetos ou eventos.
54985	04/11/09	Dispõe sobre a suspensão, no corrente exercício, da aplicação do disposto no artigo 5º do Decreto nº 25.013, de 16 de abril de 1986, aos servidores em exercício na Secretaria da Administração Penitenciária que especifica
54988	05/11/09	Dispõe sobre a Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado e dá providências correlatas
54990	05/11/09	Altera dispositivos do Decreto nº 54.454, de 2009, regulamento da Lei nº 13.174, de 2008, que dispõe sobre a comercialização de banana-in natura- no Estado de São Paulo e dá providências

		correlatas
54995	06/11/09	Autoriza o Fundo de Solidariedade e Desenvolvimento Social e Cultural do Estado de São Paulo a representar o Estado na celebração de convênios com entidades de assistência social, sediadas no Município de São Paulo, visa
54996	06/11/09	Autoriza o Fundo de Solidariedade e Desenvolvimento Social e Cultural do Estado de São Paulo a representar o Estado na celebração de convênios com Municípios do Estado de São Paulo, por meio dos seus Fundos Sociais de So
54999	06/11/09	Transfere os cargos e a função-atividade que especifica e dá providências correlatas.
55000	09/11/09	Introduz alterações no RICMS.
55001	09/11/09	Introduz alterações no RICMS .
55002	09/11/09	Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Transmissão -Causa Mortis- e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - RITCMD.
55003	09/11/09	Altera o Decreto 54.715, de 2009, que institui o Programa de Incentivo à Expansão e Modernização do Transporte Ferroviário no Estado de São Paulo.
55004	09/11/09	Integra, na estrutura básica da Secretaria da Saúde, o Instituto de Saúde, da Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos de Saúde - CCTIES, dispõe sobre sua subordinação e reorganização e dá providências ...
55008	10/11/09	Aprova e fixa os valores a serem aplicados na cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo nas Bacias Hidrográficas dos Rios Sorocaba e Médio Tietê
55009	10/11/09	Cria, na Secretaria dos Transportes Metropolitanos, a Unidade de Coordenação da Comissão de Monitoramento das Concessões e Permissões - UCCMCP
55010	10/11/09	Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, o Ambulatório Médico de Especialidades Mogi-Guaçu - AME Mogi-Guaçu e dá providências correlatas
55011	10/11/09	Dispõe sobre a criação da Unidade de Gerenciamento para implementação do Programa de Recuperação Sócio-ambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica e dá providências correlatas
55012	10/11/09	Suspende o expediente nas repartições públicas estaduais no dia 20 de novembro de 2009, nas situações que especifica
55015	11/11/09	Regulamenta a Lei nº 13.747, de 7 de outubro de 2009, que obriga os fornecedores de bens e serviços localizados no Estado de São Paulo a fixar data e turno para a entrega de produtos ou realização de serviços aos consumidores
55016	11/11/09	Acrescenta dispositivo que especifica no Regulamento da Concessão dos Serviços Públicos de Exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, aprovado pelo Decreto nº 40.077, de 10 de maio de 1995, e dá providências correlatas
55021	12/11/09	Fixa a frota de veículos da Secretaria de Comunicação
55027	12/11/09	Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 3º do Decreto nº 54.703, de 21 de agosto de 2009, que convoca a 4ª Conferência Estadual das Cidades e dá providências correlatas
55029	12/11/09	Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS
55047	16/11/09	Altera a denominação dos Centros Estaduais de Educação Supletiva, para Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos.
55048	16/11/09	Transfere os cargos que especifica e dá providências correlatas.
55050	17/11/09	Transfere os cargos e a função-atividade que especifica ...
55051	17/11/09	Designa o Secretário da Fazenda para responder pelo Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ do Governo do Estado de São Paulo
55052	17/11/09	Regulamenta a Lei nº 12.060, de 2005, que dispõe sobre a substituição por ações de saúde mental do procedimento de internação hospitalar psiquiátrica no Sistema Único de Saúde do Estado, ...
55053	17/11/09	Dá nova redação e insere dispositivo no Decreto nº 44.569, de 1999, com modificações introduzidas pelos Decretos nº 45.014, de 2000, nº 50.699 de 2006, nº 50.724 de 2006 e nº 51.679, de 2007, que instituiu o Projeto Estadual do Leite "VIVALEITE"
55057	18/11/09	Dispõe sobre o Programa Ação Jovem e dá providências correlatas.
55060	18/11/09	Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, o Ambulatório Médico de Especialidades de Psiquiatria - AME Psiquiatria e dá providências correlatas.
55061	18/11/09	Institui o Programa VIA SP de apoio a recuperação da malha viária urbana e rural dos municípios do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.
55066	19/11/09	Atualiza a classificação institucional da Secretaria dos Transportes Metropolitanos.
55067	19/11/09	Altera a classificação institucional da Secretaria da Fazenda.
55070	23/11/09	Dispõe sobre a outorga da "Medalha Ruth Cardoso".
55075	24/11/09	Autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem - DER a celebrar convênios com Municípios do Estado de São Paulo, objetivando a construção, reforma, ampliação ou conclusão de Terminais Rodoviários.
55078	25/11/09	Dispõe sobre as jornadas de trabalho do pessoal docente do Quadro do Magistério e dá

		providências correlatas.
55079	25/11/09	Autoriza a Secretaria da Habitação a representar o Estado de São Paulo na celebração de "termos de cooperação e parceria" com a Caixa Econômica Federal, visando o aporte de recursos financeiros estaduais destinados ao desenvolvimento de empreendimentos habitacionais por meio do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR no âmbito do Estado de São Paulo.
55080	25/11/09	Dispõe sobre o fornecimento de alimentação escolar aos alunos da rede pública estadual.
55086	27/11/09	Dispõe sobre a celebração de convênios que especifica.
55087	27/11/09	Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.507, de 2009, que dispõe sobre o Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, e dá providências correlatas.
55089	30/11/09	Dispõe sobre o recadastramento geral dos inativos e dos pensionistas de servidores falecidos e dá providências correlatas.
55090	30/11/09	Dá nova redação ao Anexo VI do RICMS.
55091	30/11/09	Introduz alterações no Regulamento da Lei nº 997, de 31/05/1976, aprovado pelo Decreto nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, que dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente.
55092	30/11/09	Introduz alterações no RICMS.
55104	01/12/09	Dispõe sobre o expediente nas repartições públicas estaduais nos dias que especifica e dá providências correlatas.
55105	01/12/09	Institui o Programa "Lençol Amigo", visando à doação de jogos de lençóis a Fundos Sociais de Solidariedade dos Municípios do Estado.
55108	02/12/09	Prorroga até 31 de dezembro de 2010 o prazo previsto no artigo 1º do Decreto nº 52.202, de 2007, que dispõe sobre a atuação subsidiária da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral na execução dos serviços de defesa agropecuária que especifica.
55110	02/12/09	Transfere os cargos que especifica e dá providências correlatas.
55115	03/12/09	Dispõe sobre a criação, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, do Serviço Estadual de Diagnóstico por Imagem III - SEDI III e dá providências correlatas.
55116	03/12/09	Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, o Ambulatório Médico de Especialidades Interlagos - AME Interlagos e dá providências correlatas.
55117	03/12/09	Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, o Ambulatório Médico de Especialidades Jardim dos Prados - AME Jardim dos Prados e dá providências correlatas.
55118	03/12/09	Dispõe sobre a criação, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, do Serviço Estadual de Diagnóstico por Imagem II - SEDI II e dá providências correlatas.
55119	03/12/09	Institui o Projeto Quero Vida, autoriza a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, representando o Estado, a celebrar convênios com os Municípios do Estado de São Paulo visando à implementação do referido Projeto, e dá providências correlatas.
55125	07/12/09	Institui o Programa de Inserção de Jovens Egressos e Jovens em Cumprimento de Medida Socioeducativa no Mercado de Trabalho e dá providências correlatas.
55126	07/12/09	Institui o Programa de Inserção de Egressos do Sistema Penitenciário no Mercado de Trabalho - PRÓ-EGRESSO e dá providências correlatas.
55142	10/12/09	Reclassifica Unidade Prisional para fins de concessão da Gratificação por Comando de Unidade Prisional - COMP
55143	10/12/09	Regulamenta a remoção de cargos dos integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação ...
55144	10/12/09	Altera e insere dispositivos no Decreto nº 53.037, de 28 de maio de 2008, que dispõe sobre a regionalização dos concursos públicos para provimento de cargos do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação, define normas relativas à remoção, substituição e contratação temporária de docentes ...
55145	10/12/09	Altera dispositivo que especifica do Decreto nº 54.553, de 2009, que institui o Programa de Integração Estado/Município para o desenvolvimento de ações educacionais nas escolas das redes públicas municipais, e autorizou a Secretaria da Educação a representar o Estado de São Paulo na celebração de convênios com a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e municípios paulistas, tendo por objeto a implementação do aludido programa
55148	10/12/09	Extingue a Bolsa Oficial de Café e Mercadorias de Santos
55149	10/12/09	Dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 47.400, de 2002, que regulamenta disposições da Lei nº 9.509, de 1997, referentes ao licenciamento ambiental, à vista das alterações introduzidas na Lei nº 118, de 1973, pela Lei nº 13.542, de 2009, ...
55154	11/12/09	Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, o Ambulatório Médico de Especialidades Itu - AME Itu ...
55155	11/12/09	Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, o Ambulatório Médico de Especialidades Franca - AME Franca ...
55157	11/12/09	Prorroga o prazo previsto no parágrafo único do artigo 6º do Decreto nº 52.724, de 2008, e alterações posteriores, que transfere, da Secretaria da Saúde para a Secretaria de Gestão Pública, a Comissão de Assuntos de Assistência à Saúde e o Departamento de Perícias Médicas do Estado
55158	11/12/09	Designa servidor da Casa Civil para responder pelo Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ

		do Governo do Estado de São Paulo
55161	11/12/09	Dispõe sobre a criação de unidades escolares na Secretaria da Educação....
55165	14/12/09	Reorganiza o Instituto de Botânica - IBT, da Secretaria do Meio Ambiente....
55181	15/12/09	Inclui dispositivo que especifica no Decreto nº 48.981, de 24 de setembro de 2004, que institui o Conselho Estadual para a Diminuição de Acidentes de Trânsito e Transporte – CEDATT... correlatas
55185	15/12/09	Transfere os cargos e as funções-atividades que especifica e dá providências correlatas
55189	16/12/09	Altera o Decreto nº 54.668, de 2009, que cria e organiza unidades de portaria e de inclusão nos estabelecimentos penais que especifica, da Secretaria da Administração Penitenciária ...
55203	17/12/09	Transfere os cargos e as funções-atividades que especifica ...
55206	18/12/09	Dispõe sobre a criação de unidades escolares na Secretaria de Educação...
55207	18/12/09	Transfere os cargos e a função-atividade que especifica...
55208	18/12/09	Estabelece normas relativas ao encerramento da execução orçamentária e financeira das Administrações Direta e Indireta, visando o levantamento do Balanço Geral do Estado do exercício de 2009.
55209	18/12/09	Institui o Sistema de Gestão Integrada de Recursos Humanos e de Folha de Pagamento - Gestão Integrada RH-Folh@, no âmbito da administração direta e das autarquias, define competências.
55215	21/12/09	Cria e organiza, na Secretaria de Relações Institucionais, o Grupo de Comunicação e Eventos.
55216	21/12/09	Inclui dispositivos no Decreto nº 54.921, de 2009 que cria o Programa Banda Larga Popular e introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço...
55217	21/12/09	Regulamenta a Lei Complementar nº 1.097, de 2009, que institui o sistema de promoção para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação.
55218	21/12/09	Transfere o cargo que especifica.
55222	22/12/09	Cria a Escola Técnica Estadual Jardim Ângela, no Município de São Paulo.
55223	22/12/09	Cria a Escola Técnica Estadual Paulistano, no Município de São Paulo
55224	22/12/09	Cria a Escola Técnica Estadual de Santa Isabel, no Município de Santa Isabel.
55225	22/12/09	Cria a Escola Técnica Estadual - ETEC Paraisópolis, no Município de São Paulo.
55226	22/12/09	Cria a Escola Técnica Estadual - ETEC Parque Belém, no Município de São Paulo
55227	22/12/09	Cria a Escola Técnica Estadual - ETEC de Cotia, no Município de Cotia
55236	22/12/09	Dispõe sobre abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal na Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo, para repasse a Companhia Paulista de Eventos e Turismo - CPETUR, visando ao atendimento de Despesas de Capital
55245	23/12/09	Altera dispositivo que especifica do Decreto nº 54.947, de 21 de outubro de 2009, que autorizou o Secretário do Meio Ambiente a outorgar permissão ou autorização de uso, a título precário, de áreas internas do Parque Villa-Lobos e do Parque Ecológico Monsenhor Jose Salim.
55246	23/12/09	Altera a classificação institucional da Secretaria da Fazenda.
55247	23/12/09	Altera a redação de dispositivos que especifica do Decreto nº 41.774, de 13 de maio de 1997, modificado pelo Decreto nº 43.838, de 1999, que dispõe sobre o Programa de Cooperação Técnica e de Ação Conjunta a ser implementadas.
55249	23/12/09	Autoriza a Secretaria de Economia e Planejamento a representar o Estado de São Paulo na celebração de convênios com Municípios paulistas, visando à transferência de recursos financeiros para implementação do programa “Atuação Especial em Municípios”.
55251	23/12/09	Dispõe sobre a transferência da vinculação da Fundação Centro Educativo, Recreativo e Esportivo do Trabalhador – CERET.
55267	24/12/09	Revoga o Decreto nº 55.251, de 2009
55268	28/12/09	Dispõe sobre a concessão de serviços relativos ao Rodoanel Mário Covas - Trecho Sul e Trecho Leste.
55269	28/12/09	Transfere os cargos que especifica.
55270	28/12/09	Transfere a -, da 2ª Subprocuradoria, da Procuradoria Regional de Sorocaba, para a Procuradoria Regional de Bauru.
55292	29/12/09	Dispõe sobre a transferência de cargos da classe que especifica e dá providências correlatas
55300	30/12/09	Dispõe sobre a instituição do Regime Especial de pagamento de precatórios a que se refere o artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62/2009.
55302	30/12/09	Introduz alterações no RICMS.
55303	30/12/09	Introduz alterações no RICMS.
55304	30/12/09	Introduz alterações no RICMS.
55305	30/12/09	Introduz alterações no RICMS.
55306	30/12/09	Introduz alterações no RICMS.
55307	30/12/09	Fixa prazo especial para recolhimento do ICMS devido, na condição de sujeito passivo por

		substituição, pelas operações subsequentes com as mercadorias que especifica.
55308	30/12/09	Introduz alterações no RICMS.
55311	31/12/09	Fixa a frota de veículos da Coordenadoria de Defesa Agropecuária, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

ANEXO II - MACROTEMAS

Administração Pública

Nota explicativa: foram classificados neste macrotema os atos sobre:

- Criação e extinção de Secretarias de Estado e órgãos da administração pública
- Criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas
- Organização administrativa, judiciária, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Procuradoria Geral do Estado, Judiciário, Competência de Juiz
- Gestão do serviço público, servidor público, funcionalismo, classificação institucional e estrutura organizacional dos órgãos e entidades da administração pública estadual.
- Subsídios (funcionalismo em geral, Deputados, Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado)
- Piso salarial
- Missões Oficiais do Estado
- Regulamento de concurso público
- Concessão / permissão de serviços públicos
- Parcerias público-privadas

Agricultura e Agronegócio

Nota explicativa: foram classificados neste macrotema os atos sobre:

- Programas, projetos e outras decisões que promovam ou afetem o setor agrícola, agropecuária e agronegócio.
- Política agrícola, agrária e fundiária
- Defensivo agrícola
- Cooperativa agrícola

Assembleia Legislativa

Nota explicativa: foram classificados neste macrotema os atos sobre:

- Parlamentares

Cartórios, Serviços Notariais e Registro

Nota explicativa: foram classificados neste macrotema os atos sobre:

- Decisões que promovam ou afetem os serviços notariais

Ciência e Tecnologia

Nota explicativa: foram classificados neste macrotema os atos sobre:

- Programas, projetos e outras decisões que promovam ou incentivem o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica
- Programas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica

Consumidor

- Nota explicativa: foram classificados neste macrotema os atos sobre:
- Ações e decisões de proteção e defesa do consumidor
- Direitos e deveres do consumidor
- Regulamentação, fiscalização e controle de qualidade dos serviços públicos
- Sistema Estadual de Defesa do Consumidor
- Conselho Estadual de Defesa do Consumidor

Convênios

Nota explicativa: foram classificados neste macrotema os atos sobre:

- Ações e decisões sobre celebração de convênios
- Celebração de termos de cooperação e parceria

Datas Comemorativas

Nota explicativa: foram classificados neste macrotema os atos sobre:

- Instituição de data comemorativa, ou oficialização de eventos festivos, assim como sua inclusão no calendário turístico.

Denominação de Espaços Públicos

Nota explicativa: foram classificados neste macrotema os atos sobre:

- Denominação de estabelecimentos ou próprios públicos.

Desenvolvimento Econômico

Nota explicativa: foram classificados neste macrotema os atos sobre:

- Programas, projetos e outras decisões que promovam ou afetem o setor econômico
- Políticas econômicas

Desenvolvimento Social

Nota explicativa: foram classificados neste macrotema os atos sobre:

- Programas, projetos e outras decisões que promovam ou afetem o setor social
- Políticas sociais
- Direitos sociais (Idoso, gestante, pessoas portadoras de necessidades especiais (deficiente, deficiências), mulher, vulnerabilidade social, população indígena, igualdade racial, negros)
- Cidadania
- Serviço ao cidadão
- Direitos humanos

Desenvolvimento urbano

Nota explicativa: foram classificados neste macrotema os atos sobre:

- Programas, projetos e outras decisões que promovam ou afetem o desenvolvimento urbano.
- Política de desenvolvimento urbano
- Ordenamento territorial
- Planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano
- Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU.
- Instalação de hidrômetros para controle de consumo de água em residências etc.
- Saneamento

Educação e Cultura

Nota explicativa: foram classificados neste macrotema os atos sobre:

- Programas, projetos e outras decisões que promovam ou afetem as áreas de educação e cultura.
- Criação e extinção de estabelecimento de ensino
- Patrimônio Artístico, Histórico, Cultural, Geográfico e Imaterial
- Estágio

- Material escolar e didático

Emprego e Trabalho

Nota explicativa: foram classificados neste macrotema os atos sobre:

- Programas, projetos e outras decisões que promovam ou afetem as áreas do trabalho e do emprego
- Sistema Público de Emprego
- Contratação emergencial
- Estágio

Energia

Nota explicativa: foram classificados neste macrotema os atos sobre:

- Programas, projetos e outras decisões que promovam ou afetem o setor energético (produtores de energia e combustíveis)
- Programa de incentivo à indústria de produção e de exploração de petróleo e de gás natural
- Combustível (Gasolina, Diesel,

Habitação

Nota explicativa: foram classificados neste macrotema os atos sobre:

- Sistema Nacional de Habitação
- Política habitacional
- Financiamento habitacional
- Habitação popular

Homenagens e condecorações

Nota explicativa: foram classificados neste macrotema os atos sobre:

- Concessão de prêmios, medalhas e condecorações em homenagens a personalidades e instituições que se destacaram na contribuição de relevantes serviços
- Instituição de medalhas destinada a homenagear personalidades civis e militares
- Outorga de medalhas de honra e mérito
- Instituição de prêmios

- Oficialização de condecorações e medalhas
- Concessão de título de cidadão honorário

Licitação e Contrato

Nota explicativa: foram classificados neste macrotema os atos sobre:

- Licitação e contratos administrativos
- Pregão
- Licitação de obras e serviços públicos

Meio Ambiente

Nota explicativa: foram classificados neste macrotema os atos sobre:

- Programas, projetos e outras decisões que promovam ou afetem o meio ambiente.
- Proteção ambiental
- Política do meio ambiente
- Recursos naturais
- Ecossistemas
- Crime ambiental
- Tutela jurisdicional do meio ambiente
- Dano Ambiental
- Biodiversidade
- Conservação e Uso Racional da Água
- Recursos hídricos
- Patrimônio Natural, Paisagístico e Ambiental, Paleontológico

Orçamento e Finanças Públicas

Nota explicativa: foram classificados neste macrotema os atos sobre:

- Normas para a execução orçamentária e financeira do exercício;
- Abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal;
- Receita e Despesa do Estado;
- Diretrizes Orçamentárias;
- Plano Plurianual;
- Contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo relativas ao exercício.

-
- Crédito Público
 - Dívida Pública
 - Programas de financiamento, crédito para financiar programas públicos
 - Contratação de empréstimos

Patrimônio Imobiliário

Nota explicativa: foram classificados neste macrotema os atos sobre:

- autorização para a alienação de bens imóveis do Estado ou a cessão de direitos reais a eles relativos, bem como o recebimento, pelo Estado, de doações com encargo, não se considerando como tal a simples destinação específica do bem
- Autorização para cessão ou para concessão de uso de bens imóveis do Estado para particulares, dispensado o consentimento nos casos de permissão e autorização de uso, outorgada a título precário, para atendimento de sua destinação específica
- Bens do domínio do Estado e proteção do patrimônio público
- Aquisição, permuta e cessão de bens imóveis.

Previdência Social

Nota explicativa: foram classificados neste macrotema os atos sobre:

- Planejamento e desenvolvimento de ações que viabilizem os princípios de seguridade social
- Planos de benefícios da previdência social
- Regime geral de previdência social
- Assistência social

Saúde Pública

Nota explicativa: foram classificados neste macrotema os atos sobre:

- Planejamento e desenvolvimento de ações que promovam a saúde pública
- Regulamentação, fiscalização e controle dos serviços de saúde
- Assistência à saúde
- Sistema Único de Saúde – SUS
- Informe, mensagem ou campanha educativa ou publicitária sobre o uso de drogas, álcool e substâncias entorpecentes
- Criação e extinção de estabelecimento de saúde pública (hospitais, ambulatórios etc.)
- Programas de alimentação e nutrição

Segurança Pública

Nota explicativa: foram classificados neste macrotema os atos sobre:

- Preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio
- Gestão das Polícias Civil, Militar e Corpo de Bombeiros
- Administração do sistema penitenciário
- Estado de emergência
- Calamidade pública

Transporte e Trânsito

Nota explicativa: foram classificados neste macrotema os atos sobre:

- Planejamento e gestão do transporte coletivo do Estado
- Concessão dos serviços públicos de exploração do sistema rodoviário
- Concessão de serviços de transporte ferroviário metropolitano de passageiros
- Multas
- Código de Trânsito Brasileiro
- isenção de tarifa no sistema de transporte coletivo intermunicipal de passageiros (gratuidade desse serviço em benefício da referida categoria de agentes públicos)
- Transporte escolar

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Tributos e Impostos

Nota explicativa: foram classificados neste macrotema os atos sobre:

- Sistema tributário estadual, instituição de impostos, taxas, contribuições de melhoria e contribuição social
- ICMS
- Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de órgãos e entidades estaduais - CADIN ESTADUAL
- Programa de Parcelamento de Débitos – PPD
- Incentivos fiscais

Turismo, Esporte e Lazer

Utilidade Pública e Outros Títulos

Nota explicativa: foram classificados neste macrotema os atos sobre:

- Declaração de utilidade pública de associações civis
- Declaração de utilidade pública de entidades de direito privado
- ONGs
- OSCIPs

ANEXO III – LEGISLAÇÃO PERTINENTE

CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988

TÍTULO IV - Da Organização dos Poderes CAPÍTULO I - DO PODER LEGISLATIVO

Seção VIII - Do Processo Legislativo

Subseção III - Das Leis

Art. 66. A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º - Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.

§ 2º - O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 3º - Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Presidente da República importará sanção.

§ 4º - O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em escrutínio secreto.

§ 5º - Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Presidente da República.

§ 6º - Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final, ressalvadas as matérias de que trata o art. 62, parágrafo único.

§ 6º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 7º - Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Presidente da República, nos casos dos § 3º e § 5º, o Presidente do Senado a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente do Senado fazê-lo.

Art. 67. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

CAPÍTULO III - DO PODER JUDICIÁRIO Seção II - Do Supremo Tribunal Federal

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

- a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal; ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993](#))
- b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República;
- c) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente; ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 1999](#))
- d) o "habeas-corpus", sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e o "habeas-data" contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal;
- e) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território;
- f) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;
- g) a extradição solicitada por Estado estrangeiro;
- h) ([Revogado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004](#))
- i) o **habeas corpus**, quando o coator for Tribunal Superior ou quando o coator ou o paciente for autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância; ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 22, de 1999](#))
- j) a revisão criminal e a ação rescisória de seus julgados;
- l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;
- m) a execução de sentença nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais;
- n) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;
- o) os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal;
- p) o pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade;
- q) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Mesas de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio Supremo Tribunal Federal;
- r) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público; ([Incluída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004](#))
- II - julgar, em recurso ordinário:
- a) o "habeas-corpus", o mandado de segurança, o "habeas-data" e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão;
- b) o crime político;
- III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:
- a) contrariar dispositivo desta Constituição;
- b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;
- c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição.

d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal. [\(Incluída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

§ 1.º A argüição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente desta Constituição, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei. [\(Transformado em § 1º pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/93\)](#)

§ 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

§ 3º No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros. [\(Incluída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

Art. 103. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

I - o Presidente da República;

II - a Mesa do Senado Federal;

III - a Mesa da Câmara dos Deputados;

IV - a Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

V - o Governador de Estado ou do Distrito Federal; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

VI - o Procurador-Geral da República;

VII - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

VIII - partido político com representação no Congresso Nacional;

IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

§ 1º - O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

§ 2º - Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.

§ 3º - Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.

~~§ 4.º~~ [\(Revogado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

TÍTULO II - Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO II - Do Poder Legislativo

Seção IV - Do Processo Legislativo

Artigo 22 - A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Assembléia Legislativa;

II - do Governador do Estado;

III - de mais de um terço das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros;

IV - de cidadãos, mediante iniciativa popular assinada, no mínimo, por um por cento dos eleitores.

§ 1º - a Constituição não poderá ser emendada na vigência de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º - a proposta será discutida e votada em dois turnos, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambas as votações, o voto favorável de três quintos dos membros da Assembléia Legislativa.

§ 3º - A emenda à Constituição será promulgada pela Mesa da Assembléia Legislativa, com o respectivo número de ordem.

§ 4º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Artigo 28 - Aprovado o projeto de lei, na forma regimental, será ele enviado ao Governador que, aquiescendo, o sancionará e promulgará.

§ 1º - Se o Governador julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á, total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, comunicando, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa, o motivo do veto.

§ 2º - O veto parcial deverá abranger, por inteiro, o artigo, o parágrafo, o inciso, o item ou alínea.

§ 3º - Sendo negada a sanção, as razões do veto serão comunicadas ao Presidente da Assembléia Legislativa e publicadas se em época de recesso parlamentar.

§ 4º - Decorrido o prazo, em silêncio, considerar-se-á sancionado o projeto, sendo obrigatória a sua promulgação pelo Presidente da Assembléia Legislativa no prazo de dez dias.

§ 5º - A Assembléia Legislativa deliberará sobre a matéria vetada, em único turno de votação e discussão, no prazo de trinta dias de seu recebimento, considerando-se aprovada quando obtiver o voto favorável da maioria absoluta de seus membros.

§ 6º - Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no § 5º, o veto será incluído na ordem do dia da sessão imediata, até sua votação final.

(**) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 22, de 25 de maio de 2006

§ 7º - Se o veto for rejeitado, será o projeto enviado para promulgação, ao Governador.

§ 8º - Se, na hipótese do § 7º, a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Governador, o Presidente da Assembléia Legislativa promulgará e, se este não o fizer, em igual prazo, caberá ao Primeiro Vice-Presidente fazê-lo.

(**) **Artigo 29** - Ressalvados os projetos de iniciativa exclusiva, a matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá ser renovada, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa.

(**) ADIN 1546-0-SP - Declarada a inconstitucionalidade pelo STF da expressão "Ressalvados os projetos de iniciativa exclusiva" - Diário da Assembléia de 5/12/98, p.3

.....

CAPÍTULO IV
Do Poder Judiciário

.....

Seção III
Do Tribunal de Justiça

Artigo 73 - O Tribunal de Justiça, órgão superior do Poder Judiciário do Estado, com jurisdição em todo o seu território e sede na Capital, compõe-se de Desembargadores em número que a lei fixar, providos pelos critérios de antigüidade e de merecimento, em conformidade com o disposto nos arts. 58 e 63 deste Capítulo.

Parágrafo único - O Tribunal de Justiça exercerá, em matéria administrativa de interesse geral do Poder Judiciário, direção e disciplina da Justiça do Estado.

Artigo 74 - Compete ao Tribunal de Justiça, além das atribuições previstas nesta Constituição, processar e julgar originariamente:

I - nas infrações penais comuns, o Vice-Governador, os Secretários de Estado, os Deputados Estaduais, o Procurador-Geral de Justiça, o Procurador-Geral do Estado, o Defensor Público Geral e os Prefeitos Municipais;

II - nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os juízes dos Tribunais de Alçada e do Tribunal de Justiça Militar, os juízes de Direito e os juízes auditores da Justiça Militar, os membros do Ministério Público, exceto o Procurador-Geral de Justiça, o Delegado Geral da Polícia Civil e o Comandante-Geral da Polícia Militar;

II - nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os juízes do Tribunal de Justiça Militar, os juízes de Direito e os juízes de Direito do juízo militar, os membros do Ministério Público, exceto o Procurador-Geral de Justiça, o Delegado Geral da Polícia Civil e o Comandante-Geral da Polícia Militar;

(**) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14 de fevereiro de 2006 📄

III - os mandados de segurança e os "habeas data" contra atos do Governador, da Mesa e da Presidência da Assembléia, do próprio Tribunal ou de algum de seus membros, dos Presidentes dos Tribunais de Contas do Estado e do Município de São Paulo, do Procurador-Geral de Justiça, do Prefeito e do Presidente da Câmara Municipal da Capital;


IV - os "habeas corpus", nos processos cujos recursos forem de sua competência ou quando o coator ou paciente for autoridade diretamente sujeita a sua jurisdição, ressalvada a competência do Tribunal de Justiça Militar, nos processos cujos recursos forem de sua competência;

V - os mandados de injunção, quando a inexistência de norma regulamentadora estadual ou municipal, de qualquer dos Poderes, inclusive da Administração indireta, torne inviável o exercício de direitos assegurados nesta Constituição;

VI - a representação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal, contestados em face desta Constituição, o pedido de intervenção em Município e ação de inconstitucionalidade por omissão, em face de preceito desta Constituição;

VII - as ações rescisórias de seus julgados e as revisões criminais nos processos de sua competência;

VIII - os conflitos de competência entre os Tribunais de Alçada ou as dúvidas de competência entre estes e o Tribunal de Justiça;

(**) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14 de fevereiro de 2006 

IX - os conflitos de atribuição entre as autoridades administrativas e judiciárias do Estado;

X - a reclamação para garantia da autoridade de suas decisões;

XI - a representação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal, contestados em face da Constituição

Artigo 75 - Compete, também, ao Tribunal de Justiça:

I - provocar a intervenção da União no Estado para garantir o livre exercício do Poder Judiciário, nos termos desta Constituição e da Constituição Federal;


II - requisitar a intervenção do Estado em Município, nas hipóteses previstas em lei.

Artigo 76 - Compete, outrossim, ao Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente ou em grau de recurso, as demais causas que lhe forem atribuídas por lei complementar.

§ 1º - Cabe-lhe, também, a execução de sentença nas causas de sua competência originária, facultada, em qualquer fase do processo, a delegação de atribuições.

§ 2º - Cabe-lhe, ainda, processar e julgar os recursos relativos às causas que a lei especificar, entre aquelas não reservadas à competência privativa dos demais Tribunais de Segundo Grau ou dos órgãos recursais dos Juizados Especiais.

§ 2º - Cabe-lhe, ainda, processar e julgar os recursos relativos às causas que a lei especificar, entre aquelas não reservadas à competência privativa do Tribunal de Justiça Militar ou dos órgãos recursais dos Juizados Especiais.

(**) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14 de fevereiro de 2006 

Artigo 77 - Compete, ademais, ao Tribunal de Justiça, por seus órgãos específicos, exercer controle sobre atos e serviços auxiliares da justiça, abrangidos os notariais e os de registro.

ANEXO IV - DEPUTADOS ESTADUAIS

Assembleia Estadual de São Paulo
Legislatura 2007 a 2010

Democratas - DEM			
Nome	Área de atuação	Base eleitoral	Partido
Aldo Demarchi	Não Específica	Rio Claro e região	DEM
André Soares		Estado de São Paulo	DEM
Edmir Chedid	Comunicação, Educação, Transportes	Região Bragantina e do Circuito das Águas	DEM
Eli Corrêa Filho	Não Específica	São Paulo e região	DEM
Estevam Galvão de Oliveira	Gestão Pública	Capital, Suzano	DEM
Gil Arantes	Esportes, Gestão Pública, Habitação, Segurança Pública	Barueri	DEM
Gilson de Souza	Agricultura, Esportes, Geração de Empregos, Indústria de Calçados, Saúde	Franca	DEM
João Barbosa	Social	Bauru, Capital - Zona Leste, Franca, Ribeirão Preto	DEM
João Mellão Neto	Comunicação, Gestão Pública	Capital	DEM
José Bruno	Assistência Social, Juventude		DEM
Milton Leite Filho	Administração de empresas, Assuntos Jurídicos	Capital	

Partido Democrático Trabalhista - PDT			
Nome	Área de atuação	Base eleitoral	Partido
Geraldo Vinholi	Agricultura, Desenvolvimento Social, Pecuária	Catanduva, Itápolis, Penápolis	PDT
Haifa Madi	Educação, Promoção Social, Saúde	Litoral	PDT
José Bittencourt	Defesa dos Direitos do Consumidor, Justiça, Meio-Ambiente	ABCDMRR, Grande São Paulo, Santo André	PDT
Rafael Silva	Banco do Brasil, Deficientes	Ribeirão Preto e região	PDT
Rogério Nogueira	Não Específica	Indaiatuba	PDT

Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB			
Nome	Área de atuação	Base eleitoral	Partido
Baleia Rossi	Geração de Empregos, Saúde	Ribeirão Preto e região	PMDB
Jorge Caruso	Assistência Social, Educação, Meio-Ambiente, Segurança Pública	Capital - Zona Sul, Interior	PMDB
Uebe Rezeck	Gestão Pública, Saúde	Barretos e região	PMDB

Partido Progressista - PP			
Nome	Área de atuação	Base eleitoral	Partido
Antonio Salim Curiati	Não Específica	São Paulo e região	PP

Mozart Russomanno	Cultura, Defesa dos Direitos do Consumidor	Litoral Norte, Vale do Paraíba	PP
-----------------------------------	--	--------------------------------	----

Partido Popular Socialista - PPS			
Nome	Área de atuação	Base eleitoral	Partido
Alex Manente	Defesa dos Direitos do Consumidor, Meio-Ambiente	ABC	PPS
Davi Zaia	Bancários	Campinas e região, Capital	PPS
Luis Carlos Gondim	Educação, Saúde da Mulher	Mogi das Cruzes e região	PPS
Roberto Morais	Social	Piracicaba e região, São Paulo	PPS
Vitor Sapienza	Fiscalização e Renda	Capital	PPS

Partido da República - PR			
Nome	Área de atuação	Base eleitoral	Partido
Patrícia Lima	Assuntos Jurídicos	Capital	PR

Partido Republicano Brasileiro - PRB			
Nome	Área de atuação	Base eleitoral	Partido
Gilmaci Santos	Assistência Social, Juventude	São Paulo e região	PRB

Partido Socialista Brasileiro - PSB			
Nome	Área de atuação	Base eleitoral	Partido
Ed Thomas	Comunicação	Presidente Prudente e região	PSB
Jonas Donizette	Social	Campinas e região	PSB
Luciano Batista	Esportes	Baixada Santista	PSB
Marco Porta	Não Específica	Taboão da Serra	PSB
Vinícius Camarinha	Não Específica	Marília e região	PSB

Partido Social Cristão - PSC			
Nome	Área de atuação	Base eleitoral	Partido
Lelis Trajano	Comunicação, Religião	Capital	PSC
Said Mourad	Não Específica	Capital	PSC

Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB			
Nome	Área de atuação	Base eleitoral	Partido
Analice Fernandes	Não Específica	Taboão da Serra	PSDB
Barros Munhoz	Agricultura, Assuntos Jurídicos	Capital, Itapira	PSDB
Bruno Covas	Direitos Humanos, Finanças Públicas, Juventude	Baixada Santista, Capital	PSDB
Cássio de Castro Navarro	Assistência Social, Esportes, Saúde	Litoral	PSDB
Célia Leão	Deficientes, Educação, Saúde da Mulher	Campinas	PSDB
Celino Cardoso	Educação, Esportes, Saneamento Básico, Saúde	Freguesia do Ó, São Pedro e região, Vila Brasilândia	PSDB
Celso Giglio	Medicina, Saúde	Osasco	PSDB
Fernando Capez	Educação, Saúde, Segurança Pública	Grande São Paulo, Interior	PSDB
Hélio Nishimoto	Educação, Esportes, Saúde, Segurança Social, Social, Transportes	São José dos Campos	PSDB
João Caraméz	Agricultura, Desenvolvimento Regional, Geração de Empregos e Renda, MeioAmbiente, Transportes, Turismo	Capital, Região Oeste da Grande São Paulo	PSDB
José Augusto	Medicina, Saúde	Diadema, São Paulo	PSDB
Marcos Zerbini	Educação, Habitação, Movimentos Populares, Saúde	Capital - Zona Norte, Capital - Zona Oeste, Grande São Paulo	PSDB
Maria Lúcia Amary	Desenvolvimento Regional, Educação, Rede de Proteção Social, Saúde da Mulher, Segurança Pública	Região Sudoeste do Estado, Sorocaba	PSDB
Mauro Bragato	Desenvolvimento Regional, Educação, Habitação, Saúde	Presidente Prudente e região	PSDB
Milton Flávio	Medicina, Saúde	Botucatu	PSDB
Orlando Morando	Não Específica	ABC	PSDB
Paulo Alexandre Barbosa	Desenvolvimento Social, Educação, Social	Baixada Santista, Capital, Interior	PSDB
Pedro Tobias	Saúde	Bauru e região	PSDB
Roberto Engler	Educação, Saúde, Saúde da Mulher, Social	Franca e região	PSDB
Roberto Massafra	Gestão Pública	Araraquara e região	PSDB
Rodolfo Costa e Silva	Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Saneamento	São Paulo e região	PSDB
Samuel Moreira	Administração Pública , Meio-Ambiente, Mineração	Capital, Litoral Sul, Vale do Ribeira	PSDB
Vaz de Lima	Área Fiscal	São José do Rio Preto e região	PSDB

Partido Socialismo e Liberdade - PSOL			
Nome	Área de atuação	Base eleitoral	Partido
Carlos Giannazi	Cidadania, Cultura, Educação, Funcionalismo Público	Capital	PSOL
Raul Marcelo	Direitos Humanos, Educação, Reforma Agrária	Sorocaba	PSOL

Partido dos Trabalhadores - PT			
Nome	Área de atuação	Base eleitoral	Partido
Adriano Diogo	Não Específica	Capital	PT
Ana do Carmo	Movimentos Populares	ABC, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra	PT
Ana Perugini	Assuntos Jurídicos	Hortolândia	PT
Antonio Mentor	Cidadania, Democratização do Estado, Desenvolvimento Sustentável, Transportes	Americana, Região Metropolitana de Campinas, Região Mogiana, São Paulo	PT
Beth Sáhão	Não Específica	Catanduva	PT
Carlinhos Almeida	Não Específica	São José dos Campos e região	PT
Carlos Neder	Agricultura Urbana, Ciência e Tecnologia, Direitos Humanos, Juventude, Participação e Controle Público	Grande São Paulo, São Paulo	PT
Donisete Pereira Braga	Desenvolvimento Sustentável, Educação, Juventude, Saúde	ABC, Mauá	PT
Enio Tatto	Não Específica	Capital	PT
Fausto Figueira	Cidadania, Meio-Ambiente, Saúde, Segurança Pública, Transportes	Baixada Santista	PT
Hamilton Pereira	Agricultura, Educação, Relações do Trabalho, Saúde, Segurança Pública	Sorocaba e região	PT
José Cândido	Religião, Sindicalismo	Alto Tietê, Suzano	PT
José Zico Prado	Agricultura, Movimentos Sociais, Sindical, Transportes	Capital - Zona Leste	PT
Marcos Martins	Administração de empresas, Bancários, Sindicalismo	Osasco	PT
Maria Lúcia Prandi	Agricultura, Criança e Adolescente, Meio-Ambiente, Pesca, Promoção Social	Baixada Santista, Capital	PT
Roberto Felício	Educação, Funcionalismo Público	Estado de São Paulo	PT
Rui Falcão	Gestão Pública	Capital	PT
Simão Pedro	Não Específica	Capital	PT
Vanderlei Siraque	Controle Social do Estado, Desenvolvimento, Educação, Juventude, Saúde, Segurança Pública, Terceira Idade	Grande ABC	PT
Vicente Cândido	Cultura, Defesa da pequena empresa, Esportes, Igualdade racial	Capital	PT

Partido Trabalhista Brasileiro - PTB			
Nome	Área de atuação	Base eleitoral	Partido
Campos Machado	Justiça	Capital, Interior	PTB
Conte Lopes	Polícia Militar, Segurança Pública	Capital, Grande São Paulo	PTB
Edson Ferrarini	Polícia Militar, Prevenção de Drogas	Capital, Interior	PTB
Otoniel Lima	Saúde, Segurança Pública	Limeira	PTB
Roque Barbieri	Educação, Saúde, Saúde da Mulher, Segurança Pública	Região Noroeste do Estado	PTB

Waldir Agnello	Educação, Saúde, Social	Grande São Paulo	PTB
--------------------------------	-------------------------	------------------	-----

Partido Verde - PV			
Nome	Área de atuação	Base eleitoral	Partido
Afonso Lobato	Não Específica	Taubaté	PV
Chico Sardelli	Esportes, Meio-Ambiente, Promoção Social, Segurança Pública	Americana	PV
Edson Giriboni	Administração de empresas, Engenharia	Bacia Hidrográfica do Alto de Parnapanema, Itapetininga, Região Sudeste do Estado	PV
Feliciano Filho	Defesa animal	Campinas e região	PV
Olímpio Gomes	Assuntos Jurídicos, Comunicação, Educação Física, Segurança Pública	São Paulo	PV
Reinaldo Alguz	Meio Ambiente, Saúde, Social	Alta Paulista	PV
Rita Passos	Administração de empresas, Desenvolvimento Sustentável, Terceira Idade	Itu e região	PV
Vanessa Damo	Desenvolvimento Social, Geração de Empregos e Renda, Meio-Ambiente	Mauá	PV

Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Atos publicados por espécie normativa	6
Gráfico 2 - Produção Legislativa do Estado de São Paulo – 2008 e 2009	6
Gráfico 3 - Macrotemas	10
Gráfico 4 - Iniciativa: Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário	12
Gráfico 5 - Iniciativa individual ou coletiva.....	13
Gráfico 6 - Iniciativa: órgãos e partidos políticos	15
Gráfico 7 - Tramitação	18
Gráfico 8 - Tramitação	18
Gráfico 9 - Promulgação.....	20
Gráfico 10 - Promulgação (2).....	21
Gráfico 11 - Promulgação: Executivo versus Legislativo	21
Gráfico 12 - Vetos	24
Gráfico 13 - Emenda Constitucional por macrotema	28
Gráfico 14 - Tempo de tramitação das emendas constitucionais	29
Gráfico 15 - Lei Complementar por macrotema	31
Gráfico 16 - Tramitação das Leis Complementares	34
Gráfico 17 - Leis Ordinárias por macrotema.....	37
Gráfico 18 - Tramitação	40
Gráfico 19 - Macrotema	46
Gráfico 20 - Decreto por Macrotema	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Atos publicados por espécie normativa.....	5
Tabela 2 - Produção Legislativa do Estado de São Paulo – 2008 e 2009	6
Tabela 3 - Macrotema por Espécie Normativa.....	9
Tabela 4 - Normas por Macrotemas – Dados Comparativos – anos de 2008 e 2009.....	11
Tabela 5 - Atos publicados por iniciativa dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário	12
Tabela 6 - Atos publicados por iniciativa individual ou coletiva.....	13
Tabela 7 - Atos publicados por iniciativa órgãos estaduais e partidos políticos	14
Tabela 8 - Tempo de tramitação por espécie normativa.....	17
Tabela 9 - Tipo de promulgação.....	20
Tabela 10 - Tipo de promulgação.....	21
Tabela 11 - Veto por espécie normativa.....	24
Tabela 12 - Atos que receberam ADINs	26
Tabela 13 - Macrotema das Emendas Constitucionais.....	28
Tabela 14 - Tempo de tramitação das emendas constitucionais.....	29
Tabela 15 - Macrotema das Leis Complementares	31
Tabela 16 - Iniciativa dos três Poderes das Leis Complementares.....	33
Tabela 17 - Iniciativa individual ou coletiva das Leis Complementares.....	33
Tabela 18 - Iniciativa das Leis Complementares.....	33
Tabela 19 - Tempo de tramitação das Leis Complementares.....	34
Tabela 20 - Promulgação das Leis Complementares.....	35
Tabela 21 - Macrotema das Leis Ordinárias.....	36
Tabela 22 - Autoria das Leis Ordinárias.....	38
Tabela 23 - Autoria das Leis Ordinárias.....	38
Tabela 24 - Tempo de tramitação das Leis Ordinárias	39
Tabela 25 - Promulgação das Leis Ordinárias.....	40
Tabela 26 - Vetos nas Leis Ordinárias	42
Tabela 27 - Macrotema dos Decretos Legislativos	45
Tabela 28 - Autoria dos Decretos Legislativos	47
Tabela 29 - Macrotema dos Decretos	48